



MORFOLOGIA URBANA NA AMAZÔNIA: Configuração Espacial E

Acessibilidade No Bairro Do Elesbão, Santana – Ap.

**ADRIANNE, Vieira (1); KEVIN, Cordeiro (2); LETICIA, Kuwahara (3); LUCAS, Bitencourt (4);
VICTORIA, Carvalho (5);**

(1) Universidade Federal do Amapá; Graduanda; Macapá, Amapá; aazevedov@gmail.com

(2) Universidade Federal do Amapá; Graduando; Macapá, Amapá; kevinscordeiro@gmail.com

(3) Universidade Federal do Amapá; Graduanda; Macapá, Amapá;
leticiakuwahara25@hotmail.com

(4) Universidade Federal do Amapá; Graduando; Macapá, Amapá;
eusoulucasrenca@gmail.com

(5) Universidade Federal do Amapá; Graduando; Macapá, Amapá; victoriareis14@gmail.com

RESUMO

A análise morfológica do traçado urbano espontâneo ribeirinho do Elesbão, tem por finalidade compreender a área como variação da arquitetura vernácula amazônica. Trabalhou-se através da observação sobre as características de configuração espacial e arquitetônica desenvolvidas pela comunidade local, e a desconstrução dos estereótipos sobre tal modo de vida e tipologia habitacional. Permitindo, assim, a constatação de variações da forma de ocupação praticada na área de estudo, de modo a destacar a inadequação do tipo de infraestrutura e manutenção aplicados, aliados a relevância da identidade cultural em processo de descaracterização, e os riscos e níveis de vulnerabilidade a que a comunidade está exposta.

Palavras-chave: Morfologia orgânica; Mobilidade urbana; Acessibilidade;

URBAN MORPHOLOGY IN THE AMAZON: SPATIAL CONFIGURATION AND ACCESSIBILITY IN ELESBÃO, SANTANA - AP.

ABSTRACT

The morphological analysis of the riverside spontaneous urban design at Elesbao, aims to comprehend the area as a variation of the amazon vernacular architecture. It was worked



through observation about the characteristic of spatial and architectonic configuration develop by the local community, and the deconstruction of stereotypes about such lifestyle and housing typology. Allowing, therefore, the finding of variations of the way of occupation practiced at the study area, in order to highlight the inadequacy of the kind of infrastructure and maintenance applied, allied to the relevance of the cultural identity in the process of disfigurement, and the risks and levels of vulnerability which the community is exposed to.

Keywords: *Organic morphology; Urban travel; Accessibility;*

1. Introdução

O entendimento acerca dos conceitos contemporâneos de acessibilidade e mobilidade urbana se torna de suma importância para a compreensão da configuração expressada pelo surgimento de áreas com morfologia peculiar ao traçado urbano planejado. As convenções acerca da forma correta pela qual demanda um fluxo acessível, estão, ainda, intimamente relacionadas ao modelo moderno e universal de produzir o espaço urbano, sem dar aporte às representações heterogêneas do modo de viver de diversos espaços. Assim, a pesquisa propõe uma análise progressiva sobre como são concebidas e idealizadas essas questões de uma grande escala para a realidade dos núcleos espontâneos na Amazônia. A semelhança na materialidade construtiva apresenta uma identidade, que se dá pela condição de vulnerabilidade em que essas comunidades se revelam. Tratam-se de construções de populações e conhecimentos locais, vinculada ao meio ambiente, mas que não apresentam uma estrutura adequada para tais aspectos, daí se dá a relevância deste estudo.

A partir de visitas a campo e identificação de pontos conflituosos no bairro do Elesbão-AP, foi possível evidenciar as inadequações e aprofundar os conhecimentos relativos às causas características dessas divergências espaciais, socioeconômicas e ambientais existentes, os quais refletem no desenho do traçado. Dessa forma, os conceitos



apresentados têm como finalidade a inserção dessa problemática da particularidade habitacional da Amazônia no âmbito científico, subsidiando assim, o aprimoramento dos questionamentos sobre acessibilidade e mobilidade urbana.

2. Morfologia urbana e configuração espacial

A definição da organização espacial das cidades perpassa, ao longo dos momentos da história, por mudanças na significação e no modo como são estabelecidos, as quais expressam as demandas de cada época. Panerai (2014) afirma a existência de diferentes modelos urbanos baseados em ocupações lineares, planejados devido às finalidades urbanas do espaço e/ou demarcações territoriais

O autor discorre sobre cidades antigas que traçaram o solo regularmente para a divisão de lotes ou cultivo, sem qualquer denominação do que é urbano ou rural, essa sistematização se repete de forma espontânea. E essa configuração é aprimorada para estabelecer uma relação entre o lote e a via, com a finalidade de subsidiar melhores condições de habitar o local e valorização dos lotes. Nesse momento ainda não havia o automóvel, as premissas para as vias se voltavam ao transeunte e as divisões e uso do solo.

Por outro lado, a formação de um traçado em uma época mais a frente, segundo Panerai (2014, p. 20) “[...] acompanhou o desenvolvimento dos novos meios de transporte e comunicação”, e a partir disso ocorre o advento dos desenhos urbanos universais, reconhecidos pelos planos urbanísticos e de mobilidade existentes. Assim, são elaboradas as convenções acerca da forma como devem ser consolidadas as morfologias, afim de possibilitar o fluxo de veículos.

Diante disso, é possível aferir que a morfologia urbana está relacionada com a organização social, econômica, ambiental e política de um território, bem como a sua consequente configuração espacial. Os processos urbanos envolvem a produção do espaço, o que acarreta uma forma urbana que pode ocorrer em consequência de uma ocupação do solo ou devidamente planejada. Segundo Mascaró (2005), para a determinação de traçado urbano é necessário iniciar a concepção a partir das avenidas,



ruas e caminhos para pedestres, pois através desses elementos é possível dar acesso aos espaços a serem articulados.

O requisito principal na maneira de conceber um traçado, segundo o exposto, é através da perspectiva acerca da mobilidade e melhor articulação da acessibilidade entre os diferentes espaços de acordo com o trânsito de veículos. Em complementação, tem-se o estudo sobre acessibilidade urbana, que consiste nos instrumentos capazes de possibilitar a circulação e deslocamento entre os serviços e atividades essenciais para a manutenção da vida urbana, segundo Krüger (2012).

A acessibilidade urbana se dá a partir do bom encadeamento das articulações urbanas, que de forma material consiste no “conjunto de infraestrutura viária e modalidades de transportes, a função de conexão entre partes do sistema urbano” (KRÜGER, 2012, p. 2). E essa dinâmica se difere com os diversos padrões morfológicos existentes, em que essa acessibilidade pode ou não existir, a partir de análises formais.

A heterogeneidade dos sistemas urbanos descrita por De Andrade (2014) deriva de uma combinação de elementos, tais como os fatores já considerados anteriormente pelo modernismo. Além disso, busca as características de elementos paisagísticos naturais e planejados, e comportamentos socioculturais de indivíduos e instituições, os quais geram muitas heterogeneidades urbanas e carregam suas mudanças com o passar do tempo.

Ramos (2014) caracteriza o processo de substituições, permanências e assentamentos, como um conjunto de transformações na estrutura espacial das cidades, em função das condições macroeconômicas combinadas com circunstâncias locais. As quais também interferem nas regularidades e irregularidades, das estruturas urbanas no que se refere ao grau de concentração espacial da população urbana e seus empregos. Estas irregularidades estão relacionadas à forma de expansão da cidade, transformando os terrenos e usos urbanos (desenvolvimento de edificações e infraestruturas). Assim como, ao padrão de segregação socioespacial resultante do processo de ocupação contínua (forma como diferentes grupos sociais se assentam no espaço construído relativamente uns aos outros).

Sobre o aspecto ecológico De Andrade (2014) discorre a respeito dos padrões de



ocupação do espaço em relação aos elementos hídricos, denominadas “cidades sensíveis à água”. Criando uma conexão entre a ciência urbana e a ciência ecológica com a análise dos efeitos variados do ato de ocupação (padrão espacial) e o comportamento do ecossistema (padrão de acontecimentos). A qual vem sendo ignorada pelos padrões modernos de ocupação, causando desequilíbrio dos ecossistemas, e ciclo hidrológicos dessas cidades de modo geral.

3. Riscos, alvos e vulnerabilidade

Os processos de expansão habitacional não organizados, combinados com a falta de consciência ecológica, políticas públicas adequadas e uso indevido de recursos naturais, põem em risco diversas áreas ocupadas, especialmente os espaços de relevância ou vulnerabilidade, a qual tem origem, majoritariamente, em ações antrópicas e que, de acordo com Veyret (2013), consiste na “magnitude do impacto previsível de uma área¹¹ sobre os alvos”, termo equivalente ao inglês *hazard*, ao designar eventos de área natural. Conforme definido pela autora, os riscos somente estão presentes quando direcionados a uma população que os apreenda e com eles conviva, podendo vir a sofrer seus efeitos. Esses subdividem-se em cinco tipos: 1) **Ambientais**: combinação entre riscos naturais com os advindos de processos naturais agravados pela ação antrópica; 2) **Naturais**: pressentidos ou previamente notados por um grupo passível de sofrer sua ação física; 3) **Naturais agravados ou provocados pelas atividades humanas**: derivados de áreas com repercussão ampliada pela ação antrópica; 4) **Industriais e tecnológicos**: advindos de fontes maiores de riscos industriais; 5) **Econômicos, geopolíticos e sociais**: gerados por acesso ou divisão de recursos.

A autora ainda determina fatores de vulnerabilidade para análise da fragilidade de um sistema e sua potencial resiliência, conforme apresentado no (**quadro 1**), e conceitua alvos como elementos, sistemas ou populações que estão sob ameaça de áreas de diversas naturezas, podendo ser econômicos, ambientais, estruturais e não estruturais.

¹¹ Acontecimento possível; pode ser um processo natural, tecnológico, social, econômico, e sua probabilidade de realização. Se vários acontecimentos são possíveis, fala-se de um conjunto de áreas (VEYRET, 2013, p. 24).



Fatores físicos ou ambientais de avaliação da vulnerabilidade	Conhecimento de crises e catástrofes passadas.
	Intensidade do último acontecimento mais importante registrado.
	As zonas de impacto das áleas.
	As zonas onde os trabalhos de organização do território (aterros viários, contenção de encostas) foram feitos.
	Natureza dos processos naturais, antrópicos, industriais em causa...
Conhecimento e percepção do risco. Fatores socioeconômicos de avaliação da vulnerabilidade	Grau de aceitação do risco em função do nível de conhecimento, do nível econômico e da educação...
	Ausência ou existência de uma educação para o risco e de preparação para a crise.
	Tecido social do bairro.
	Presença de hospitais, postos de corpo de bombeiros.
	Existências de escolas, universidades, casas de repouso e, mais globalmente, equipamentos sociais de acolhimento ao público.
	Densidade da população. Estrutura etária, situação sanitária.
	Rede de água, eletricidade e gás.
	Acessibilidade: redes de comunicação, telefone e de informação disponíveis.
Meios e terminais de transporte. Estado da malha rodoviária.	

Quadro 1: Alguns fatores de vulnerabilidade. Fonte: VEYRET. 2013.

4. Elesbão, Santana-AP

Kostof (1985) apresenta a ideia de que todos os edifícios da história devem ser analisados. Porém, devido ao problema da falta de documentação mínima, nem todas as obras oficiais podem ser estudadas. No que diz respeito à arquitetura vernácula, a documentação que se tem à disposição é quase inexistente, somando-se a este fato há uma lacuna em função do pouco interesse por este tema que demonstra uma situação caracterizada por uma ausência no aprofundamento do conhecimento contemporâneo



do tema proposto.

Lima (2010) afirma que quando a arquitetura vernacular é apresentada, muitas vezes há nela uma conotação de algo exótico, estranho e inferior, que deve ser substituído por estruturas “melhores” e mais “resistentes”. Este preconceito deriva, muitas vezes, de um processo estático referente às construções tradicionais comparadas às construções em concreto e aço da arquitetura moderna, quando não há a conscientização da relevância do cuidado e preservação dessas estruturas, não apenas para manter a identidade da arquitetura vernacular, mas também porque são ideais para o contexto ribeirinho, uma parte crucial da cultura amazônica.

Dentro desta cultura, o vernacular é, majoritariamente, representada por Palafitas, termo designado para uma das mais antigas tipologias arquitetônicas que se tem conhecimento, datando de períodos Neolíticos em que, segundo fósseis encontrados por Ferdinand Keller, populações inteiras viveram sobre as águas em regiões da Europa. São configuradas por uma construção que se sustenta sobre pilotis acima da água ou áreas alagáveis e podem contemplar diversas composições desde habitações isoladas à complexos que unem mais de uma unidade, conectados entre si e com a terra firme por meio de passarelas do mesmo tipo construtivo (BAHAMÓN *et al*, 2009).

A estrutura para esse tipo de edificação pode variar de contexto para contexto, dependendo da localidade que está inserido e da base econômica da população. No caso do Amapá, e da região amazônica em geral, a madeira é o material mais utilizado por conta da abundância em que é encontrado e pela familiarização do seu manuseio pela comunidade ribeirinha.

O bairro Elesbão, cenário objeto deste estudo, se encontra no Brasil, no município de Santana, às margens do Rio Amazonas. Está localizado a sudoeste da cidade e tem como alicerce as palafitas, sua comunidade se caracteriza por uma organização social bem definida, organizada e empenhada, sustentada pela sua associação de moradores, que contribui para o crescimento e potencialização da comunidade enquanto bairro.



A área compreendida é considerada ribeirinha pela AMOBEL¹² (2016), dado sua localização geográfica e modo de vida, posto que tais comunidades são assim designadas por seu posicionamento em proximidade a rios e corpos d'água derivados (igarapés, canais, ressacas, etc.). Ainda como por características físicas rurais e configurações espacial, social e econômica altamente atreladas aos aspectos naturais da área, tendo como principais atividades pesca e agricultura artesanais e, no caso do bairro de estudo, a carpintaria naval.

O local é constantemente posto em comparação a demais áreas úmidas ocupadas na região, por compartilharem o mesmo modo palafítico de habitar, localizarem-se em áreas de várzea e serem próximas a perímetros urbanos. No entanto, o Elesbão possui o reconhecimento legal como bairro no Plano Diretor Municipal de Santana, diferentemente destas outras que, por mais que estejam integradas à um bairro, são geralmente consideradas assentamentos informais.

Segundo Carvalho (2015), todas as ressacas da cidade de Macapá são decorrentes de invasões e possuem um alto adensamento de moradias, uma inexistência de restrições quanto ao porte das construções e a não definição de lotes, sendo a casa e as pontes os únicos limites entre público e privado. Diante disso, a irregularidade nos traçados de áreas úmidas ocupadas é inevitável, conforme notado na **(figura 01)**, tendo em vista que a construção de novas habitações se dá pela existência de espaços livres entre as edificações já existentes, criando-se frequentemente novas pontes de acesso.

¹² Associação de Moradores do Bairro Elesbão



Figura 01: Traçados em áreas úmidas ocupadas no Amapá. a) Ressaca Chico Dias, Mcp; b) Ressaca do Marabaixo, Mcp; c) Baixada do Ambrósio, Stn; d) Elesbão, Stn. Fonte: Autores. 2018.

Esta concepção de espaços também é compartilhada pelo Elesbão, sendo o fator principal desta organização o crescimento das famílias residentes, formando novos núcleos edificados e ramificações nas pontes de acesso, reafirmando o traçado orgânico e irregular. No entanto, a própria ocupação do bairro possui um caráter diferente das áreas de ressaca, por não ser decorrente de invasões pelo não acesso à habitação formal nos perímetros urbanos e sim algo diretamente ligado à cultura ribeirinha de habitar às margens de rio e dele tirar seu sustento e alimentação.

Portanto, apesar das semelhanças nos aspectos formais de habitação, o Elesbão não deve ser considerado como equivalente às ocupações informais de áreas de ressaca presentes nas cidades de Santana e Macapá. Este aspecto não se afirma somente pela comunidade estar em uma configuração espacial diferente das áreas de ressaca, mas também por ter sido definido pela própria população o local que elas escolheram viver, e não um lugar imposto pelas condições sociais e urbanas desfavoráveis a eles.

Os acessos verificados no bairro se dão de duas formas, uma por meio terrestre, através do ramal da olaria, e outra fluvial, a partir dos atracadouros que são, predominantemente, de uso exclusivo das residências. Essas duas formas se conectam a



partir da via asfaltada até o término da superfície terrestre do bairro, à margem do rio, onde se encontra uma bifurcação entre os fluxos através de dois principais braços de pontes a direita e a esquerda, seguindo assim pelas passarelas de madeira. Assim, um dos braços conduz até a ponte que faz a ligação sobre o igarapé do Elesbão, região do bairro que apresenta apenas o acesso fluvial, por meio dos píers.

O traçado espontâneo, conforme a figura 1, apresenta particularidade na sua configuração espacial, a qual possui um fluxo diferenciado e permite maior aproximação entre público e privado. Assim, é possível verificar que esse arranjo estabelece uma certa classificação viária nas passarelas ao obter-se os acessos privados, como afirma Takamatsu (2013, p. 72) “(...) as edificações mais novas têm acesso indireto, o que introduz um elemento de riqueza espacial nas relações público-privadas do conjunto”.

Os extremos laterais das áreas de ponte, no eixo horizontal do bairro, foram identificados como pouco acessíveis em relação as distâncias e por possuírem acesso apenas através das vias principais. Além disso, o grande adensamento residencial em segmentos importantes dos passeios, apresentados na (figura 02), destacando os pontos de acesso principal por serem demasiadamente tortuosos e estreitos, prejudicam a acessibilidade de serviços em casos de necessidade de prestação de socorro e evacuação dos moradores. No primeiro acesso às pontes, o pedestre se encontra em um labirinto estreito e instável de casas, pontos comerciais e edificações abandonadas ou destruídas e o segundo apresenta um cenário semelhante que se estende por uma seção pouco maior.



Figura 02: Pontos problemáticos de nós urbanos no traçado do bairro Elesbão. Fonte: Autores. 2018.

Durante toda a pesquisa, ocorreram algumas dificuldades ao acessar certas localidades dentro da comunidade, como pontes apodrecidas cujas condições precárias inviabilizavam o caminhar com segurança e colocavam as pessoas em risco, frequente cenário na rotina dos moradores, conforme (figura 03). As tábuas apodrecidas são trocadas pelos moradores quando possível, mas a baixa qualidade da madeira utilizada transforma a solução em um paliativo. O resultado é que, no período de chuvas ou no constante uso das palafitas, as mesmas vêm a desabar, causando assim mais transtornos aos moradores.



Figura 03: Pontes em mau estado de conservação dificultam a mobilidade no local. Fonte: Autores. 2018.

O que se verifica é que o padrão de ocupação da região é definido pela grande concentração de palafitas de baixa qualidade, além de expor os moradores a situações de risco, apresenta espaço inadequado, estrutura instável e fluxo de motocicletas pesadas demais para a estrutura. Outro ponto importante à acessibilidade do bairro está relacionado ao deslocamento das pessoas nas passarelas, na qual a relação entre pedestres e ciclistas é confusa. Não há sinalização ou delimitação de faixas, sequer espaço para circulação de todos os transeuntes, situação exemplificada na (**figura 04**).



Figura 04: Passarelas são compartilhadas entre pedestres, ciclistas e motociclistas, mas



não apresentam dimensionamento, sinalização ou qualquer parâmetro de segurança.

Fonte: Autores. 2018.

A partir desta fala, percebe-se a importância que as bicicletas representam quando relacionadas ao pedestre, de modo que, nas pontes observa-se que a prática do pedalar é tão predominante quanto caminhar. A inexistência de sinalização apropriada, tanto na via quanto nas passarelas, que configurem os espaços para os ciclistas e para pedestres acarretam em calçadas inseguras e com riscos iminentes de acidentes, sobretudo, de pessoas com deficiências, idosos e crianças que estão em desvantagens para se defenderem ou de serem mais rápidas diante de algum incidente.

Citando caso análogo, entre as cidades mais urbanizadas do estado, Macapá e Santana, a ocupação de áreas alagadas demonstra um problema urbano e social relacionado com a falta de políticas habitacionais que possam atender a população de forma geral. Este cenário leva a ocupação irregular das ressacas próximas ao centro urbano, gerando diversas problemáticas envolvendo saúde pública, questões ambientais e vulnerabilidade social (CARVALHO, 2015).

Em relação a tais problemáticas, o bairro objeto deve ser analisado como alvo e quanto aos riscos e fatores de vulnerabilidade a que está exposto, dados aspectos internos, externos e legislativos e considerando possíveis acontecimentos futuros decorrentes desses. Em concordância com os conceitos definidos por Veyret (2013), o Elesbão, em toda sua estrutura e comunidade, se caracteriza como alvo ambiental, dado seu posicionamento em proximidade a natureza; estrutural, considerando a fraca infraestrutura de residências, vias, pontes e equipamentos urbanos e comunitários.

Quanto a alvo não estrutural, o rico patrimônio cultural se torna objeto, como seu modo de vida e cultura, e o hoje já pouco difundido conhecimento de carpintaria naval, visto que a comunidade é remanescente em tal prática; e ainda como alvo econômico, dada a futura expansão do Porto de Santana e possibilidade de continuação no seu avanço, vindo a sobrepôr a comunidade, e possíveis demandas capitalistas sobre a população e o ambiente natural e seus elementos.



A área apresenta risco ambiental, por conta da falta de saneamento e descarte inadequado de resíduos, podendo oferecer risco a fauna local e atrair doenças ou ameaças física aos moradores; risco natural, dada a possibilidade de fortes chuvas e a submissão ao regime das marés; risco natural agravado pela atividade humana, por conta da constante, mesmo que não intensa, expansão habitacional e mal gerenciamento de resíduos.

O local também corre risco industrial e tecnológico, dada vizinhança com o porto e a consequente possibilidade de sinistros com materiais em tráfego, os indícios de arsênio na área e presença de manganês. Excetuando os três primeiros itens dos fatores físicos ou ambientais de avaliação, todos os demais fatores de vulnerabilidade apresentados no quadro 1 se aplicam ao local.

Os pontos identificados como fraquezas nos aspectos da mobilidade urbana, tais como falta de estrutura adequada, sinalização, hierarquização, organização e acessibilidade, assim como o próprio traçado morfológico do local, tornam-se um dos maiores fatores de vulnerabilidade do bairro. Considerando a constante ameaça ao bem estar social e físico da comunidade, reflete diretamente em todas as atividades executadas pelos moradores, sendo, ainda, um quesito de fragilidade nas esferas econômica e ambiental.

Assim sendo, o bairro Elesbão se configura com significativo nível de vulnerabilidade, fundamentado no estudo teórico possibilitado pelas análises históricas, documentais e observações em campo, apontando que, mesmo que a população tenha em sua origem um modo de vida harmônico com a natureza, a falta de infraestrutura e educação ambiental levam ao comportamento nocivo. Sobretudo, o nascimento e expansão da comunidade produziram uma configuração espacial particular, positiva ao favorecer a proximidade entre a população, mas negativa ao conceber uma morfologia de pouca mobilidade e acessibilidade, em suas mais diversas faces, fatores estes que apresentam um risco permanente na vida diária local.

5. Referências

ALENCAR, J. L., DO VALE, Y. M. A. L., LOURENÇO, J. C., VASCONCELOS, R. F. V. (2013).



Identificação De Fatores De Vulnerabilidade Ambiental Na Floresta Do Louzeiro Em Campina Grande-Pb. POLÊMICA, [S.l.], 12 (2), p. 274-283. ISSN 1676-0727. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/6429/4856>>. Acesso em: 17 abr. 2018. doi:<https://doi.org/10.12957/polemica.2013.6429>

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO ELESBÃO (2016) *História e Memória da Formação do Bairro do Elesbão em Santana – AP*. AMOBEL, Santana.

BAHAMÓN, A e ÁLVAREZ, A. M. (2009) *Palafito: de arquitetura a contemporânea*. 1st ed. Paramón Ediciones S. A., Barcelona.

CARVALHO, B. M. (2015) *Vivienda popular en el Amazonas brasileiro. El caso de las rещacas en la ciudad de Macaopa*. Programa de Mastría y Doctorado en Urbanismo: Universidad Autónoma de México.

DE ANDRADE, L. M. S. (2014) *Conexões dos Padrões Espaciais dos Ecossistemas Urbanos*. Programa de Pesquisa e Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília.

DORNELES, Vanessa Goulart. *Estratégias de ensino de desenho universal em Cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, SC, 2014, 351 p.

KOSTOF, Spiro. *A history of architecture: settings and rituals*. 2. ed. Michigan: Oxford University Press, 1995.

KRÜGER, E. T. (2012) *Padrões de traçado viário urbano e acessibilidade: uma abordagem das relações com o sistema de circulação*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-



Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas. Brasil, Pelotas.

Lei Complementar nº 002/2006 (2006) Prefeitura Municipal de Santana. Plano Diretor de Santana. Brasil, Santana.

LIMA, Raquel Rodrigues. *Arquitetura Vernácula e Habitação de Interesse Social*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E POS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 1., 2010, Rio de Janeiro, RJ.

MASCARÓ, J. L. (2005) *Loteamentos Urbanos*. Editora Mosquatro. 2ª Edição. Brasil, Porto Alegre.

PANERAI, P. (2014) *Análise Urbana*. Editora Universidade de Brasília. Brasil, Brasília.

RAMOS, F. R. (2014) *Análise da Evolução dos Padrões de Urbanização em Cidades Médias da Amazônia*. Projeto URBISA Amazônia, São Paulo.

TAKAMATSU, P. H. T. (2013) *Arquitetura Vernacular: Estudo de Caso Vila do Elesbão/Santana – AP – Análise do habitar vernacular no ambiente construído e sua preservação*. Escola de Arquitetura Universidade Federal de Minas Gerais. Brasil, Belo Horizonte.

VEYRET, Y. (2013) *Os Riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente*, Contexto, São Paulo.

6. Observações finais

O bairro Elesbão, portanto, apesar da sua configuração palafítica de habitar possuindo uma grande harmonia com seu entorno, apresenta pontos considerados problemáticos para a mobilidade e segurança da população que ali vive. A ocorrência destes está



relacionada a dois fatores principais apontados pela análise, primeiro a pouca manutenção das passarelas e dos materiais não adequados para a mesma, e segundo a configuração espacial de distribuição das residências criando acessos muitas vezes labirínticos.

Estes fatores, se associados à ocorrência de sinistros na área, podem dificultar a entrada de socorros e o escoamento dos moradores. Em vista disso, o estudo identificou as áreas mais insatisfatórias nos pontos verificados na figura 2, tendo a presença tanto do mal estado das vias, da tortuosidade das mesmas quanto o forte adensamento de residências. A análise aponta, deste modo, as vulnerabilidades que o local apresenta, alertando para possíveis acontecimentos futuros que podem afetar ou pôr em risco a comunidade do Elesbão. Além disso, o não conhecimento e estigmatização das áreas de palafita no contexto inserido dificultam a produção de materiais sobre a acessibilidade nesta tipologia construtiva, reafirmando a visão de que a cidade é somente a composição de ruas, avenidas e lotes voltados para veículos automotores segundo o modelo apontado por Panerai (2014).

Porém, a cultura de palafitas já é algo que identifica o bairro Elesbão e deve ser preservada ao máximo, contudo, levando em consideração a habitabilidade e segurança dos moradores. Para tal, a importância de se ter um enfoque mais aprofundado para o tema da acessibilidade voltado para a tipologia aqui discutida, levando em consideração as características e especificidades da mesma.



TRANSFORMAÇÕES DA FORMA URBANA: DIFERENCIAÇÕES ENTRE A CIDADE TRADICIONAL E O URBANO ALARGADO. ESTUDO DE CASO: SALVADOR–BA

MAYER, Isabela Sampaio (1); FURLAN, Victoria Oliveira (2); BENFATTI, Denio Munia (3)

(1) PUC Campinas; aluna de graduação; Campinas - SP; isabelamayer@yahoo.com.br

(2) PUC Campinas; aluna de graduação; Campinas – SP; victoriafurlan14@gmail.com

(3) PUC Campinas; professor doutor; Campinas – SP; deniobenfatti@puc-
campinas.edu.br

RESUMO

Trata-se do levantamento e interpretação das transformações das formas urbanas na cidade de Salvador no período 2006-2016. O levantamento utiliza-se de metodologia desenvolvida pela rede de pesquisa QUAPA-SEL e consiste, basicamente, na divisão do território em quadriculas, neste caso de 400m x 400m, onde as transformações são classificadas em Adição, Consolidação e Sobreposição (PEGORARO, p.8-12). A análise procura diferenciar dois tipos predominantes de urbanização. O primeiro caracteriza-se por um conjunto de elementos até certo ponto regulares, por uma continuidade do espaço construído e por uma clara diferenciação entre espaço livre e espaço construído; espaço privado e espaço público. O segundo caracteriza-se por um espaço urbano alargado e por uma composição descontínua feita de peças autônomas conectadas por estruturas (rodo)viárias e vias expressas, as quais fazem com que a cidade perca o seu caráter legível e identitário.

Palavras-chave: forma urbana; cidade tradicional; cidade contemporânea

TRANSFORMATIONS OF THE URBAN FORM: DIFFERENTIATIONS BETWEEN THE TRADITIONAL CITY AND THE EXTENDED URBAN. CASE STUDY: SALVADOR–BA

ABSTRACT

It is the survey and interpretation of the transformations of the urban forms in the city of



Salvador during the period of 2006-2016. The survey utilizes the methodology developed by the research network QUAPA-SEL, it consists in dividing the terrain in squares, in this case of 400m x 400m, where the transformations are classified in Addition, Consolidation and overlapping (PEGORARO, p.8-12). The analysis aims to differentiate two predominant types of urbanization. The former is characterized by a set of elements, regular to some extent, by a continuity of the built space and a clear differentiation between built and free space; private and public space. The latter is characterized by a wide urban space and a discontinuous composition made up of autonomous parts, connected by road structures and expressways, which cause the city to lose its readable and identity character.

Key-words: urban form; traditional city; contemporary city

Introdução

Até algumas décadas atrás, o processo de urbanização resultava em um espaço cuja legibilidade era determinada por um conjunto de elementos urbanos tradicionais e uma nítida diferenciação entre espaço livre público e espaço construído privado ou público: o tamanho e a regularidade dos lotes, a rua, os alinhamentos e as múltiplas funções do espaço público são, neste contexto, os elementos estruturadores da forma urbana.



Figura 1: Centro histórico – Pelourinho

(Fonte: Disponível em <http://vejanomapa.net.br/pelourinho-salvador-bahia/>. Acesso em 2018)

No caso da cidade de Salvador, em seu centro histórico (**Figura 1**), é evidente a presença dos elementos característicos da cidade tradicional. Neste contexto, no núcleo central da cidade, constituído até meados do século XX, a forma predominante se apresenta determinada por elementos de legibilidade simples: espaço aberto de uso e propriedade pública encerrado e definido pelo espaço privado construído. Ruas, praças, largos e poucos parques definiam o espaço aberto da cidade: a relação entre espaço livre e forma urbana é clara e legível em sua totalidade. Esta forma pré-definida de cidade pode ser encontrada tanto na cidade legal quanto na cidade informal (**Figura 2**).



Figura 2: Rua do bairro São Marcos, urbano tradicional na cidade informal (Google Street View 2018)

Nas últimas décadas esta forma tradicional resultante de um processo secular de urbanização tem dado lugar a um urbano mais alargado, tanto em função das condições contemporâneas de mobilidade e de comunicação, como também decorrente de alterações na legislação urbana. A construção no centro do lote, seus recuos, os conjuntos habitacionais, os vazios urbanos e as novas estruturas viárias, têm aos poucos e ao longo do tempo produzido a dissolução das formas canônicas principalmente nas bordas urbanas, o que corresponde a outra lógica de urbanização. Assim temos duas imagens distintas que se complementam, se entrelaçam e se distanciam. A cidade das formas pré-definidas e a cidade-território conectada por grandes estruturas viárias, e formada por unidades autônomas que se sucedem sem que se consiga construir uma unidade uma continuidade visível.

A pesquisa aqui proposta traz o resultado de um mapeamento e análise das transformações ocorridas na cidade de Salvador no período 2006-2016. Para tanto se utilizou como referência básica o método de levantamento utilizado pela rede de pesquisa QUAPA-SEL (Quadro de Paisagismo no Brasil – Sistema de Espaços Livres). Este método, que será apresentado em detalhes, consiste em comparar as transformações



ocorridas no território no período considerado, evidenciando tanto as formas tradicionais quanto as das novas dinâmicas de ocupação do território.

Forma urbana: abordagem conceitual

Do ponto de vista conceitual o trabalho buscou apoio em autores que trabalham tanto com a evolução histórica das formas urbanas, como com autores que tem como objeto os processos e as formas contemporâneas de urbanização. Destacam-se a leitura dos textos “Formas Urbanas” de Jorge Carvalho (2013), em que o autor aborda a partir de contextos históricos os tipos de configurações urbanas da cidade tradicional e contemporânea; e “Políticas Urbanas II – Transformações, Regulação e Projetos” de J. Cabral e Álvaro Domingues (2011) em que são analisadas as transformações do espaço urbano e as formas de e elementos da urbanização contemporânea.

Também utilizamos de procedimentos metodológicos desenvolvidos nas pesquisas dos integrantes do projeto temático “Os Sistemas de Espaços Livres na constituição da forma urbana contemporânea no Brasil: produção e apropriação” (PROJETO SEL II, FAPESP, 2012-2017), em um documento sistematizado por Rafael Lopez Pegoraro com o título “Transformações na Forma Urbana Brasileira - O estudo de cinco centros urbanos”.

O texto de Jorge Carvalho (2003) aborda os conceitos de forma clássica e do periurbano (forma cidade urbano-campestre), partindo da qualificação de forma clássica: uma malha de ruas contínuas (geralmente regulares) formando quarteirões construídos em um contínuo de fachadas, em que as ruas, largos e praças constituem o espaço público por excelência. Esta forma de cidade constitui o paradigma de ordem que se buscava até o modernismo em que regularidade e racionalidade facilitavam o traçado e a construção, e sua continuidade criava uma diversidade de percursos (CARVALHO, 2003, p.35).

A partir da Era Industrial começa-se a conceber uma nova idéia de cidade assim como uma nova atitude metodológica. Se no período anterior a ordem estava centrada na regularização e nas normas, agora ela se baseia nas produções e técnicas industriais. Associado às novas ferrovias e ao deslocamento da mão-de-obra, aumenta a procura por habitação onde os terrenos eram mais baratos iniciando assim o processo de suburbanização.



O autor passa a analisar o fenômeno atual da ocupação do território onde, em função do cenário socioeconômico, o espaço rural passa a se tornar cada vez mais orientado para e pela cidade. Esse novo processo, dependente do transporte (principalmente automobilístico) e das vias de comunicação, caracteriza-se pela presença de grandes equipamentos especializados localizados fora do tecido urbano apoiando-se de modo disperso nas infraestruturas existentes. Segundo o autor “estas unidades constituem hoje elementos fundamentais e estruturantes da cidade global, constituindo importantes locais não só de comércio, mas também de encontro e de lazer; são novas centralidades” (CARVALHO, 2003, p.126).

Atualmente há a necessidade de flexibilizar alguns conceitos sobre o que é cidade: encontramos uma simplificação da realidade que acaba refletindo na forma de pensar seu planejamento. A cidade canônica possuía uma lógica de desenvolvimento em que o centro, além de lugar era também um princípio de organização da expansão urbana (CABRAL et al., 2011, p.37), e a cidade era determinada pelo traçado claro dos espaços públicos. Com a cidade alargada ocorre uma mudança de contexto e escala potencializada pela democratização do automóvel, novas condições de acessibilidade e comunicação, possibilitando a dispersão associada à multipolaridades. Há uma fragmentação do que antes definia a cidade e uma mudança nas formas de percorrer o espaço fazendo com que sua percepção e vivência sejam alteradas também.

O que se observa é que esses fragmentos diante da incerteza de seu entorno buscam sua própria autonomia e autossuficiência, em que há uma tendência para a especialização das funções e a privatização desses equipamentos, eles “(...) se fecham sobre si mesmos, impossibilitando o seu atravessamento e negando qualquer possibilidade de continuidade de malhas” (CABRAL et al., 2011, p.172).

As redes de infraestruturas assumem função exclusivamente primária, servindo e induzindo à urbanização, mas não fazendo parte dela como um suporte direto para sua organização. Na cidade tradicional, a rua e seus percursos mostram-se como parte da vivência e experiência das diversas funções urbanas; no urbano alargado, nas grandes vias de fluxo rápido, o percurso ganha novas conotações e, em geral, é rapidamente associado



idéias pré-concebidas de não-lugar (AUGÉ, 1994), com função única e principal de deslocamento e ligação de um ponto ao outro.

Contextualização

No mapa de meados de 1760 (**Figura 3**) é possível perceber que a cidade possuiu um crescimento urbano com quadras organizadas de forma clássica ao longo da Orla da Baía de Todos os Santos, limitada pelo mar e pelo Dique do Tororó.



Figura 3: Planta de Salvador – século XVIII (Fonte: Disponível em: <http://www.cidade-salvador.com/>. Acesso em 2018)

Na relação que se estabelece entre a implementação de infraestrutura e formas de urbanização, o projeto viário do engenheiro e urbanista baiano Mário Leal Ferreira para Salvador de 1963 (**Figura 4**) ao propor novos eixos viários, apresenta uma antevisão das vias estruturais que iriam conduzir a urbanização das próximas décadas.

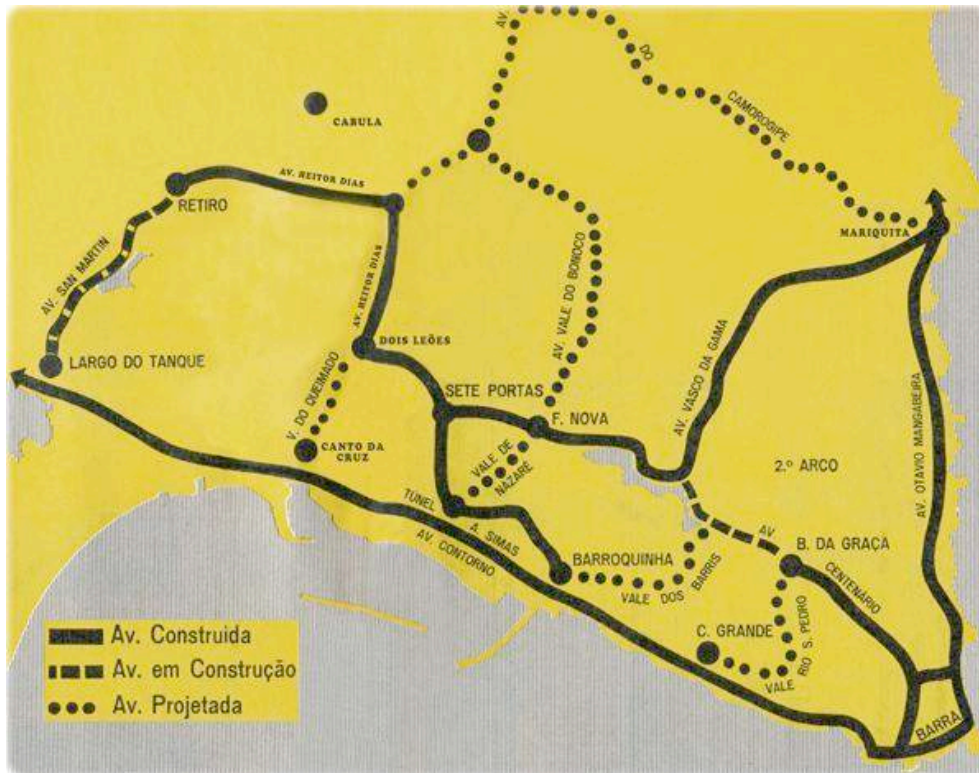


Figura 4: Mapa esquemático da reestruturação de Salvador, 1963 (Fonte: Disponível em: <http://www.cidade-salvador.com/>. Acesso em 2018)

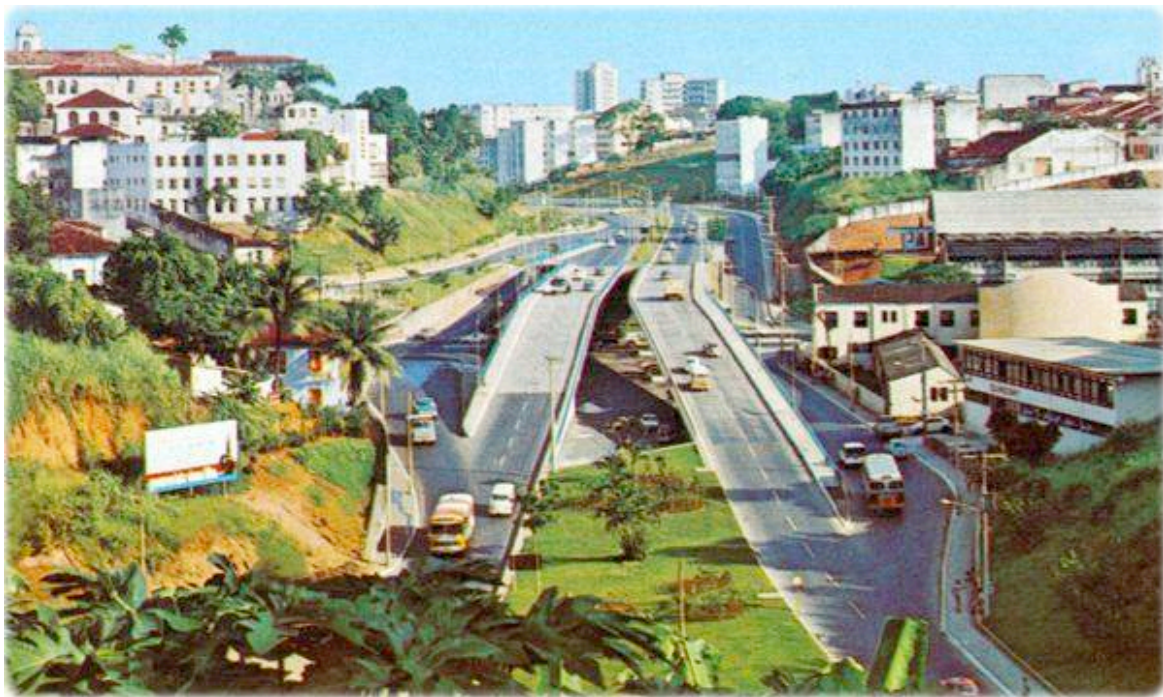


Figura 5: O Vale de Nazaré e o Viaduto Marta Vasconcelos, acesso ao Túnel Américo Simas, 1969 (Fonte: Disponível em:



<http://www.cidade-salvador.com/>. Acesso em 2018)

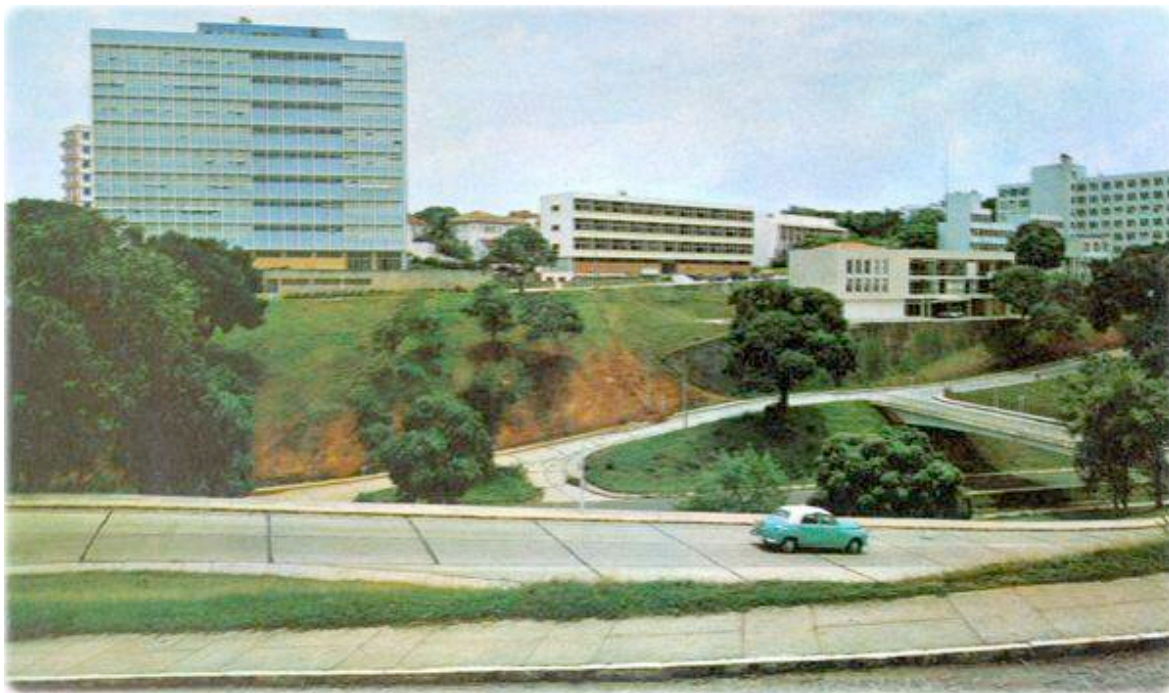


Figura 6: Vale do Canela vista do acesso ao bairro da Graça e o Campus da UFBA, 1960 (Fonte: Disponível em: <http://www.cidade-salvador.com/>. Acesso em 2018)

Nas imagens de década de 60 (**Figuras 5 e 6**) é possível notar a importância que as novas avenidas assumem na mobilidade da cidade já nos fins da década de 1960. Essas novas avenidas em boa parte de seus percursos atuam como vias expressas, descoladas do tecido urbano e mais adaptadas ao deslocamento de automóveis. Novas estruturas (**Figura 7**) revelam as novas infraestruturas que passam a induzir as transformações intra-urbanas, a ocupação através de grandes unidades autônomas de usos variados, assim como a expansão urbana para a escala metropolitana.

No mapa de Intervenções Viárias (**Figura 8**) é evidente a presença de vias expressas na porção centro-norte: esses eixos têm a função explícita de interligar um território amplo, possibilitando e induzindo uma nova escala de urbanização.

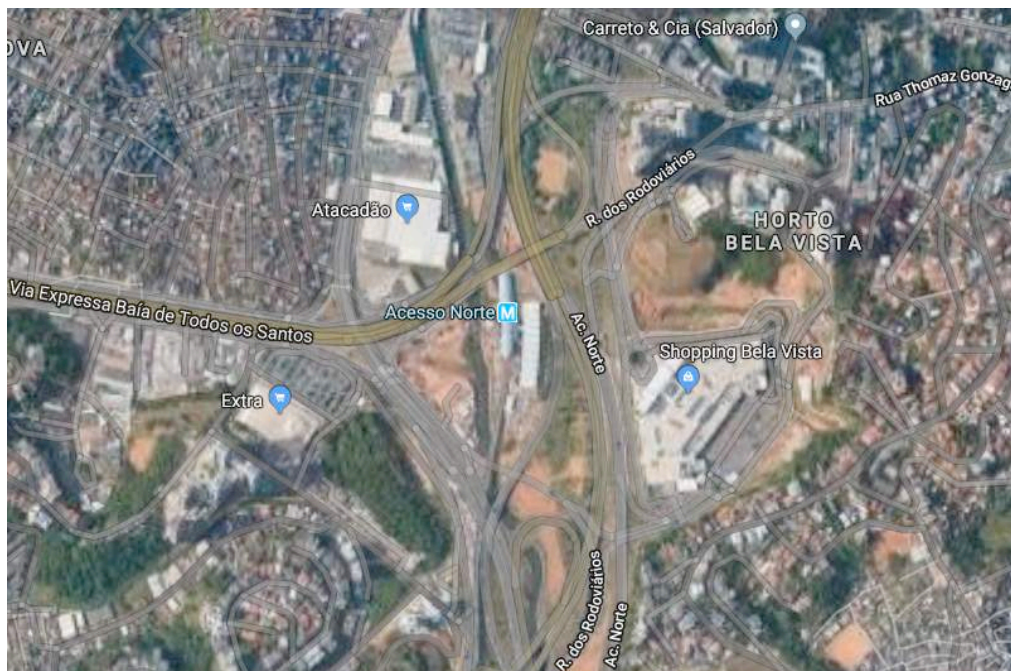


Figura 7: Fotografia aérea da Via Expressa Baía de Todos os Santos, porção Centro, 2018
(Fonte: Google Earth)

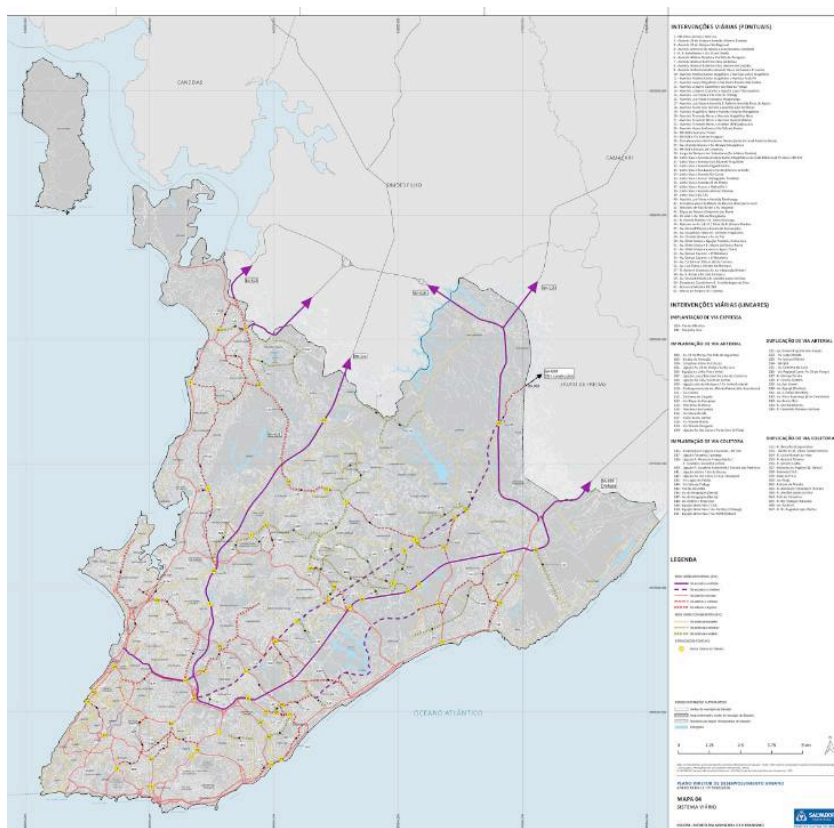


Figura 8: Mapa de Intervenções Viárias



(Fonte: Disponível em: http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/PDDU_MAPA_04_SISTEMA_VIARIO.pdf Acesso em 2018)

Levantamento das transformações urbanas

Para a pesquisa de transformações urbanas ocorridas em Salvador utilizou-se o método já mencionado do QUAPA-SEL. O território do município foi subdividido em quadriculas de 400x400metros, dessa forma, foi possível distinguir as transformações ocorridas no período considerado, 2006–2016. O estudo considera três formas de transformação: Adição, Consolidação e Sobreposição (PEGORARO, p.8-12).

Adição: Trata-se de um processo de transformação do não-urbano em urbano (**Figura 9**), em locais onde não existia infraestrutura previamente instalada.



Figura 9: Rua Dr. Gerino de Souza Filho, porção Nordeste, Salvador 2008 (à esquerda) e 2015 (à direita) (Fonte: Google Earth)

Consolidação: É um processo de ocupação de áreas vazias com o entorno já urbanizado (**Figura 10**) estabelecendo continuidade entre áreas urbanizadas.



Figura 10: R. Pedra da Marca, Porção Sul, Salvador 2007 (à esquerda) e 2015 (à direita)

(Fonte: Google Earth)

Sobreposição: Apresenta-se como uma alteração da forma, tipologias, recuos e espaços livres em uma situação de urbanização consolidada (**Figuras 12**).

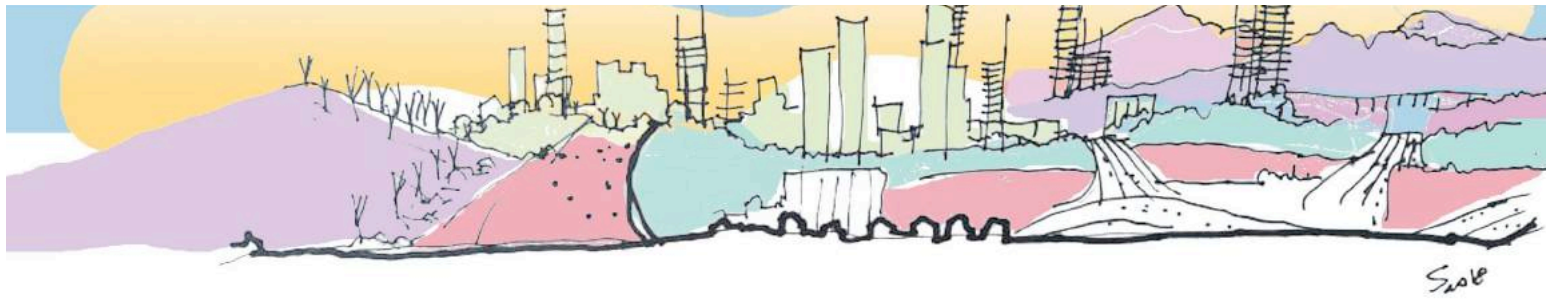


Figura 12: Av. Luis Viana, Porção Leste, Salvador, 2009 (à esquerda) e 2016 (à direita)

(Fonte: Google Earth)

No levantamento, ainda tendo como referência o método desenvolvido pelo QUAPA-SEL, características como novas tipologias são listadas para a posterior elaboração dos mapas de estudo, para que sejam feitas as respectivas análises. Utilizamos também as tipologias definida que são caracterizadas do seguinte modo (PEGORARO, p 13-16):

Horizontal 1: Casas e edificações de pequeno porte, sendo elas contínuas, variadas,



condomínios ou loteamentos fechados.

pequeno porte:

Condomínio horizontal:



Horizontal 2

médio porte dispersas:
médio porte com pouco
volume edificado:

médio porte não dispersas:

grande porte:





Vertical

Edifício vertical:
edificações horizontais e verticais:

Quadra condomínio vertical: Conjunto de



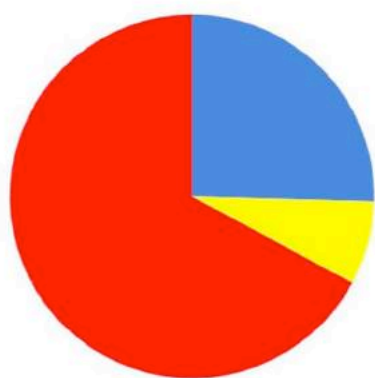
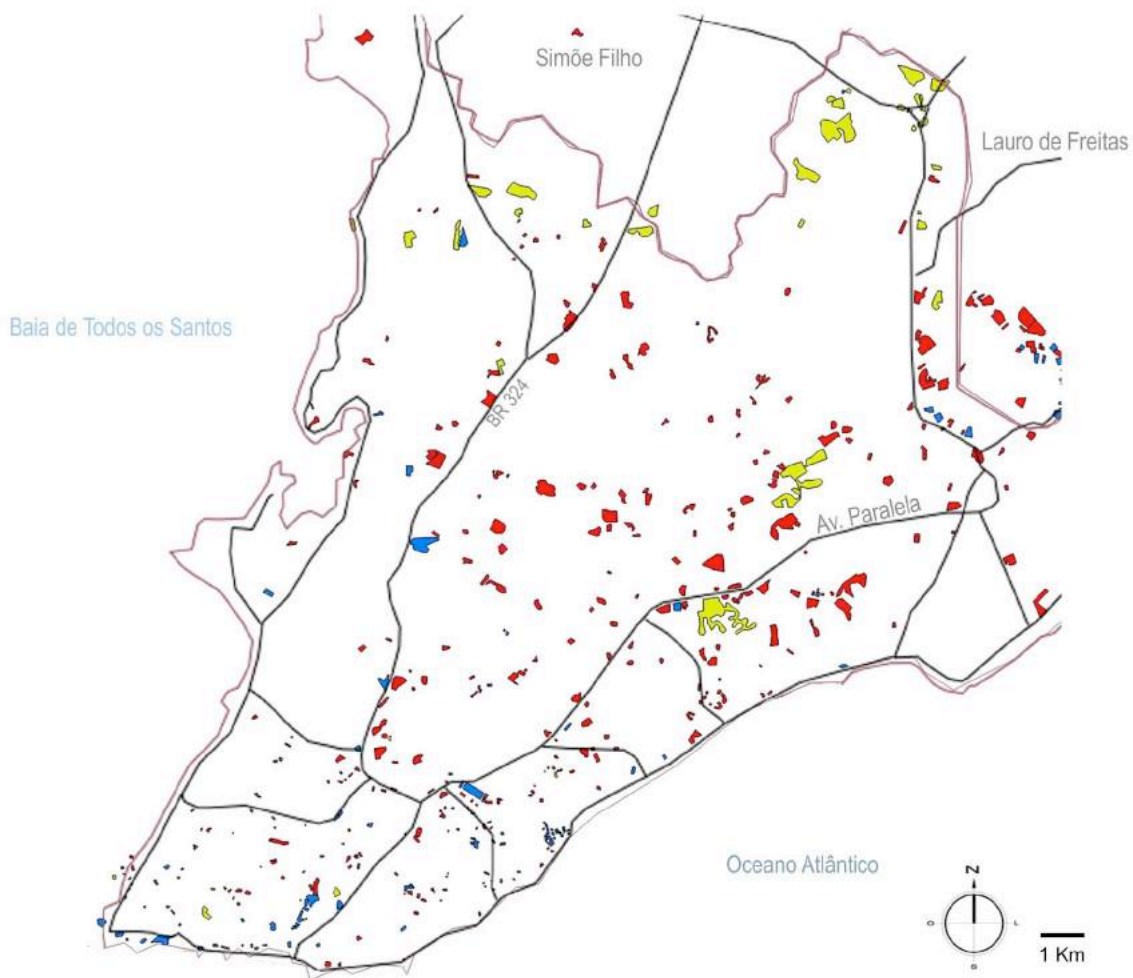
Encaves: Estruturas com pouco volume edificado em uma grande área – complexo de edificações horizontais de grande porte.



19° Batalhão de Caçadores do Exército no bairro Cabula, porção Centro, Salvador (Fonte: Google Earth)

Apresentação dos Resultados e Discussão

Transformações Urbanas – Salvador (2006–2016):



LEGENDA

- Adição
- Substituição
- Consolidação
- Limite do município
- Eixos viários importantes

Figura 13

Nesse mapa (**Figura 13**) notam-se diferentes processos de transformação na cidade de Salvador, sendo o mais presente o de consolidação. Ao sul de Salvador, área marcada por bairros como a Barra, Graça e Ondina, ocorreram substituições das tipologias existentes.

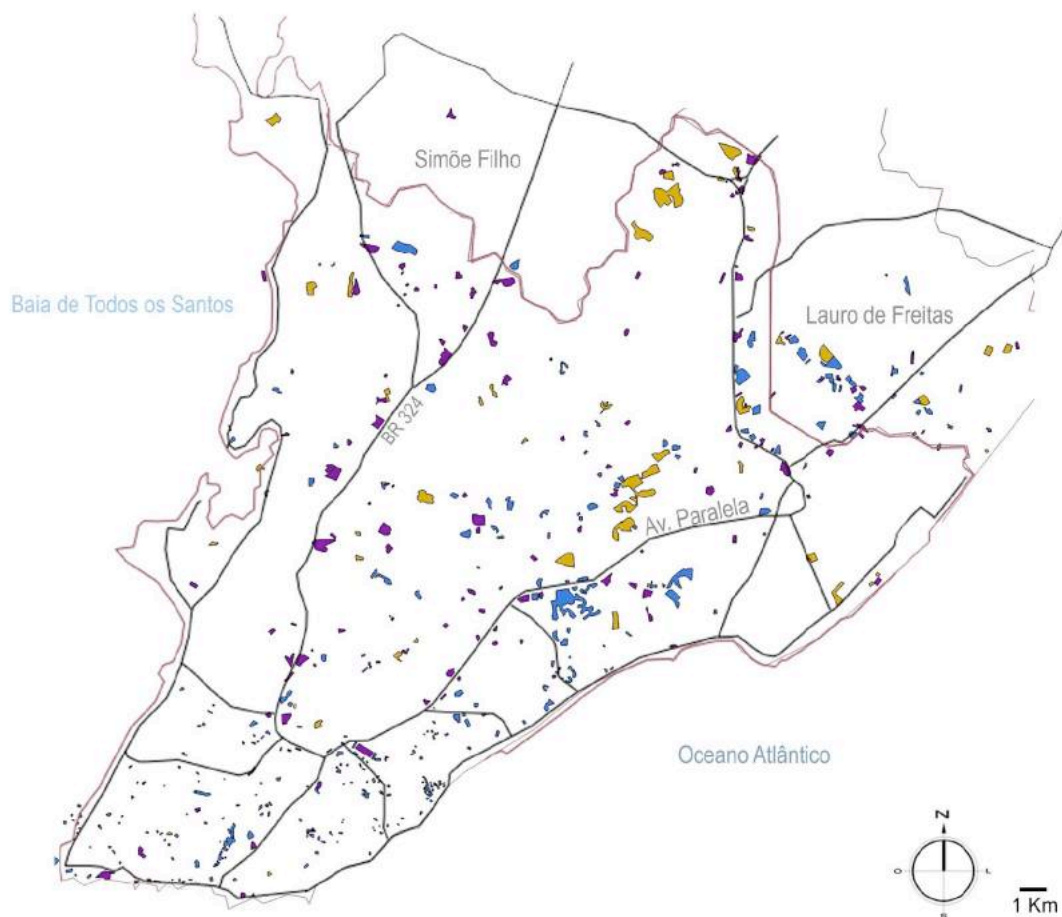


Já na área do centro histórico ocorreram poucas mudanças. Outro ponto a se ressaltar é a importância de dois eixos de circulação: a BR 324 e a Av.Paralela, que interligam a área central ao norte da cidade. A segunda liga também o aeroporto e a cidade Lauro de Freitas, onde ocorre processos urbanos semelhantes, por isso o mapeamento também foi realizado nessa área.

Essas áreas de transformação urbanas também foram classificadas quanto à sua tipologia geral.

Mapa das tipologias gerais nas áreas de transformação:

As transformações foram reagrupadas conforme as categorias tipológicas gerais: horizontal 1, horizontal 2 e vertical.



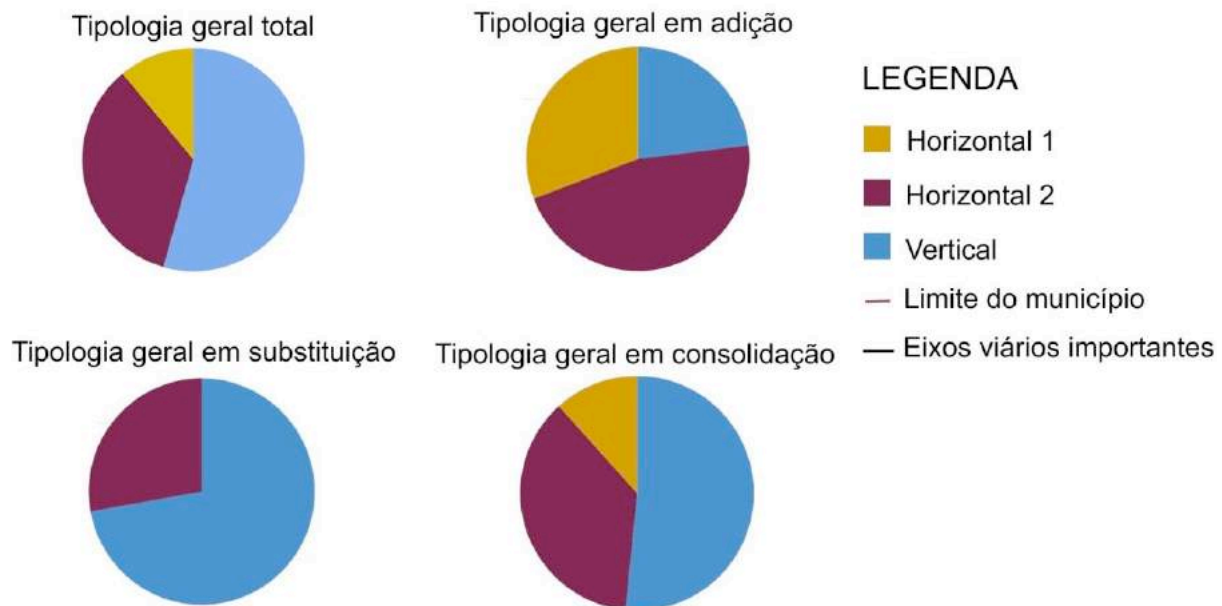


Figura 14

O levantamento das tipologias gerais (**Figura 14**) foi realizado considerando apenas a incidência dos eventos e não as áreas que eles ocupam. As três tipologias – horizontal 1, horizontal 2 e vertical – foram consideradas de forma agregada, ou seja, inclui suas subdivisões.

Quando consideramos as transformações de forma agregada, a verticalização mostrou-se como tipologia predominante. Já ao comparar as tipologias dos processos de Adição, Substituição e Consolidação, é possível destacar que nas áreas onde houve substituições, a maioria foi resultado de verticalização. Essa tipologia também foi maioria no processo de consolidação, já a tipologia horizontal 2 foi a maioria dos processos de adição.

As tipologias gerais foram detalhadas quanto às suas tipologias específicas e identificadas à sua ocorrência no território:



Mapa das tipologias específicas do horizontal 1:

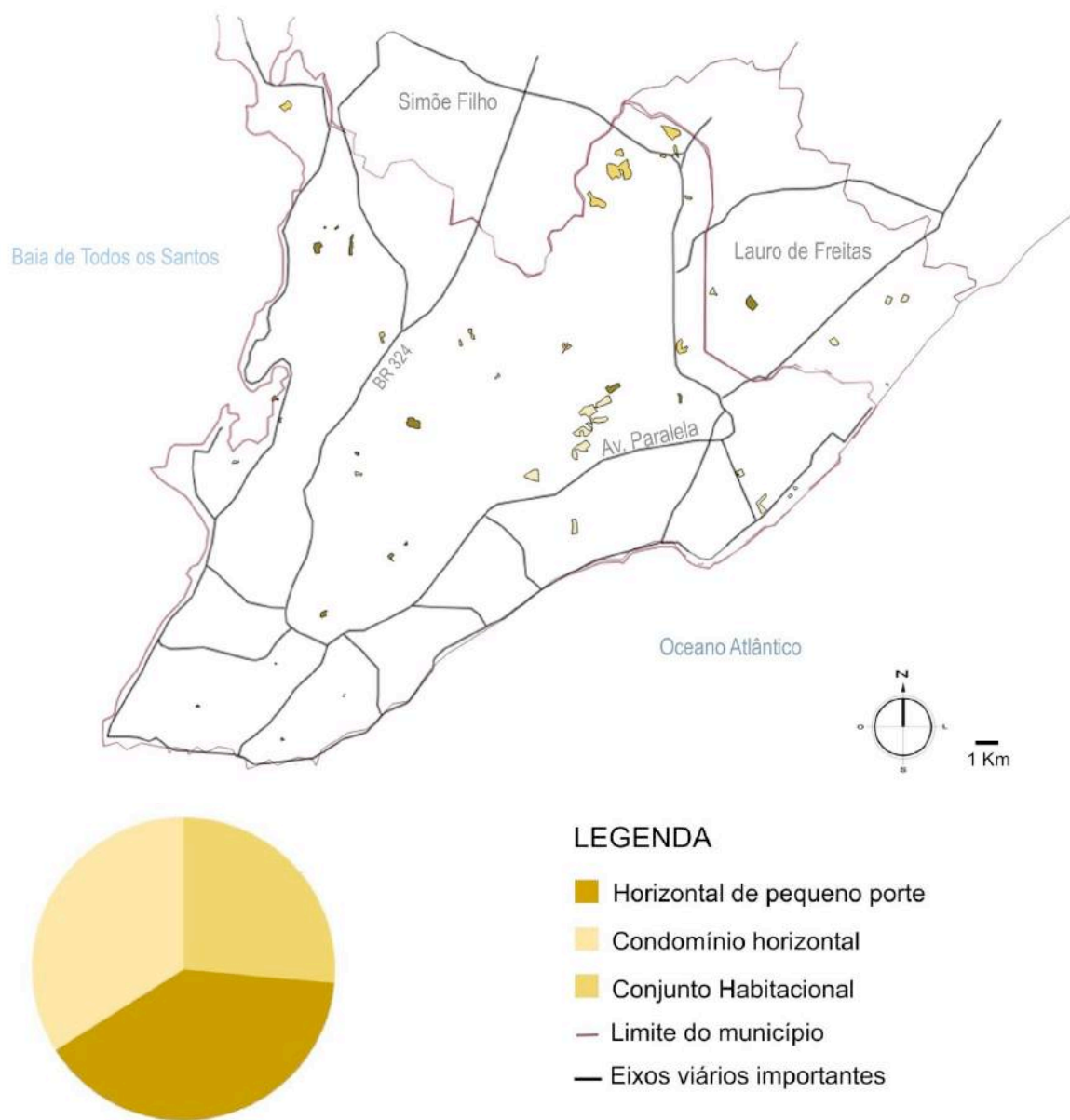


Figura 15

Com base no mapa e no gráfico (**Figura 15**), pode-se ressaltar uma presença significativa de áreas condominiais na porção leste-nordeste de Salvador, uma área marcada pela presença de unidades autônomas e elementos característicos do urbano emergente. Somado a isso, existe a presença de conjuntos habitacionais no norte da cidade, considerada área de expansão urbana, com pouca infraestrutura e com o preço da terra inferior à média da cidade, portanto é mais procurada para atender a população de baixa



renda.

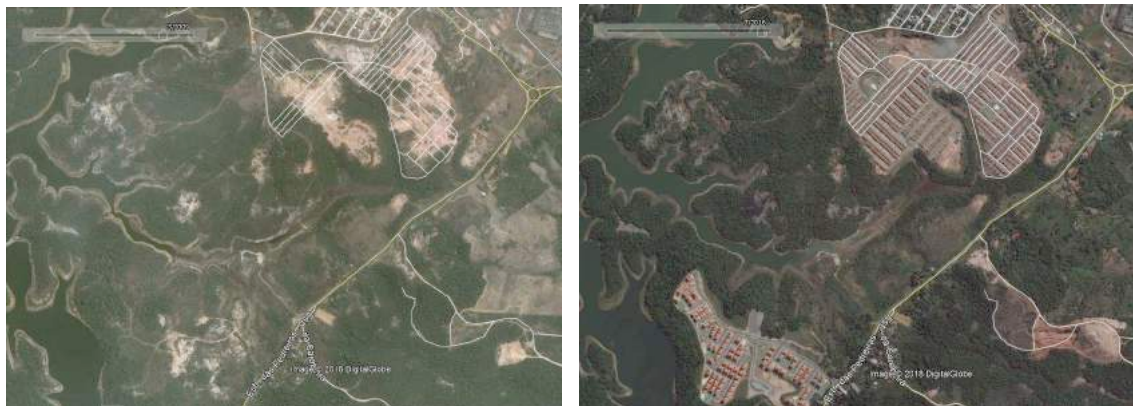


Figura 16: Estrada das Pedreiras, porção Nordeste, Salvador 2009 (à esquerda) e 2016 (à direita)

(Fonte: Google Earth)



Figura 17: Bairro Bairro Alphaville 2, porção leste, Salvador 2005 (à esquerda) e 2016 (à direita)

(Fonte: Google Earth)

As fotografias aéreas demonstram os processos de urbanização que resultaram em tipologias do Horizontal um, a **Figura 16** evidencia o aparecimento de conjuntos habitacionais fora do urbano tradicional. A **Figuras 17** demonstra o aparecimento de condomínios fechados mundo recorrentes nas cidades brasileiras.



Mapa das tipologias específicas do horizontal 2:

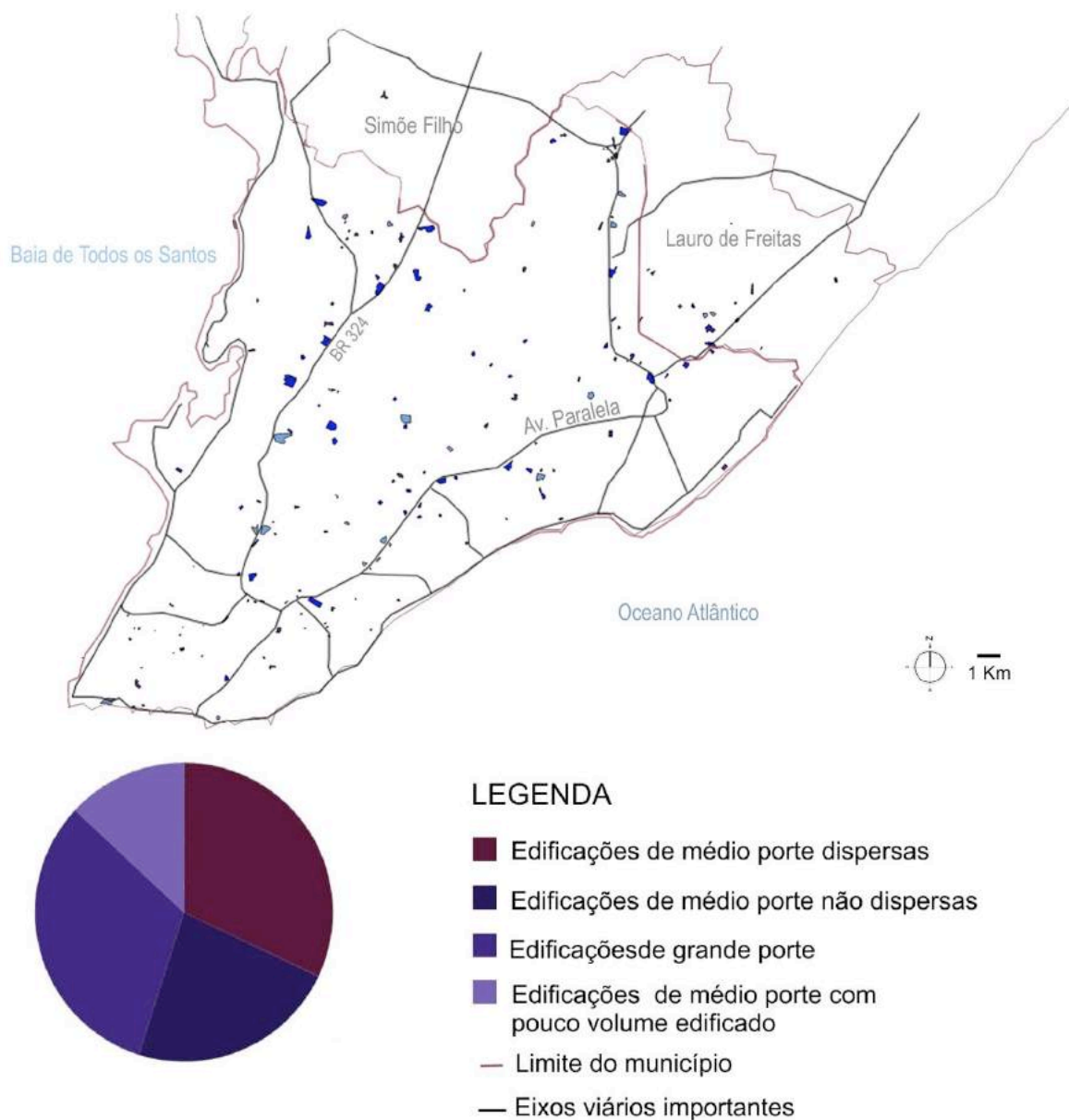


Figura 18

As tipologias específicas do horizontal 2 (**Figura 18**) se distribuem por toda a cidade, vale salientar que elas ocupam lugares estratégicos ao longo ou próximas de eixos de circulação importantes.

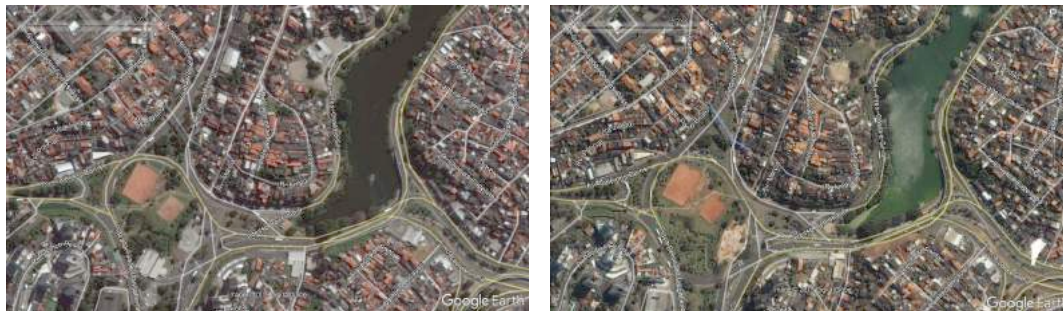


Figura 19: Bairro do Tororó, porção Centro, Salvador 2006 (à esquerda) e 2016 (à direita)
(Fonte: Google Earth)

Na região do dique do Tororó (**Figura 19**), área mais central da cidade, ocorreram mudanças pontuais: no ano de 2008 haviam poucos espaços vazios, já em 2016 foram ocupados por galpões ligados aos eixos de circulação ali presentes, dessa forma, por mais que o tecido seja tradicional, a lógica emergente opera no território, e assim produz um híbrido entre esses dois tipos de urbanização. Apesar de ocorrerem mudanças nessa parte cidade tida como tradicional, as variações são pontuais e dispersas, o que ainda caracteriza uma cidade com malha tradicional, pois essas mudanças não descaracterizam os componentes mínimos: a rua, o lote e a quadra.

Já na parte norte de Salvador, o urbano extensivo se apresenta mais característico, pois as mudanças no intervalo de tempo considerado são drásticas e acentuadas. Em comparação com as mudanças do urbano tradicional, as no urbano emergente são em escala territoriais, bairros inteiros sofreram transformações, pois eles são adicionados na malha urbana fragmentada e se consolidam como um todo. Além disso, as estruturas dos equipamentos também possuem uma escala maior, não se contendo em um lote tradicional, mas sim em grandes glebas.

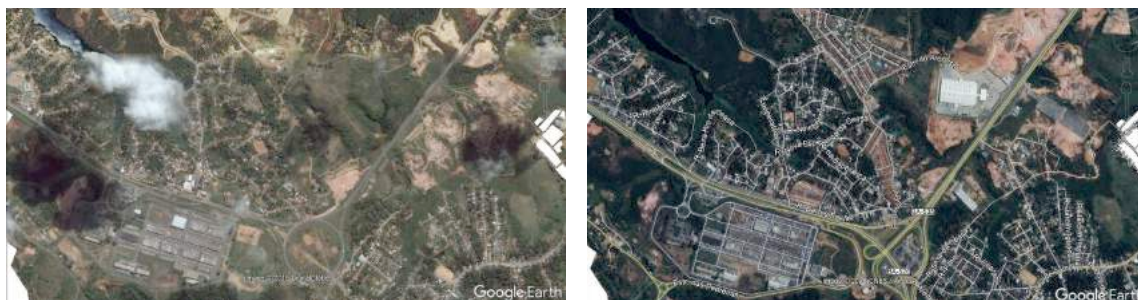


Figura 20: Bairro do Ceasa, porção Nordeste, Salvador 2006 (à esquerda) e 2016 (à



direita)

(Fonte: Google Earth)

O bairro do Ceasa (**Figura 20**) apresenta uma estrutura típica de malha emergente, e no intervalo de tempo estudado ocorreram mudanças significativas no território. Em 2006, a região já apresentava unidades autônomas vinculadas à rodovia, contudo esse entroncamento foi potencializado por uma melhor articulação, e em 2016 já apresenta adição de unidades e uma consolidação geral dos bairros ligados a rodovia.



Figura 21: Bairro da Palestina, porção Norte, Salvador 2006 (à esquerda) e 2016 (à direita)

(Fonte: Google Earth)

Semelhante ao bairro do Ceasa, o Bairro da Palestina (**Figura 21**) apresenta um eixo de circulação e peças autônomas, nesse caso, ainda existe um conjunto habitacional presente em 2016.



Mapa das tipologias específicas do vertical:

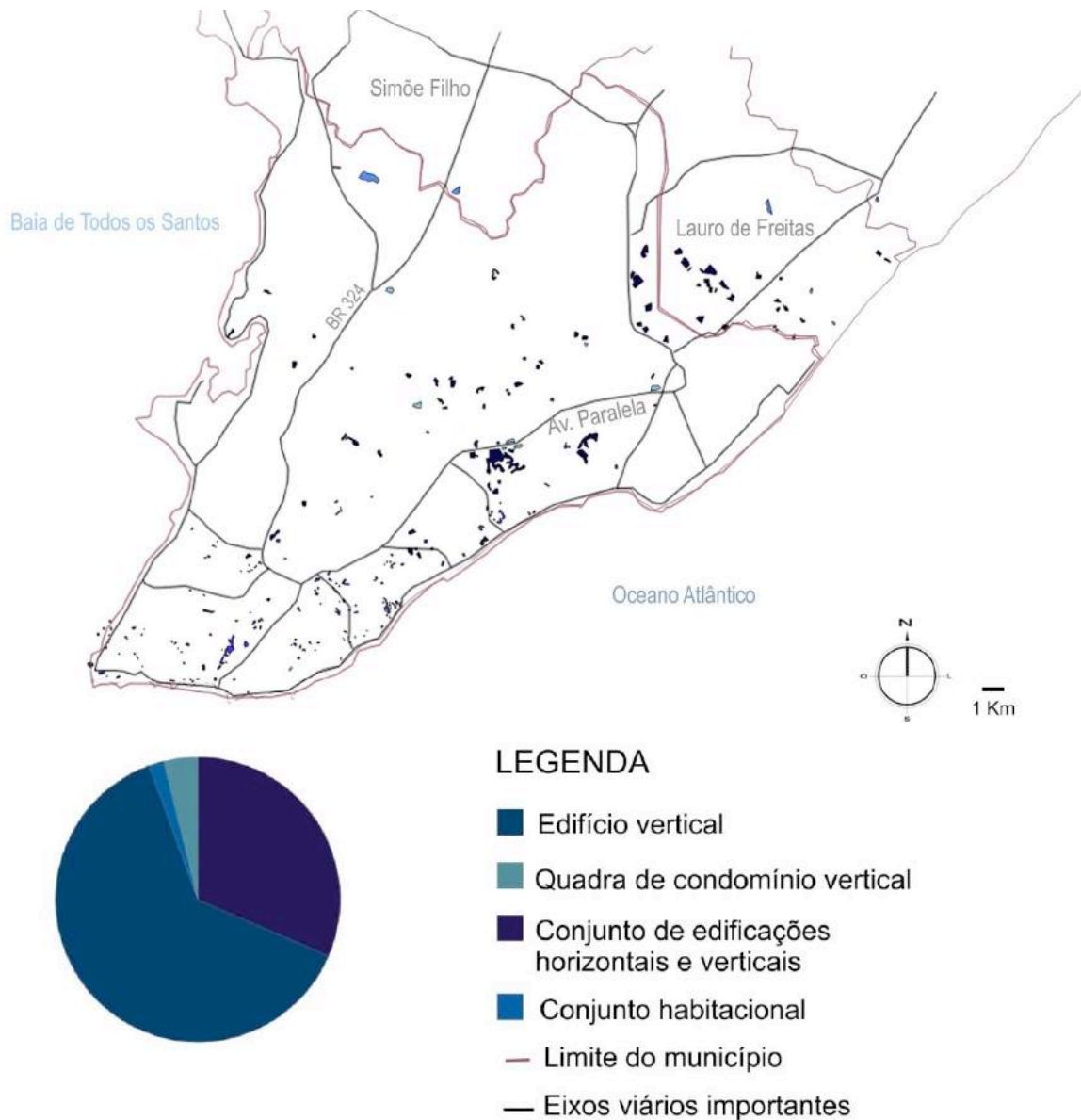


Figura 22

A tipologia Vertical (**Figura 22**) foi a transformação mais presente no território, contudo apresenta dois padrões distintos, um mais comum no tecido tradicional, e o outro no emergente, são eles: o edifício vertical ocupando um lote, e a quadra (gleba) de condomínio vertical. Durante a leitura do território, foi possível observar que o edifício vertical foi fruto de uma



substituição da tipologia anterior em áreas já urbanizadas da cidade, mais precisamente ao sul. Essa é uma área que apresenta lotes regulares e um malha tradicional, dessa forma, os edifícios ocupam um lote cada. Já a quadra de condomínio vertical está mais presente na consolidação de eixos viários importantes, como a Av. Paralela. Essa tipologia não apresenta o lote tradicional e não propõe uma cidade contínua, ligando-se apenas ao eixo de circulação, o que configura uma unidade autônoma.



Figura 23: Bairro Alphaville 1, porção Leste, Salvador 2005 (à esquerda) e 2017 (à direita)
(Fonte: Google Earth)



Figura 24: Bairro Sussuarana, porção Norte, Salvador 2006 (à esquerda) e 2016 (à direita)
(Fonte: Google Earth)



Figura 25: Bairro da Armação, porção Sudeste, Salvador 2008 (à esquerda) e 2016 (à direita)

(Fonte: Google Earth)

No intervalo de tempo estudado houve uma mudança significativa, na orla do Bairro da Armação (**Figura 25**), no ano de 2008, as edificações horizontais eram predominantes, contudo em 2016, ocorreu uma verticalização do local, algo comum na cidade tradicional. Apesar das mudanças a integridade do lote e a rua são mantidas.

Considerações Finais

A partir da análise dos dados coletados é possível compor uma leitura das transformações urbanas ocorridas em Salvador. Os resultados obtidos permitem observar as características dos processos de transformação do território e ainda diferenciar como esses processos ocorrem quando se trata de situações urbanas distintas: o urbano tradicional e o urbano emergente.

Essa análise permite ainda afirmar que a porção sul e centro-oeste compõe o urbano tradicional, com um processo de verticalização que mantém os lotes tradicionais. Já nas porções norte e centro-leste, as transformações e novas ocupações respondem a uma lógica mais emergente de se relacionar com a malha urbana. Durante o mapeamento foi possível destacar a relação crucial que as novas ocupações estabelecem com os grandes eixos de circulação.

Contudo, essa lógica de um urbano territorializado tende a se expandir. Durante a análise foi possível notar a proximidade com a cidade de Lauro de Freitas e a sua conurbação com Salvador por



uma lógica emergente, além disso, novos viários foram abertos e no futuro esta nova mobilidade tende a induzir o aparecimento de novas urbanizações articuladas por essas estruturas viárias expressas.

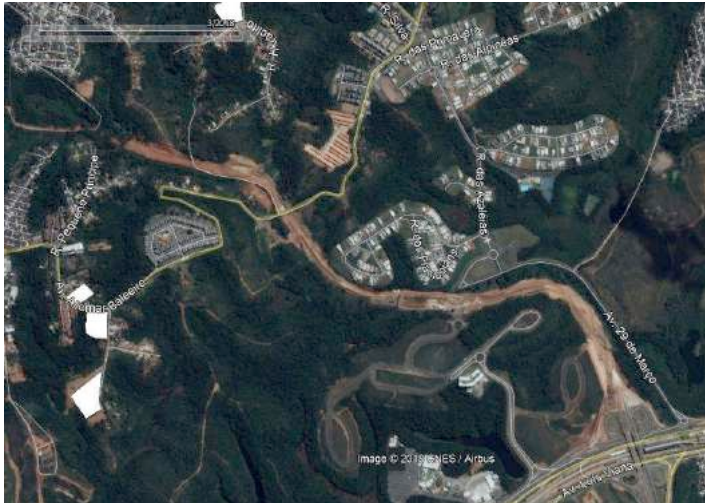


Figura 26: Novo viário na região do Alphaville 2 (Fonte: Google Earth)



Figura 27: Divisa entre Salvador e Lauro de Freitas, 2007 (à esquerda) e em 2017 (à direita)

(Fonte: Google Earth)

Nas imagens dos limites entre os municípios Salvador e Lauro de Freitas (**Figuras 27**) é possível analisar que antes mesmo do período estudado, a ocupação do território já não seguia esses limites. O que ocorre no período estudado é a intensificação de tipologias típicas do urbano alargado, com as unidades autônomas.

A cidade de Salvador apresenta uma importância histórica a nível nacional, seu centro



histórico é tombado como patrimônio da humanidade pela UNESCO, o que ajuda a compor a imagem dessa cidade tradicional.

No entanto, assim como outras grandes cidades brasileiras, nas últimas décadas, ocorreu uma nova urbanização. E a partir da pesquisa e do levantamento realizado sobre o território, foi possível destacar a importância de compreender o processo de urbanização emergente e os seus riscos em produzir um tecido urbano disperso e fragmentado e de baixa urbanidade.

Dessa forma é importante compreender como os eixos de circulação são importantes vetores para o crescimento da cidade e a consequência deles para o processo de formação de unidades autônomas.

Referências bibliográficas:

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.

CABRAL, J; PORTAS, N.; DOMINGUES, Á. “Políticas Urbanas II - Transformações, Regulação e Projetos”. Fundação Calouste Gulbenkian – Brasil, 2011. (P.19-66; 163-205).

CARVALHO, Jorge. “Formas Urbanas”. Edições Minerva Coimbra, 2003. (P. 35-65; 126).

PEGORARO, Rafael Lopez. Transformações na Forma Urbana Brasileira - O estudo de dois centros urbanos. Laboratório QUAPÁ – FAUUSP, 2015.



Praças públicas e forma urbana: o Centro de Vitória – ES

VALFRÉ, Lorenzo Gonçalves (1); PEGORETTI, Michela Sagrillo (2); MENDONÇA, Eneida Maria Souza (3)

(1) Universidade Federal do Espírito Santo; graduando; Vitória, Espírito Santo;
lorenzo934@gmail.com

(2) Universidade Federal do Espírito Santo; doutoranda; Vitória, Espírito Santo;
michelasagrillo@yahoo.com.br

(3) Universidade Federal do Espírito Santo; doutora; Vitória, Espírito Santo;
eneidamendonca@gmail.com

RESUMO

Este artigo busca analisar a relação entre os espaços livres caracterizados como praças públicas no Centro de Vitória/ES e a forma urbana do seu entorno. Buscou-se, a partir dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), classificar quais são as praças que de fato são pertencentes a esta tipologia de espaço livre no bairro, para então analisar e descrever a configuração da forma urbana do entorno das mesmas. Para tanto, além da revisão bibliográfica, foram levantados e produzidos diversos registros gráficos, fotográficos e cartográficos, como mapas de cheios e vazios para realçar o contraste entre espaços construídos e livres. Observa-se que, apesar da PMV considerar a existência de dezoito praças públicas no local, seis destas não possuem características para tanto. Ainda assim, nesses doze espaços considerados como praças, muitos deles se encontram em precário estado de conservação, fato que sugere a necessidade de requalificação para melhor atender a moradores e visitantes do Centro de Vitória. Quanto à forma urbana e à relação desta com as praças, observa-se que o Centro apresenta camadas históricas sobrepostas e que se manifestam em períodos sucessivos de formas urbanas, que ali se acumularam. Nesse contexto, foram identificadas praças de desenho e dimensões



variadas, construídas em tempos distintos, sendo, portanto distintas, também, as características do entorno destas, o que remete a possibilidades diversas de articulação das mesmas com o ambiente urbano.

Palavras-chave: espaço livre; morfologia urbana; Centro de Vitória; praça.

PUBLIC SQUARES AND URBAN FORM: THE DOWNTOWN OF VITORIA - ES

ABSTRACT

From previous studies, this paper aims at analyzing there lationship between open spaces characterized as public squares of Vitoria's downtown neighborhood and its urban form. Based on the data provided by the Municipality of Vitória, the researchers sought to classify which were the open spaces that are in fact publics quares, to further describe and analyze its configuration and urban form of the surroundings. In order to achieve that and besides the bibliographic review, photographs and maps, such as nollis, were researched and produced. It was noted that although the Municipality of Vitoria considers the existence of eighteen publics quares in the neighborhood, six of those doesn't have any characteristics for such classification. Evenworse, in those twelve open spaces considered as public squares, many of them are in terrible state of conservation, which is important to be warned for future studies aim in gatther equalification of those spaces to better serve people. Regarding the urban form and its relation with the public squares, it was noted that Vitoria's downtown have a variety of urban morphological patters analyzed and that scale, with public squares with a variety of design and dimensions, that refer to different moments of Vitoria's history.

Key-words: open spaces; urban morphology; Vitoria - ES; public squares;

1. Introdução

Vitória, capital do Espírito Santo, é município principal da chamada Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), que conta ainda com os municípios de Vila Velha, Cariacica,



Serra, Viana, Guarapari e Fundão. Cabe destacar que estes dois últimos foram incluídos, respectivamente, pela Lei 159 de 8 de julho de 1999 e Lei 204 de 21 de junho de 2001 (ESPÍRITO SANTO, 2005).

O Centro de Vitória, que abriga parte do núcleo inicial de fundação da cidade, oficialmente datada de 1551 (Oliveira, 1975), se caracteriza por apresentar uma variedade de padrões morfológicos e consequente desenhos e tipologias de praças públicas resultado da longevidade da própria área. Isso o torna, dessa forma, valioso objeto de estudo quanto ao seu sistema de espaços livres e da forma urbana.

Os sistemas de espaços livres das cidades brasileiras, bem como a relação deste com a forma urbana, são temas de pesquisa de diversas universidades do Brasil sob a coordenação do grupo de pesquisa Quadro do Paisagismo no Brasil (QUAPÁ), vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. No Espírito Santo, tal pesquisa é coordenada pelo laboratório de pesquisa Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (NAU) da Universidade Federal do Espírito Santo.

No presente artigo buscou-se analisar, a partir da atualidade e na escala do setor urbano, a relação dos espaços livres caracterizados como praças públicas do Centro de Vitória com a forma urbana do local, de modo a observar e avaliar as relações existentes quanto à inserção destes espaços na cidade e atributos dos elementos morfológicos do seu entorno. Consiste também, como objetivo deste trabalho, avaliar se os espaços livres classificados como praças pela Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), de fato pertencem à essa tipologia de espaço livre. O estudo se justifica pela necessidade de compreensão das relações entre a forma urbana do lugar e seus espaços livres caracterizados como praças, de modo a servir como embasamento para planejamento futuro.

O procedimento metodológico se deu pela elaboração de mapas de mesma escala com imagens de satélite das praças e do entorno imediato destas e de mapas do tipo figura-fundo, sendo este último, para destacar o contraste entre os espaços construídos e os espaços livres em questão, além de revisão bibliográfica pautada em conceituações acerca dos temas espaço livre e forma urbana. Os mapas foram desenvolvidos no software de código aberto Quantum GIS (QGIS) segundo dados georreferenciados obtidos



junto à PMV. Para complementar a análise, bem como entender melhor a inserção destes espaços no bairro em questão, foram apresentados, também, registros fotográficos das praças.

O termo espaço livre remete à definição proposta por Magnoli (1982), que considera todos os espaços livres de edificação, como praças, parques, ruas, bem como terrenos vazios e áreas de lazer privadas. Carneiro e Mesquita (2000) propõem classificação quanto às tipologias destes espaços livres, dividindo-os em espaços livres públicos de equilíbrio ambiental – como unidades de conservação –, espaços livres públicos de recreação – faixas de praia, parques, praças, etc. – e os espaços livres privados, que correspondem, por exemplo, às áreas de lazer de condomínios particulares. Além destes, as autoras ainda consideram a existência de outra categoria: os espaços livres potenciais, podendo ser públicos ou privados. Estes correspondem às “[...] áreas com possibilidades de uso futuro para a recreação ou momentaneamente dispendo de instalações de recreação em caráter incipiente, que servem como indicadores da necessidade de criação de espaços públicos, e contribuem para evitar invasão ” (Carneiro e Mesquita, 2000, p. 29). Cabe destacar que tal classificação já foi utilizada em diversos trabalhos, cujo objeto de estudo é a RMGV, como Mendonça et al (2012) e Mendonça e Valfré (2018).

Forma urbana, por sua vez, é entendida segundo conceitos de Lamas (2000), que a considera como a composição dos diferentes elementos morfológicos da cidade associados entre si, como edifícios, vias, praças, monumentos, etc.

2. As praças públicas do Centro de Vitória

As características morfológicas do atual Centro de Vitória podem não transparecer, numa primeira apreensão, a grande quantidade de praças públicas – dezoito, segundo os dados da PMV –. Na verdade, o bairro se encontra bastante adensado e verticalizado, com vias, muitas vezes, estreitas e tortuosas e edificações ocupando, quase sempre, a totalidade dos lotes, independente da data em que foram edificadas.

Tais características morfológicas podem ser a explicação da sensação de que o bairro carece de espaços públicos voltados para exercício de práticas sociais. No entanto, ao



observar os espaços considerados como praças pela PMV, constata-se que boa parte destes deveriam ser classificados por outras tipologias de espaços livres, o que reduz significativamente o número efetivo de praças públicas no local.

A Figura 1 indica as localizações destes espaços, tal como observado nos dados georreferenciados da PMV. As Figuras 2 e 3 apresentam aproximações em mesma escala destes espaços. A posteriori, serão comentados, após uma aproximação ao conceito de praça pública, os motivos pelos quais alguns destes espaços foram classificados, neste estudo, como praças, e outros, não.



Figura 1. Localização das praças do Centro de Vitória com destaque em vermelho para o aterro da Esplanada Capixaba. Fonte: Google Earth.

Diversos autores propõem definições sobre o conceito de praça. Para Alex (2008), as praças são estruturas urbanas que se moldam como ponto de convergência de fluxos, tendo como vocação ser um local privilegiado em que se concretiza o rito social, espaço público de convívio e inclusão; para o autor, praça “não é apenas um espaço físico aberto, mas também um centro social integrado ao tecido urbano. Sua importância refere-se ao seu valor histórico, bem como a sua participação contínua na vida da cidade” (2008, p. 23). Segundo Viero e Barbosa Filho (2009) o conceito de praça pode ser definido como qualquer espaço livre público urbano, livre de edificações e que propicie convivência e/ou recreação para os usuários. Queiroga (2001) observa que a praça é sub espaço livre de edificações e que, como lugar público, possui estreita relação com os edifícios do seu entorno imediato. Macedo e



Robba (2002) comentam, que embora haja divergência entre autores, todos parecem concordar em conceituar praça como um espaço público e urbano, e que o caráter social deste espaço sempre o caracterizou como sua mais intrínseca qualidade. A abordagem dos autores deixa evidente algumas premissas básicas articuladas à praça enquanto elemento urbano de caráter social: o uso, a acessibilidade e a integração com o tecido urbano e seu entorno.

Neste sentido, com base na bibliografia utilizada e nas conceituações expostas, foram desconsiderados diversos espaços classificados como praças públicas pela PMV, visto que estes carecem de certas características e/ou apresentam outras, que nos levam à conclusão de que se enquadram melhor em outras tipologias de espaços livres.

Na Figura 2 são apresentadas aproximações aéreas, em mesma proporção, dos espaços livres (destacados em vermelho) considerados como praças pela PMV. Já, a Figura 3 expõe o mapa de figura-fundo, de modo a destacar o contraste entre os espaços livres e construídos nestas frações. As Figuras 4 e 5 apresentam registros fotográficos com os respectivos nomes das praças.

As Figuras 2 (C), 3 (C) e 4 (C) mostram um destes espaços desconsiderados neste estudo, como praça. Trata-se de espaço livre pertencente ao terreno da Escola Técnica Municipal de Teatro, Dança e Música (FAFI) e possui acesso controlado ao público, tratando-se, portanto, de um espaço sem características de convívio social ou infraestrutura passíveis de elevá-lo à categoria de praça pública. A PMV, no entanto, indicou tal espaço como sendo a Praça Pedro Caetano.

Os dois espaços destacados à esquerda nas Figuras 2 (F), 3 (F) e acima na Figura 4 (F), por sua vez, tratam de um canteiro e de uma escadaria, e foram, portanto, também desconsiderados neste estudo, como praças. Os nomes indicados são, respectivamente, Praça Cecília Monteiro e Praça Presidente Roosevelt.

As Figura 2 (H) e 3 (H) nos mostram, destacado na parte inferior nas mencionadas figuras, outro espaço desconsiderado como praça. Trata-se, neste caso, apenas de um alargamento de calçada (destacado em vermelho na Figura 5 (H)), sendo denominado



pela PMV, como Praça Rotary.

As Figura 2 (K), 3 (K) e 5 (K) mostram um espaço que nem ao menos é livre de edificações, visto que se trata de uma quadra poliesportiva coberta. Embora seja denominado de Praça Capitão Manoel Roberto Vasconcelos, este foi também um espaço desconsiderado neste trabalho pelas mencionadas características.

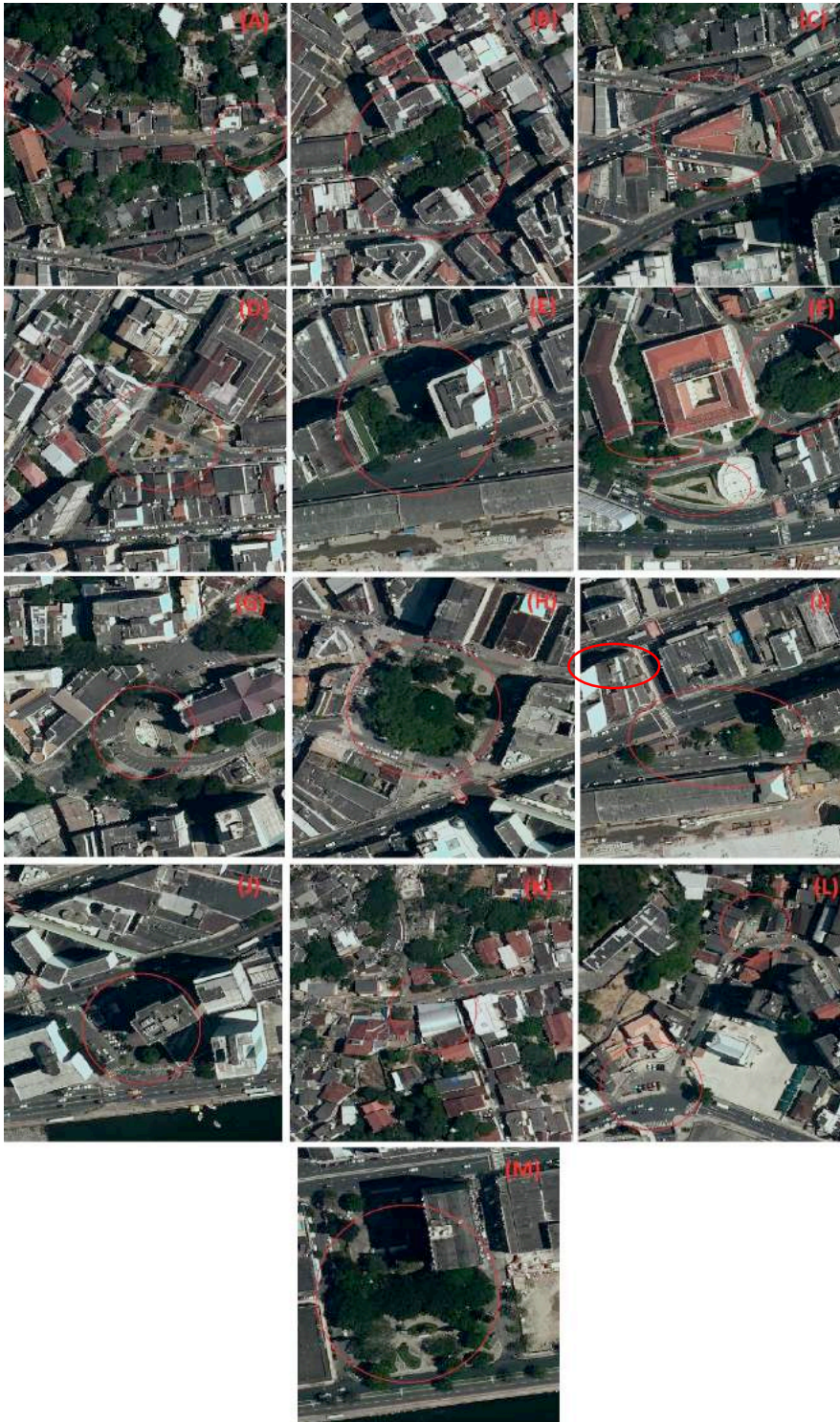


Figura 2. Aproximações em mesma escala das praças. Fonte: elaborado pelos autores a partir de imagens do Google Earth.

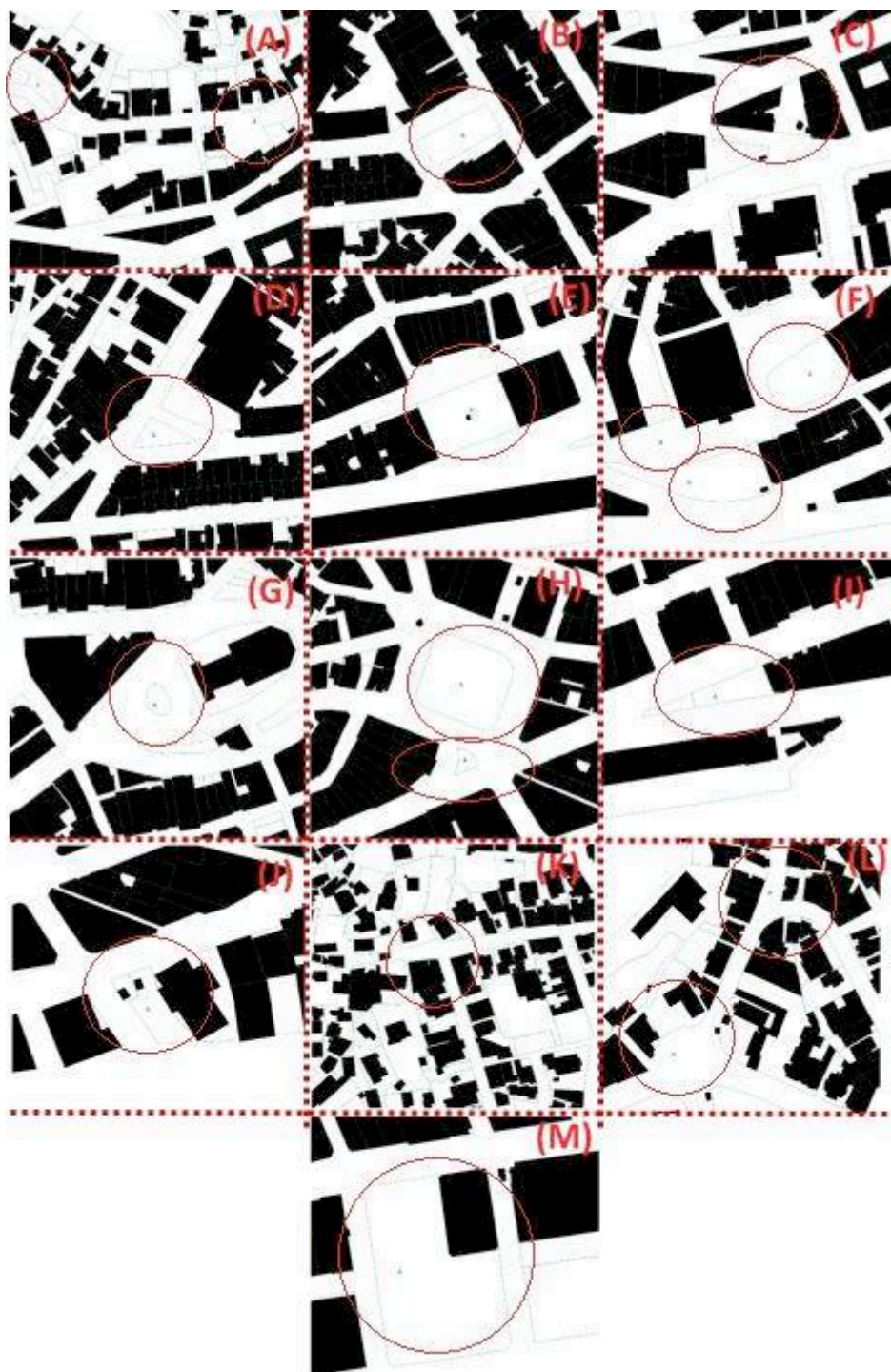


Figura 3. Figura-fundo em mesma escala das praças e entorno. Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da PMV.

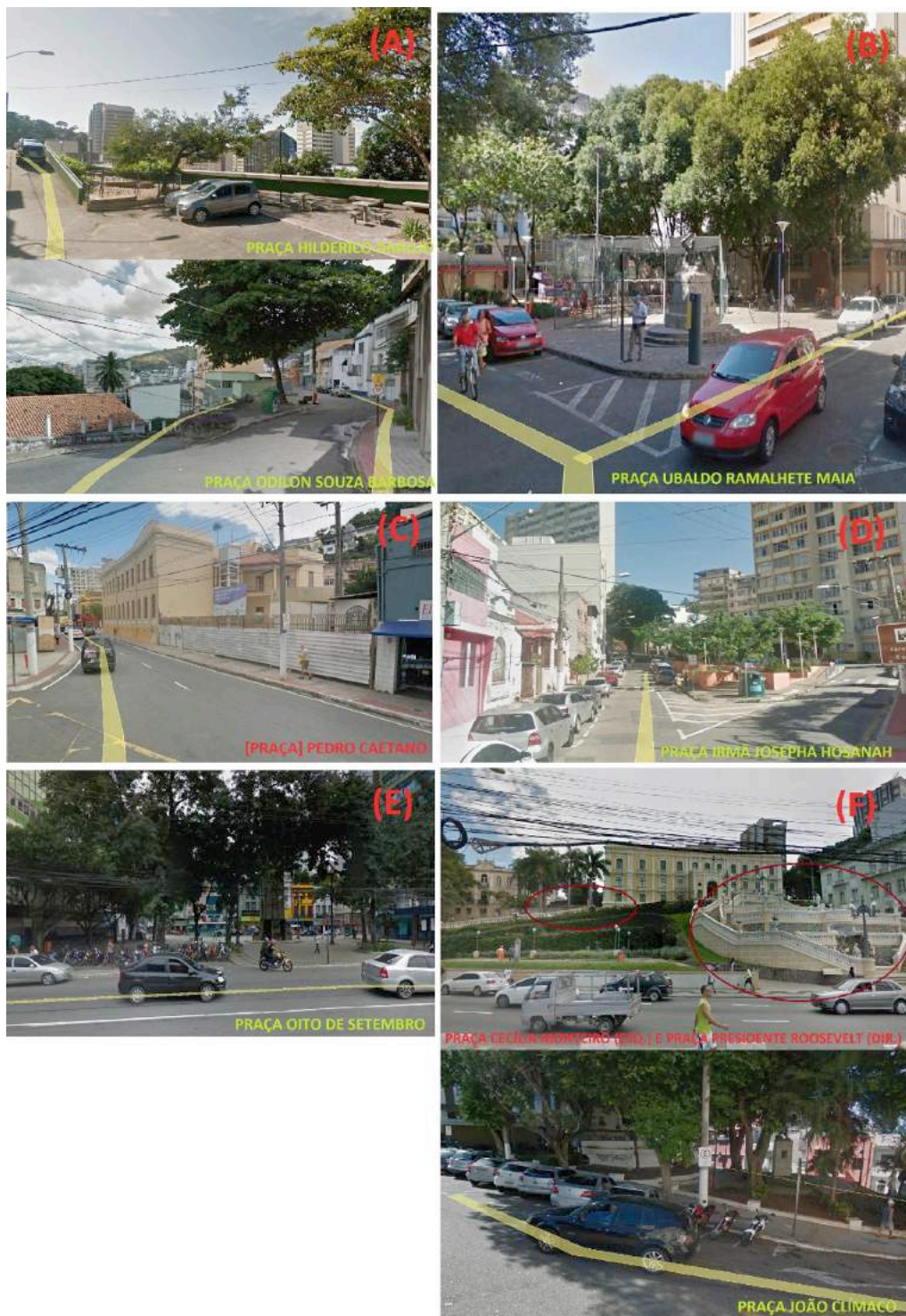


Figura 4. Registros fotográficos das praças. Fonte: Google Street View.

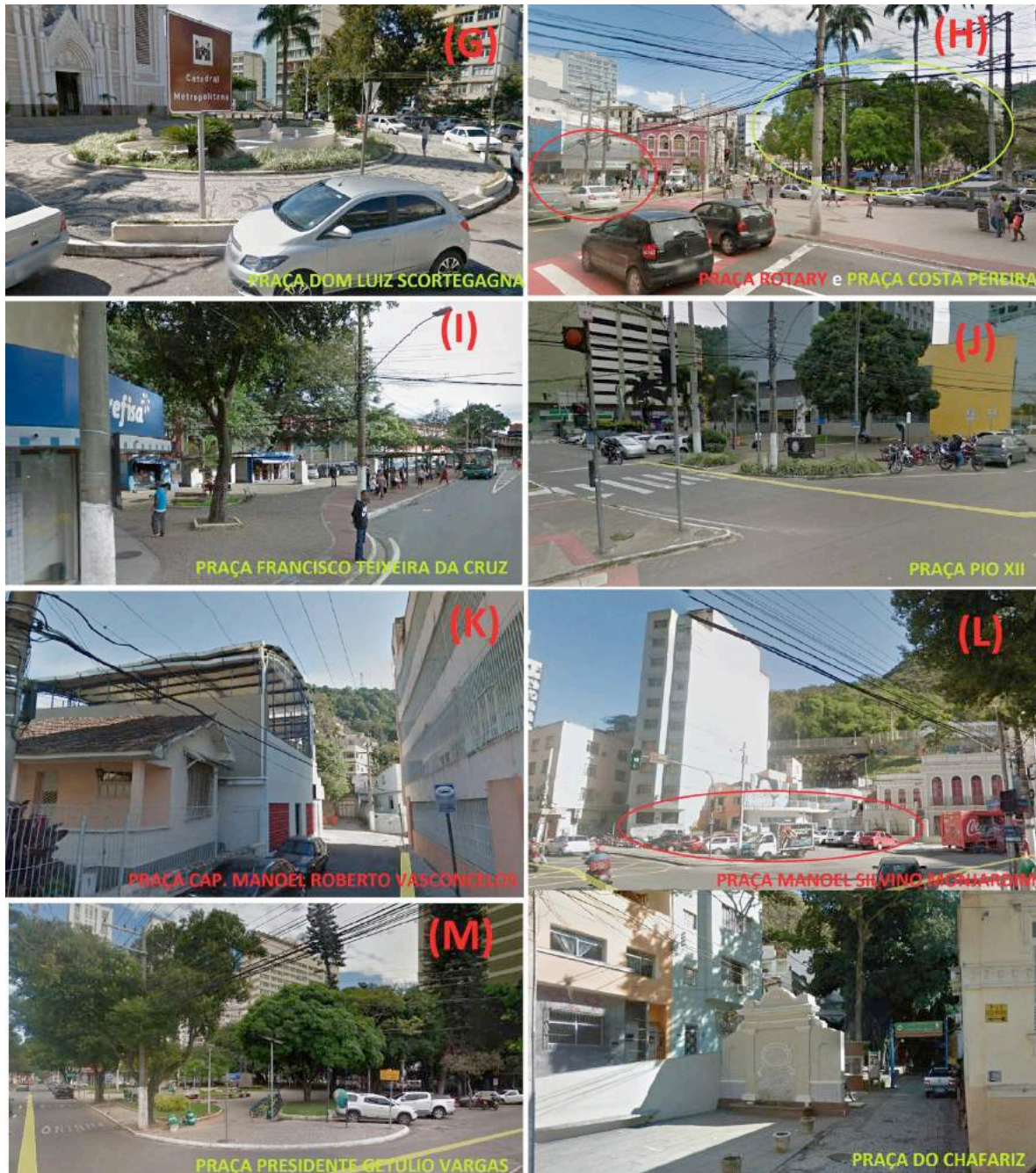


Figura 5. Registros fotográficos das praças. Fonte: Google Street View.

Por fim, nas Figuras 2 (L) e 3 (L) observa-se um outro espaço, destacado em vermelho na parte inferior destas figuras, que na verdade é um estacionamento improvisado de veículos, o que também nos leva a desconsiderar tal espaço como praça. Segundo a PMV, este espaço é denominado Praça Manoel Silvino Monjardim e está destacado na Figura 5



(L).

Dessa forma, seis dos dezoito espaços considerados como praças pela PMV não foram, neste artigo, considerados como tal tipologia de espaço livre, o que representa uma redução de 33% da quantidade total. Tais espaços, como demonstrado, são: Praça Pedro Caetano; Praça Cecília Monteiro; Praça Presidente Roosevelt; Praça Rotary; Praça Capitão Manoel Roberto Vasconcelos e Praça Manoel Silvino Monjardim.

Os outros doze espaços livres, considerados, a princípio, como praças públicas, por atenderem aos critérios de serem espaços de convívio social, livres de construção e contarem com acesso público, são: Praça do Chafariz; Praça Ubaldo Ramalhete Maia; Praça Irmã Josepha Hosanah; Praça Dom Luiz Scortegagna; Praça Francisco Teixeira da Cruz; Praça Costa Pereira; Praça Pio XII; Praça Presidente Getúlio Vargas; Praça Oito de Setembro; Praça João Clímaco; Praça Hilderício Araújo; Praça Odilon Souza Barbosa.

Cabe ainda mencionar que outros espaços livres do Centro, como os da Figura 2 (A), 3 (A) e 4 (A), embora ainda tenham sido considerados como praças nesta etapa, possuem pouca infraestrutura e uso por parte da população, devendo ser objetos de atenção quanto à necessidade de requalificação. Estes mencionados espaços são as praças Hilderício Araújo e Odilon Souza Barbosa (Figura 4 (A)).

O quadro a seguir (Quadro 01) nos mostra todos os dezoito espaços, segundo os dados da PMV, sendo que cortados com linha vermelha são os que foram desconsiderados, e destacados em verde, os que foram considerados como praças públicas. Destaca-se, além disso, que a Figuras 4 e 5 apresentam fotografias destes espaços com seus respectivos nomes, de modo a oferecer uma melhor aproximação do leitor com os mesmos.



PRAÇAS DO CENTRO DE VITÓRIA (FONTE: PMV)

PRAÇA PEDRO CAETANO	PRAÇA CECILIA MONTEIRO	PRAÇA PIO XII	PRAÇA CAP. MANOEL R. VASCONCELOS
PRAÇA DO CHAFARIZ	PRAÇA PRESIDENTE ROOSEVELT	PRAÇA PRESIDENTE GETULIO VARGAS	PRAÇA HILDERICO ARAUJO
PRAÇA MANOEL SILVINO MONJARDIM	PRAÇA DOM LUIZ SCORTEGAGNA	PRAÇA OITO DE SETEMBRO	PRAÇA ODILON SOUZA BARBOSA
PRAÇA UBALDO RAMALHETE MAIA	PRAÇA FRANCISCO TEIXEIRA DA CRUZ	PRAÇA JOÃO CLIMACO	
PRAÇA IRMÁ JOSEPHA HOSANAH	PRAÇA COSTA PEREIRA	PRAÇA ROTARY	

Quadro 01. Praças do Centro (verde) e as desconsideradas cortadas em vermelho.

Embora o número inicial de praças públicas apresentado nos dados da PMV tenha se reduzido consideravelmente após a análise, ainda assim, nota-se, se comparado a outros momentos da história da cidade (Figura 06), um importante incremento deste tipo de espaço livre no bairro, no século XX.



Figura 6. Planta de Vitória do ano de 1895 com destaque em vermelho para os locais considerados como praças. Fonte: PMV.

A comparação das Figuras 1 e 6, que representam, respectivamente, a área de estudo em 1895 e atualmente, nos revela este grande crescimento quantitativo, que em muito foi influenciado pelo intenso processo de urbanização que ocorreu na cidade, durante o século XX (Klug, 2009).



Marques (1878) comenta que a então cidade de Vitória, em fins do século XIX, continha quatro praças públicas, que eram na sua maioria associadas a igrejas (apud Bellini, 2014). A Figura 6 representa a tentativa de identificar tais praças em planta da cidade, de 1895.

3. As praças na forma urbana

O Centro de Vitória possui uma variedade de tipologias de praças e padrões morfológicos, como mencionado. De praças que remetem às origens destes espaços no Brasil, como espaços associados a igrejas (Figuras 2, 3 e 5 (J)), até aquelas de desenho e entorno modernista (Figuras 2, 3 e 5 (M)), passando por outras tipologias, é notável a variedade destes espaços no Centro de Vitória. Isso reflete a longevidade da área de estudo e nos mostra reflexos e influências de diversos períodos da sua história, passando, de certa forma, do colonial ao moderno. Podemos destacar, neste sentido, três tipos de relação entre as praças e a forma urbana do entorno.

Observa-se que as praças localizadas próximas à Baía de Vitória (Figura 2, 3 e 5 (E) (I) (J) (M)), mais especificamente localizadas no aterro da Esplanada Capixaba (Figura 1), são as que remetem a um período mais recente da história de Vitória, cuja influência modernista é visível no desenho destes espaços e dos edifícios do entorno. Este aterro foi realizado durante a década de 1950 e foi palco do auge da intensificação do processo de verticalização da cidade. Nestes casos, as praças possuem grande área (no geral superior a 500 m²), formas mais regulares e entorno marcado por edificações com gabarito superior a dez pavimentos, ocupando quase a totalidade dos lotes e limitando-se com largas vias.

Outros espaços, como a Praça Costa Pereira (Figuras 2, 3 e 5 (H)), Praça Ubaldo Ramalheite Maia (Figuras 2, 3 e 4 (B)), Praça Irmã J. Hosanah (Figuras 2, 3 e 4 (D)) e Praça João Clímaco (Figuras 2, 3 e 4 (F)), estão localizados em meio a padrões morfológicos que remetem a períodos mais antigos da cidade e do Centro de Vitória, mas também, a outros mais recentes. Alguns destes espaços, como a Praça Costa Pereira, por exemplo, é reflexo da intenção modernizadora e de negação à cidade colonial do início do século XX (Klug, 2009). Tal praça fora um largo (Largo da Conceição) antes do processo de modernização da cidade, transformado, no final de década de 1920 (Pegoretti, 2018), na praça em



questão. Nestes casos, observa-se a grande variação de altura das edificações do entorno, muitas vezes apresentando sobrados coloniais e ecléticos, mas também edifícios de desenho modernista e vários pavimentos. As vias também se apresentam do mesmo modo, variando de estreitas a largas. No entanto, a implantação das edificações também ocorre de modo a ocupar quase a totalidade dos lotes. A área das praças também varia bastante, de quase 1000 m², a áreas inferiores a 200 m², por exemplo.

Por fim, o restante dos espaços, praças Odilon Souza Barbosa e Hilderício Araújo (Figuras 2, 3 e 4 (A)) e do Chafariz (parte superior das Figuras 2 e 3 (L) e inferior da 5 (L)), encontram-se em locais interiorizados do bairro e não parecem apresentar intenção inicial de desenho especificamente voltado para a função de praça. Nota-se ainda, que essas praças são as de menores dimensões do conjunto, apresentando área menor que 200 m² e entorno marcado por edificações térreas e sobrados, na sua maioria, ocupando quase a totalidade dos lotes, em vias estreitas e tortuosas.

Uma similaridade observada em todos estes espaços, portanto, é a aparente ausência de espaços livres privados no entorno, devido à implantação das edificações ocupando a quase totalidade dos lotes, independente da época em que foram construídas. Este fato estimula, assim, a percepção do espaço como altamente adensado em praticamente toda a extensão do bairro em análise.

A relação da dimensão destas praças com a altura das edificações do entorno também é algo de se chamar a atenção. Observa-se que as praças de maiores dimensões, como a Praça Getúlio Vargas (Figuras 2, 3 e 5 (M)) e a Praça Pio XII (Figuras 2, 3 e 5 (J)), estão inseridas em meio a edificações de altura elevada. Neste mesmo sentido, as praças de menores dimensões, como a Praça Hilderício Araújo e Praça Odilon Souza Barbosa (Figuras 2, 3 e 4 (A)), estão localizadas em meio a edificações de pequena altura, em sua maioria casas ou sobrados.

Outras praças, no entanto, parecem se encontrar num espaço intermediário. É o caso da Praça Costa Pereira (Figuras 2, 3 e 5 (H)), que embora seja uma das maiores praças do bairro, se apresenta em meio a edificações de variadas alturas, embora a implantação densa destas edificações nos lotes seja uma constante.



4. Considerações finais

Conclui-se, primeiramente, que embora a Prefeitura Municipal de Vitória, em seus dados, considere a existência de dezoito praças públicas no Centro de Vitória, com a revisão de literatura pode-se constatar a existência de apenas doze praças. Estas foram assim classificadas, visto que seis não possuem características pertinentes ao próprio conceito, apresentando-se como quadra poliesportiva, canteiro, estacionamento ou alargamento de calçada, ou mesmo, por possuir acesso restrito como anexo à edificação pública. Chama-se a atenção, ainda neste ponto, que alguns dos espaços considerados como praças apresentam estado precário de conservação, o que influencia no baixo uso pela população, como é o caso da Praça Hilderício Araújo e da Praça Odilon Souza Barbosa. Considera-se, desta forma, que maior cuidado no tratamento da infraestrutura destes espaços é essencial e pode incentivar o uso por parte da população local, considerando a importância desse tipo de espaços para convivência e trocas sociais, observando-se ainda, tratar-se de área densamente ocupada.

Além disso, observa-se, de modo geral, que a área destas praças, a inserção das mesmas na cidade, bem como a configuração de seu entorno urbano podem ser divididas em três tipos distintos. Um tipo é marcado por praças de tamanho reduzido (no geral inferior a 200 m²) e entorno com edificações, em sua maioria, de baixa altura, ocupando quase a totalidade dos lotes, em vias estreitas e tortuosas – praças Hilderício Araújo; Odilón Souza Barbosa; Chafariz e Irmã Josepha Hosanah. Outro tipo é marcado por praças com grande área (no geral superior a 200 m²) e entorno com grande quantidade de edifícios verticalizados, e que também ocupam, na sua maioria, a quase totalidade dos lotes, em vias largas – praças Presidente Getúlio Vargas; Pio XII; Francisco Teixeira da Cruz e Oito de Setembro. Finalmente, têm-se um tipo intermediário, onde a área destas praças e a altura das edificações do entorno variam consideravelmente, mas mantém modo de implantação das edificações semelhante aos outros dois tipos: é o caso das praças Costa Pereira; Ubaldo Ramalhete Maia; Dom Luiz Scortegagna e João Clímaco. De certa forma, observa-se proporcionalidade no que se refere à altura das edificações do entorno e a



dimensão das praças analisadas. Ou seja, em praças de dimensões reduzidas, as edificações em seu entorno apresentam baixa altura, no geral variando de dois a quatro pavimentos. Nas praças de grandes dimensões, as edificações superam os cinco pavimentos, sendo que a maioria ultrapassa a marca dos dez pavimentos, como é o caso da maioria das praças localizadas próximas à Baía de Vitória, área que foi palco do auge da intensificação do processo de verticalização no local (Klug, 2009).

Por fim, destaca-se que a condição de bairro mais antigo de Vitória, que inclusive abriga parte do núcleo inicial de fundação da cidade, influenciou na constituição de diferentes padrões morfológicos (Valfré e Mendonça, 2017), que por sua vez se relacionam, também, com os espaços livres passíveis de serem caracterizados como praças. Do colonial ao moderno, o Centro condensa e reflete, na sua forma urbana, a longa história e evolução urbana vivenciada ao longo do tempo.

5. Referências bibliográficas

- ALEX, Sun. Projeto da Praça. Convívio e Exclusão no Espaço Público. São Paulo: Senac SP, 2008. 294 p.
- BELLINI, Anna Karine de Queiroz Costa. Espaços públicos abertos e o usufruto da paisagem: 1860 a 1916 – Vitória (ES). Dissertação de mestrado. Vitória: UFES, 2014.
- CARNEIRO, Ana Rita Sá; MESQUITA, Liana de Barros. Espaços Livres do Recife. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife; Universidade Federal de Pernambuco, 2000. 139 p.
- FREITAS, José Francisco Bernardino; AZEVEDO, M. N. S. A conquista de áreas ao mar: repercussões em áreas urbanas preexistentes. In: Diálogos: urbanismobr. Niterói e Vitória: EDUFF e EDUFES, 2010. p. 125-163.
- KLUG, Leticia Becalli. Vitória: sítio físico e paisagem. Vitória: EDUFES, 2009.
- LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa: Calouste, 2000. 592 p.
- MACEDO, Silvio Soares; ROBBA, Fabio. Praças Brasileiras. São Paulo: EDUSP, 2003. 310 p.
- MAGNOLI, Miranda. Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da



paisagem metropolitana. Tese (Livre-docência) – São Paulo: FAUUSP, 1982.

MARQUES, Cezar Augusto. Dicionariohistorico, geographico e estatistico daprovincia do Espirito Santo. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

MOUDON. Anne Vernez. Urbanmorphology as anemerginginterdisciplinaryfield. UrbanMorphology, 1, 3-10. 1997.

OLIVEIRA, José Teixeira. História do Estado do Espírito Santo. Vitória: IBGE, 1975.

QUEIROGA. Eugenio Fernandes. A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa. 2001. TESE (DOUTORADO EM ARQUITETURA E URBANISMO). Universidade Federal de São Paulo, São Paulo

VALFRÉ, Lorenzo Gonçalves; MENDONÇA, Eneida Maria Souza. Permanências e transformações na forma urbana de Vitória, Brasil. In: Anais do PNUM 2017, 2017.

VIERO, Verônica Crestani; BARBOSA FILHO; Luiz Carlos. Praças Públicas: Origem, Conceitos e Funções. Santa Maria: ULBRA Jornada de Pesquisa e Extensão, 2009.



PRODUÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE BORDAS URBANAS: Tipologias contemporâneas dos espaços livres na cidade de Uberlândia-MG
GLAUCO, de Paula Coccozza (1); MARIA ELIZA, Alves Guerra (2); PATRÍCIA, Pimenta Azevedo Ribeiro (3)

PPGAU-FAUeD-UFU; Professor Associado; Uberlândia, Minas Gerais;

glauco_coccozza@yahoo.com.br

PPGAU-FAUeD - UFU; Professora Associada; Uberlândia, Minas Gerais; meliza.guerra@ufu.br

PPGAU-FAUeD-UFU; Professora Associada: Uberlândia, Minas Gerais: pparibeiro@ufu.br

RESUMO

O presente trabalho apresenta um estudo sobre as tipologias de espaços livres produzidos em novos projetos urbanos nas bordas da cidade de Uberlândia. Esse trabalho buscou identificar padrões morfológicos dos espaços livres através de um levantamento da forma urbana dos novos loteamentos periféricos e a relação hierárquica que os espaços livres tem com a estrutura urbana projetada. Partiu-se de um princípio que o espaço livre é, antes de tudo, um elemento urbano definido pela legislação urbana de cada cidade, elencando inicialmente as definições e quantificações previstas pela legislação urbana vigente. Após esse levantamento identificamos os padrões de urbanização nos últimos na cidade, identificando os diferentes agentes produtores do espaço urbano e por consequência diferentes tipologias de espaços livres, moldando a paisagem das bordas da cidade.

Palavras-chave: Forma Urbana; Espaços livres; Bordas urbanas; Legislação urbana.

PRODUCTION AND CONFIGURATION OF THE URBAN EDGES

Contemporary typologies of open spaces in the city of Uberlândia-MG

ABSTRACT

The present work presents a study on the typologies of open spaces produced in new urban projects on the edges of the city of Uberlândia. This work sought to identify morphological patterns of open spaces through a survey of the urban form of the new



peripheral subdivisions and the hierarchical relationship that open spaces have with the projected urban structure. It was based on a principle that is first and foremost an urban element defined by the urban legislation of each city, initially listing the definitions and quantifications provided by the current urban legislation. After this survey we identify the urbanization patterns in the last ones in the city, identifying the different agents producing urban space and consequently different typologies of open spaces, shaping the landscape of the edges of the city.

Key-words: *Urban form; Open spaces; Urban edges; Urban law.*

1. Introdução

A legislação moderna é uma construção de normas que ao longo da história urbana incorporou pensamentos e necessidades com o objetivo de se constituir o ordenamento urbano de cada localidade, e a legislação urbana parte da premissa que essa ordem pode e deve tramitada através de códigos dispostos com base em porcentagens, restrições, coeficientes, e outros artifícios legais que definem como a cidade deve ser construída. Em relação aos espaços livres urbanos, a legislação urbana brasileira parece eficiente a uma primeira vista em termos de constituição de uma regulamentação e resguardo de áreas verdes, porém o que se percebe é que mesmo com toda regulamentação, as cidades sofrem em diferentes graus com a falta de qualidade espacial em muitos espaços livres urbanos.

No caso de novos parcelamentos urbanos, a legislação é clara e suas diretrizes vão do âmbito nacional para o municipal, na qual cada cidade deve seguir a lei federal, mas deve ter sua própria lei de parcelamento, já que cabe ao município essa regulamentação. A primeira parte do trabalho partiu do entendimento da legislação urbana da cidade de Uberlândia e da construção de um quadro quantitativo comparativo para verificar como os novos loteamentos da cidade, principalmente das bordas, se configuraram incorporando no seu traçado as normas legais relativas aos espaços livres.

Entende-se que a legislação é um dos fatores que molda a forma da cidade, e possibilita a criação de diferentes tipos de estruturas verdes, de lazer e de recreação no tecido



urbano, definindo distintos padrões morfológicos, porém o que se percebe em alguns casos é o empobrecidos dessa categoria de espaço pelas limitações impostas pela própria legislação, e pela falta de critério qualitativos que ajudem a estruturar melhor um sistema urbano.

A pesquisa adotou para a análise os loteamentos aprovados pela Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Uberlândia – SPLAN/PMU e implantados a partir do ano de 2000 como recorte temporal da pesquisa. Além da mudança de século e da facilidade de encontrar documentação referente aos loteamentos – dados georreferenciados - esse período se justifica pelos altos investimentos públicos federais, com política de financiamento no setor habitacional e pela regulamentação de legislação urbana que especifica com clareza a definição de espaços livres. O intuito de propor um recorte de tempo relativamente curto - 2000 a 2016 - foi estabelecido afim de analisar comparativamente os espaços livres dos loteamentos implantados sob a mesma legislação.

Duas leis federais são referência para o recorte temporal da pesquisa: a Lei Federal nº 9785 de 1999 (revisão da Lei 6766/79) e o Estatuto da Cidade aprovado em 2001. A Lei 6766/79 de Parcelamento do Solo definiu os requisitos urbanísticos mínimos para o processo de parcelamento urbano tais como: infraestrutura, percentual de áreas públicas, lote mínimo, faixas não edificantes, mas foi a revisão desta lei – Lei Federal nº 9785 - em 1999 que tornou obrigatório uma legislação municipal específica para parcelamento do solo e determinou os parâmetros de área mínima destinada para espaços livres. O Estatuto da Cidade – Lei Federal nº 10.257 - transferiu aos municípios a regulamentação do solo urbano e obrigatoriedade da elaboração de Planos Diretores.

Como exemplo de investimento público no setor civil o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) - Lei MP nº 459 de 2009 – foi proposto no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 /2007-2010), com o objetivo de gerar empregos e renda e de reduzir o déficit habitacional brasileiro nas faixas de renda média e média baixa (entre três e dez salários mínimos), seguidas da classe de renda baixa (entre zero e três salários mínimos). Este programa com a implantação de muitos conjuntos habitacionais



impulsionou a expansão urbana. Em Uberlândia, até 2016 foram entregues aproximadamente 10.456 unidades habitacionais para atender uma população com diversidade de renda.

Os objetos de estudo – loteamentos - foram definidos a partir de uma leitura dos padrões de parcelamentos contemporâneos encontrados nas bordas da cidade de Uberlândia, na qual identificou-se tipologias relativas à renda, perfil construtivo, loteamento aberto ou fechado, horizontal ou vertical, ou condomínio urbanístico (nova modalidade, estabelecida pela Lei Complementar 523/2011). Buscou-se selecionar loteamentos nas bordas dos quatro setores da cidade que apresentam bordas urbanas. A partir do levantamento e da catalogação dos loteamentos aprovados a partir do ano 2000, percebeu-se através de uma primeira análise utilizando a plataforma online do Google Earth e Street View, que nem todos os setores da cidade de Uberlândia tinham novos loteamentos condizentes com os demais, como o setor Norte, por ser predominantemente industrial.

Foram analisados ao todo 16 (dezesseis) loteamentos, nos setores Sul, Leste e Oeste que se distribuem dentro das seguintes categorias: loteamentos abertos, loteamentos fechados e condomínios. Para selecionar melhor quais seriam analisados inserimos ainda o critério da renda dos moradores – que foi definido pela dimensão dos lotes e das construções e da tipologia do loteamento - e assim subdividimos em: loteamentos abertos de alta renda; loteamentos abertos de média renda; loteamentos abertos de baixa renda; loteamentos fechados de alta e média renda, condomínio urbanístico e condomínio multifamiliar vertical de média e baixa renda. **(Tabela 1)**

Loteamento	Padrão tipológico	Data de implantação	Localização do setor	Dimensão do lote	Renda
Residencial Pequis	Aberto	2013	Oeste	8 x 25 m (200m ²)	Baixa
Shopping Park	Aberto	2009	Sul	8 x 25 m (200m ²)	Baixa



Paradiso	Fechado	2004	Leste	12 x 30 m (360m ²)	Alta
Jardim Barcelona	Fechado	2002	Sul	15 x 30 m (450m ²)	Alta
Residencial dos Buritis	Fechado	2012	Sul	15 x 30 m (450m ²)	Alta
Terra Nova	Fechado/Con d. Urbanístico	2008	Leste	7 x 22m (154m ²)	Média
The Palms	Fechado/Con d. Urbanístico	2009	Sul	7 x 18m (126m ²)	Média
Manhattan	Fechado/Con d. Urbanístico	2014	Sul	10 x 29m (290m ²)	Média
GSP Life	Aberto	2012	Sul	10 x 25m (250m ²)	Média
Portal do Vale	Aberto	2012/2015	Leste	10 x 26m (260m ²)	Média
Residencial Vida Nova	Aberto	2012	Leste	12 x 25m (300m ²)	Média
Cidade Verde	Vertical	2010	Oeste	apartamentos	Média Baixa
New Towers	vertical	2012	Sul	apartamentos	Média Baixa
Gávea Sul	Vertical	1999	Sul	apartamentos	Média Baixa
Alphaville	Fechado	2014/2015	Leste	15 x 30m (450m ²)	Alta



Granja Marileusa	Aberto	2012	Leste		Alta
------------------	--------	------	-------	--	------

Tabela 01: Recorte temporal e padrões tipológicos dos loteamentos pesquisados. Fonte: Autores, 2017

A diversidade de tipos de loteamentos é um retrato do momento econômico e do forte crescimento imobiliário na cidade, principalmente com a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com o lançamento de novos loteamentos abertos e fechados (que atendem diversas faixas de renda) e de um novo bairro planejado financiado por uma grande empresa local, o bairro Granja Marileusa. A **figura 1** apresenta os loteamentos analisados na cidade de Uberlândia e como esses estão localizados nas bordas dos distintos setores da cidade.



Figura 01: Mapa da cidade de Uberlândia com a demarcação dos loteamentos analisados em amarelo e dos parques em verde.. Fonte: Autores, 2017



A pesquisa partiu inicialmente de levantamentos sobre a legislação urbana e ambiental de Uberlândia em diferentes momentos até chegar na atual, verificando e sistematizando os pontos relativos aos espaços livres. Essa análise permitiu um entendimento dos índices obrigatórios nos parcelamentos urbanos, gerando as categorias de análise, as quais foram sistematizadas em um quadro comparativo com todos os percentuais encontrados nos objetos de estudos. Esses objetos foram definidos a partir de uma leitura dos padrões de parcelamentos contemporâneos encontrados na cidade de Uberlândia, na qual identificou-se tipologias relativas a renda, perfil construtivo, se é aberto ou fechado, horizontal ou vertical. Estipulou-se que seriam avaliados loteamentos aprovados a partir do ano 2000 em função do Estatuto da Cidade, de novos programas habitacionais e do aumento do crédito imobiliário.

Após a primeira parte do trabalho foram organizados os loteamentos a serem analisados quantitativamente pelo programa QGIS, na qual foram produzidos mapas temáticos, possibilitando uma quantificação e sistematização das categorias espaciais descritas na legislação urbana vigente. Esse levantamento permitiu uma quantificação das distintas categorias de espaços livres, compatibilizando com os percentuais exigidos pela legislação.

O estudo do Sistema de Espaços Livres (SEL) apresenta uma possibilidade de entendimento da forma urbana, relacionando suas distintas tipologias espaciais à estrutura das cidades. Em cidades médias essa condição permite identificar alguns modelos morfológicos, e tendo em vista o porte da cidade, configuram um importante mosaico de diferentes tamanhos, formatos e características.

Os Espaços Livres estão se moldando às novas necessidades urbanas, onde a esfera pública retoma sua importância junto a sociedade, que reivindica novas espacialidades com qualidade, para o uso coletivo, na busca de novas alternativas de se conectar com as diferenças e com as possibilidades que o espaço livre permite e induz, formando assim um sistema dinâmico e com novas perspectivas de configuração.

As bordas da cidade de Uberlândia avançam para as regiões rurais, cada vez mais periféricas, moldando novas paisagens, novos arranjos espaciais e com novos e velhos



hábitos do habitar. Essa transformação, adiciona ao tecido urbano novas parcelas urbanas muitas vezes desconectadas do tecido existente, potencializando a fragmentação urbana. O zoneamento urbano promove e estimula essa fragmentação calculada, um descontínuo urbano, impondo padrões para determinadas regiões, tipificando a paisagem por modelos urbanos que deseja para promover a valorização de certas áreas da cidade, fato comum em quase todo espaço urbano brasileiro.

Vale ressaltar que nesse processo de produção do espaço urbano fragmentado, o Sistema de Espaços Livres não é pensado como estratégia de ocupação, portanto não é pensado como um sistema, mas como um conjunto de elementos urbanos que se moldam à medida que a cidade cresce através de fragmentos territoriais e se vê “obrigada” a construir pequenos sistemas, com novas áreas destinadas a recreação e áreas institucionais, desconectadas do tecido urbano existente e em constante processo de fragmentação.

2. Tipologias de espaços livres dos novos loteamentos

Os loteamentos analisados representam parte da diversidade tipológica de parcelamentos urbanos produzidos nos últimos anos nas bordas da cidade de Uberlândia. Todos eles seguem a mesma legislação, porém, através de uma quantificação feitas através do programa QGIS, pode-se perceber algumas particularidades em relação a como os espaços livres se caracterizam nos diferentes padrões espaciais contemporâneos. As categorias analisadas para essa comparação foram: ausência ou presença de APPs; percentual de lotes; percentual de área não edificável; percentual de área institucional; percentual de área dominial; percentual de área de recreação e percentual do sistema viário (Tabelas 2, 3 e 4).



	CONJUNTO HABITACIONAL	ALPHAVILLE 1	ALPHAVILLE 2	GRANJA MAR. (fase 1A)
CARACTERIZAÇÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO (aprovação do loteamento)	12/05/2014	03/11/2015	27/12/2012
	LOCALIZAÇÃO	LESTE	LESTE	LESTE
	EMPREENDORES/ INCORPORADORAS	Alphaville	Alphaville	Realiza Construtora
	TIPO DE LOTEAMENTO	FECHADO ALTA RENDA	FECHADO ALTA RENDA	LOTEAMENTO
	REFERÊNCIA LEGISLATIVA	11786	11786	11786
	ZONA URBANA	ZT	ZT	ZT

Tabela 02: Exemplo da tabela de análise dos loteamentos em relação a caracterização.

Fonte: Autores, 2017

	CONJUNTO HABITACIONAL	ALPHAVILLE 1	ALPHAVILLE 2	GRANJA MAR. (fase 1A)
PERFIL DA OCUPAÇÃO	ÁREA TOTAL DA GLEBA	530.911,59	380.395,63	239.946,18
	ÁREA APP	78.723,42	-	-
		15%	-	-
	ÁREA TOTAL DA IMPLANTAÇÃO (PARCELÁVEL)	267868,38	265874,48	181378,21
		50%	74%	76%
	ÁREA TOTAL DE LOTES	244.661,44	222.498,98	176.943,21
		46%	62%	74%
	ÁREA TOTAL INSTITUCIONAL	21.023,69	-	4.434,73
		4%	-	2%
	ÁREA TOTAL DOMINIAL	2.181,52	-	-
		0,40%	-	-
	ÁREA TOTAL OCUPADA (LOTES + INSTITUCIONAL)	265.685,13	222.498,98	-
		50%	62%	-
	ÁREA NÃO EDIFICÁVEL	1.228,65	36.290,29	-
	0%	10%	-	
DIMENSÕES DA QUADRA PADRÃO (+ RECORRENTE)	536x120m / 216x120m	536x120m / 216x120m	230x180m / 105x92m	
NÚMERO TOTAL DE LOTES	392	370	450	
DIMENSÕES E ÁREA DO LOTE PADRÃO (+ RECORRENTE)	15x30m (450m ²)	15x30m (450m ²)	275x119m (32.725m ²) / 43x25m (1.125m ²)	
TIPOLOGIAS EDÍLICAS	RETANGULAR	RETANGULAR	RETANGULAR	

Tabela 03: Exemplo da tabela de análise dos loteamentos em relação ao perfil de ocupação do loteamento. Fonte: Autores, 2017



	CONJUNTO HABITACIONAL	ALPHAVILLE 1	ALPHAVILLE 2	GRANJA MAR. (fase 1A)
SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES INTRA URBANOS (SELIU)	ÁREA TOTAL DE ELP E DE % DE ELP NO CONJUNTO	183.092,87	101.608,38	62.998,53
		34%	28%	26%
	ÁREAS VERDES/RECREAÇÃO INTERNA	77.531,70	77.531,70	8.678,47
		22%	22%	4%
	EXTERNA	74.752,99	69.815,34	-
		14%	19%	-
		2.778,71	771.638	-
		1%	2%	-
	PRAÇAS (ÁREA E % TOTAL IMPLANTADO)	-	-	8.678,47
		-	-	4%
	SISTEMA VIÁRIO TOTAL	105.561,17	71.913,84	54.230,06
		20%	20%	23%
	ROLAMENTO	76.739,59	38.539,41	35.819,04
		14%	11%	15%
	CALÇADAS	28.821,58	33.374,43	18.411,02
		5%	9%	8%
LARGURA DA FAIXA DE ROLAMENTO	6m	7m	12m / 10m / 5m / 9m / 8m	
LARGURA DAS CALÇADAS	4m	3,5m	9m / 7m / 5m / 3m	
ÁREA DE ELP TOTAL / HABITANTE	141,53m ² /hab	83,21m ² /hab	42,42m ² /hab	
ELP NÃO-VIÁRIO (RECREAÇÃO/VERDE) / HABITANTE	59,93m ² /hab	24,31m ² /hab	11,04m ² /hab	

Tabela 04: Exemplo da tabela de análise dos loteamentos em relação ao sistema de espaços livres intraurbanos. Fonte: Autores, 2017

Com base na lei complementar nº 523 de 7 de abril de 2011 do município de Uberlândia sobre o parcelamento do solo, foram gerados gráficos comparativos entre os percentuais levantados durante o estudo e o exigido na lei para cada loteamento. Segundo a lei vigente na época da pesquisa, as percentagens mínimas de áreas obrigatórias em cada loteamento são: institucional (5%), dominial (7%), área verde/recreação (5%) e sistema viário (20%). Há uma exceção para o loteamento Gávea Sul que foi aprovado pela legislação anterior à nº 523, porém a sua construção se iniciou a partir do ano 2000. Os percentuais mínimos adotados em sua lei eram: institucional (10%), área verde/recreação (7%), dominial e sistema viário (20%).

Como exemplo do mapeamento quantitativo feito no programa QGIS, a **figura 2**



apresenta um loteamento implantado em Uberlândia pelo programa MCMV, o Residencial Pequís. As categorias seguem as estipuladas pela legislação urbana municipal, e o mesmo procedimento metodológico foi realizado para os outros dezesseis empreendimentos imobiliários.



Figura 02: Loteamento Pequís do programa MCMV e gráfico de percentual encontrado para cada categoria espacial definida pela legislação. Fonte: Autores, 2017.

Algumas características morfológicas de um loteamento nas bordas cidade de Uberlândia foram identificados. A presença de APPs estruturando o loteamento é o principal, já que a cidade apresenta inúmeros cursos d'água preservados nas suas franjas. Por estar em uma região de planalto, o traçado segue um desenho ortogonal retangular com quadras em média de 50x200 metros, e com lotes 10x25 metros e edificações iguais. O sistema viário é definido por uma grande via coletora que percorrer todo o loteamento e conectando com as vias locais, respeitando o mínimo estipulado pela legislação. Uma característica presente no MCMV é não presença da praças no traçado urbano. As áreas verdes concentram-se adjacente às APPs urbanas, criando parques lineares no entorno dos cursos d'água.

Após esse primeiro ensaio analítico quantitativo, buscou-se compreender as relações

entre os elementos



morfológicos propostos pela estrutura urbana para cada um dos loteamentos. Para isso utilizamos o conceito de estrutura urbana de Kropf (2009) e Marshall (2014), que colocam que toda forma é definida por um estrutura hierárquica e relacional de elementos que definem condições espaciais próprias, seja ela urbana ou arquitetônica. Ao nos embasarmos nesse conceito, pode-se compreender a estrutura espacial e como se articula a forma de cada loteamento. Nessa análise separamos a forma urbana em macro categorias espaciais que estruturam os loteamentos, formados pelo: sistema viário (V), quadras (Q) e espaços livres (E).

As macro categorias geraram subcategorias de acordo com a legislação, funções específicas ou através de suas características morfológicas. Cada tipologia do sistema viário foi definida de acordo com a definição da legislação da cidade: estrutural (VE), coletora (VC), local (VL) e marginal (VM). As categorias das quadras se deram segundo a sua função: residencial (QR) ou institucional (QI). Já as categorias de espaços livres se deram segundo seu caráter morfológico: contido nas quadras (Ex), independentes (Ey) e associados a APPs (Ez). Essa caracterização permitiu compreender a relação hierárquica e estrutural dos elementos que configuram os loteamentos e as relações entre eles (**Figura 3**).

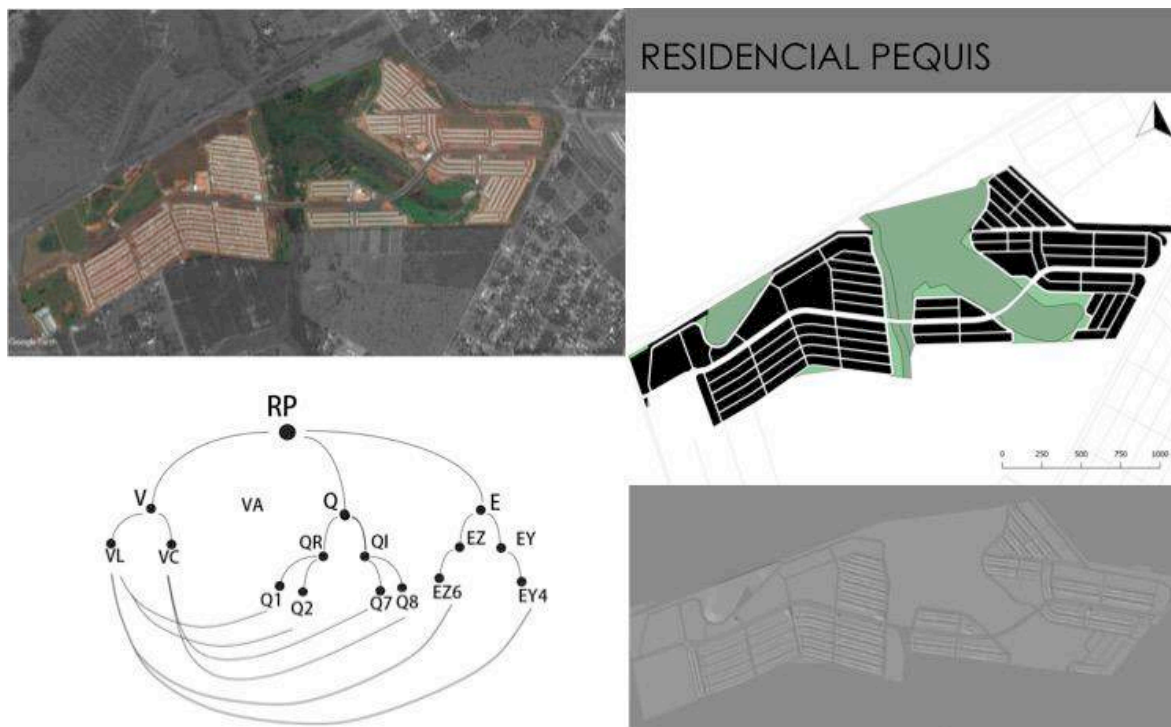


Figura 03: Loteamento Pequis do programa MCMV e estrutura urbana através da hierarquia de seus elementos. Fonte: Autores, 2017

Para cada loteamento analisado foi criado um diagrama que apresenta as relações espaciais entre os elementos morfológicos. Como resultado percebe-se a grande quantidade de espaços livres que inseridos nas quadras e adjacentes às APPs, o que indica que os espaços livres muitas vezes não pensados enquanto forma, estruturando o desenho do loteamento, mas somente enquanto percentual a ser disposto em uma malha definida pelo sistema viário e pelas quadras, com baixa qualidade espacial e sistêmica. As áreas de recreação adjacentes às APPs são favorecidas pela obrigatoriedade de avenidas marginais, que garante acesso à diferentes tipos de áreas verdes pela cidade.

Outro fato notado são as inúmeras estreitas áreas verdes retangulares junto a eixos viários coletores e locais, criando corredores junto aos muros das casas, alguns muito estreitos e com vocação apenas estética, sem uso recreacional. A legislação não estabelece uma área e dimensão mínima para as áreas verdes, e não apresenta instrumentos legais para que esse grande percentual de áreas sem nenhuma função



social ou ambiental ocorra dentro de um loteamento.

A cidade vai se desenhando nas bordas através de tipologias urbanas distintas e consequentemente espaços livres ainda mais distintos. Enquanto nos loteamentos fechados prevalecem espaços de uso privado e com boa diversidade projetual e com boa gestão, nos loteamentos abertos prevalecem espaços com o mínimo de intervenção projetual possível, já que atualmente não há a obrigatoriedade do empreender em executar tal infraestrutura, sendo responsabilidade do poder público a implantação de equipamentos de lazer pela cidade, e com os limitados recursos do município para essa função, projetos de praças e parques quase nunca saem do papel.

Mesmo assim o grande estoque de áreas verdes pela cidade permite futuras transformações espaciais pela cidade, porém cabe a todos atores desse processo a construção de melhores condições espaciais pela cidade.



Scale

MORFOLOGIAS PRINCIPAIS	MAPAS QGIS	FOTO AÉREA	Ex1 ESPAÇO LIVRE CONTÍGUO EM QUADRA	Ey7 ESPAÇO LIVRE INDEPENDENTE	Ey7 EM FITA *2*	Ez6 ESPAÇO LIVRE JUNTO À RUA	Ez6
LOTEAMENTOS			REGULAR			IRREGULARES	
CIDADE VERDE							
GÁVEA SUL							
SHOPPING PARK							
THE PALMS							
JARDINS BARCELONA							
MANHATTAN							
TERRA NOVA							
NEW TOWER							
PARADISO							
PORTAL DO VALE I E II							
RESIDENCIAL DOS BURITIS							
RESIDENCIAL PEQUIS							
GRANJA MARILEUSA							
GSP LIFE							
VIDA NOVA							

Tabela 05: Sistematização das tipologias morfológicas de espaços livres encontradas nos loteamentos das bordas da cidade de Uberlândia. Fonte: Autores, 2018



A **tabela 5** mostra um comparativo das categorias de espaços livre encontradas nos loteamentos analisados nas bordas da cidade de Uberlândia. Essa sistematização permitiu visualizar e a analisar de forma mais clara, e possibilitou compreender como as tipologias de espaços livres forma idealizadas e estão inseridas nos parcelamentos. A primeira análise diz respeito à inserção dos espaços livres na forma urbana, divididas em: Espaços Livres inseridos nas quadras (**Ex**), resultantes principalmente de parcelamentos abertos que priorizam o traçado viário e as quadras para lotes; Espaços Livres independentes (**Ey**), que se configuram muitas vezes por pequenos fragmentos do traçado urbano, compondo um conjunto de pequenos ou grandes espaços com formas irregulares e em fita; e por último Espaços Livres associados às APPs (**Ez**), na qual as áreas de recreação são extensões das áreas de preservação e limitadas pelas vias marginais, apresentando uma organicidade marcante e promovendo parques/praças lineares nos loteamentos.

A praça como centralidade de um bairro ou estruturante de um tecido urbano não fazem mais parte da paisagem dos loteamentos das bordas da cidade de Uberlândia. Os espaços livres ganham outros significados e funções de acordo com sua inserção morfológica. Na hierarquia urbana, segundo os conceitos de Kropf e Marshall, os espaços livres não são estratégicos no desenho da parcela urbana, mas espaços secundários associados às quadras, vias e APPs.

No desenvolvimento da pesquisa, a lei de parcelamento foi alterada, eliminando a área dominial e trocando o termo de área de recreação por área verde, aumentando percentual das áreas verde de 5 para 8 por cento e as áreas institucionais de 5 para 9 por cento.

3. Considerações Finais

Este artigo apresenta uma proposta de pesquisa com uma metodologia que visa investigar o papel da legislação urbana e ambiental na produção, configuração e distribuição de espaços abertos. Percebe-se que os estudos comparativos são uma importante ferramenta para compreender diferentes realidades, ampliando as reflexões sobre determinados temas. As cidades de médio porte ganham evidência e importância



na pesquisa sobre a forma urbana, na busca de compreender diferentes aspectos de sua configuração.

A legislação urbana e ambiental reforça o papel do controle e gestão do espaço urbano pelo poder público, levando a transformações urbanas e proporcionando uma organização do espaço urbano de acordo com códigos comuns. O que se procura entender é como esses códigos repercutem no espaço urbano, dadas as particularidades da produção espacial de cada cidade, onde os agentes, os padrões urbanos e a paisagem natural têm uma importância fundamental na configuração dos espaços abertos intraurbanos. Como resultado preliminar, percebe-se que somente a exigência de um percentual não potencializa o espaço livre como um sistema urbano e integrado ao contexto local. Os espaços encontrados muitas vezes são resíduos do parcelamento, sem qualidade espacial, sem intervenção projetual e com pouca relação sistêmica.

Através da amostragem dos loteamentos, percebe-se que a legislação cria uma organização fundamental para servir de parâmetro aos projetos de loteamentos, porém a não vinculação às distintas realidades e necessidades locais, às distintas densidades previstas pelo zoneamento, já que a normatização não distingue áreas com pouco ou muita densidade e a falta de uma pensamento sistêmico, empobrece a discussão em relação a essa importante estrutura das cidades.

A falta de um conceito espacial para as áreas verdes também denota uma certa necessidade dos agentes imobiliários em cumprirem quesitos, e não pensarem na melhor solução espacial. As áreas verdes parecem ser as sobras da área loteável e não o princípio norteador de um projeto. Cabe aqui uma reflexão aos arquitetos, gestores urbanos, incorporadoras e loteadoras, e aos que legislam sobre o espaço urbano, incorporar novas normas legais que qualifiquem os espaços livres como um todo, compreendendo seu importante papel para a cidade contemporânea.

4. Referências bibliográficas

- AMORIM FILHO, Osvaldo B. A Morfologia das cidades médias. Goiânia; Ed. Vieira. 2005.
CONZEN, Michael R .G. Thinking about Urban Form. 2004.



CORRÊA, Michelle dos S. O Espaço livre público na habitação social em Araguari Minas Gerais: uma avaliação do papel da legislação urbanística no quadro projetual do sistema de espaços livres públicos em cinco conjuntos habitacionais produzidos entre 1965 e 2015. Mestrado – PPGAU/FAUeD/UFU. Uberlândia, 2016.

FONSECA, Maria de Lourdes P. Forma Urbana e Uso do Espaço Público: As transformações no centro de Uberlândia, Brasil. 2007. 353 p. Tese (Doutorado). Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Vallés (Departamento de Urbanismo y Ordenación del Territorio), Universidad Politécnica de Cataluña. Barcelona, 2007.

HILLIER, Bill. The social logic of space. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

HOLANDA, Frederico de. O espaço de exceção. Brasília: Editora da UnB, 2002.

KOHLSDORF, Maria. E. A apreensão da forma da cidade. UNB: Brasília, 1996.

KROPF, Karl. Aspects of urban form. Urban Morphology 13, 105-20, 2009

KROPF, Karl. Ambiguity in the definition of built form. Urban Morphology 18, 41-57, 2014

LAMAS, José. M. R. G. Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

MAGNOLI, Miranda M. Espaço livre: objeto de trabalho, Paisagem e Ambiente: ensaios nº 21. São Paulo, 2006. p.175-197.

MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis. Editora Vozes, 2012.

MARSHALL, Stephen. Cities, design and evolution. Routledge, Abingdon, 2009

MARSHALL, Stephen. A symbolic articulation of morphological structure. Urban Morphology, 2014.

MOTTA, Guilherme Augusto S. PENSAR, CONSTRUIR E VIVER A CIDADE - Uberlândia-MG: Setor Sul. Mestrado – PPGAU/FAUeD/UFU. Uberlândia 2015.

MOUDON, Anne V. Urban Morphology as an emerging interdisciplinary field. Journal of Urban Morphology 1997: 3-10.

SERPA, Ângelo. O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo: Contexto, 2007.

TALEN, Emely. City Rules: how regulations affect urban form. Island Press, 2011

LEGISLAÇÃO:



BRASIL. Estatuto da Cidade. Lei nº 10.257 de 10 /jul./2001. 2001.

BRASIL. Lei 6766 de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano.

UBERLÂNDIA. Lei Complementar Nº 245 de 11/2000 – Parcelamento e zoneamento do uso e Ocupação do Solo do Município de Uberlândia. PMU, 2000

UBERLÂNDIA. Lei Complementar 432/2006, Plano Diretor de Uberlândia. P. M.de Uberlândia, 2006.

UBERLÂNDIA. Lei Complementar 525/2011, Zoneamento do uso do solo em Uberlândia. P.M. de Uberlândia, 2011.

UBERLÂNDIA. Lei Complementar 523/2011, parcelamento do solo em Uberlândia. P.M. de Uberlândia, 2011.

UBERLÂNDIA. Lei Complementar 521/2011, parcelamento, utilização ou edificação compulsória em Uberlândia. PMU,, 2006.

UBERLÂNDIA. Lei Complementar Nº 632 de 12/2017 – Parcelamento do Solo do Município de Uberlândia e seus Distritos. PMU, 2017

Agradecimentos

Agradecemos à FAPEMIG e ao CNPq pelas bolsas de PIBIC e auxílio para apresentação do trabalho e aos alunos de iniciação científica do curso de arquitetura e urbanismo da UFU.



PARQUES URBANOS NAS PERIFERIAS E BORDAS: novas demandas de gestão

SAKATA, Francine (1); GONÇALVES, Fabio Mariz (2);

Laboratório Quapá; doutora; São Paulo/ SP; francinesakata@gmail.com

FAU USP; professor; São Paulo/ SP; fabiomgoncalves@uol.com.br

RESUMO

O poder público na cidade de São Paulo foi responsável pela criação de parques em áreas periféricas e junto aos limites do município entre 2006 e 2012, em parte como medida compensatória à concentração de infraestrutura de lazer instalada nas áreas centrais, mas principalmente porque nestes locais havia oportunidades de criação de parques para preservação de remanescentes florestais e corpos hídricos em terrenos públicos ainda não ocupados. Entretanto, os parques nestes contextos urbanos, junto às moradias de camadas de rendas variadas, inclusive de favelas, ainda que sejam solicitados pela população do entorno, costumam a ser implantados. Os programas de usos e os equipamentos adotados tendem a ser convencionais, como os demais parques urbanos, mas os problemas de manutenção e segurança demandam projetos mais adequados às realidades locais, equipamentos mais robustos e sistemas de manutenção mais presentes e constantes. Como estudos de caso, são apresentados cinco parques da zona oeste da capital paulista: Jequitibá (Tizo), Paraisópolis, Linear do Sapé, Juliana de Carvalho Torres (Cohab Raposo Tavares) e Raposo Tavares.

Palavras-chave: Parques públicos; bordas urbanas; Parque Jequitibá; Parque Linear do Sapé; Parque Raposo Tavares; Parque Paraisópolis; Cohab Raposo Tavares.

URBAN PARKS IN CITIES' PERIPHERALS AND EDGES: new management demands

ABSTRACT



The public authority in the city of São Paulo was responsible for the creation of parks in peripheral areas and near the limits of the municipality between 2006 and 2012, in part as a compensatory measure to the concentration of leisure infrastructure installed in the central areas, but mainly because in these places there were opportunities to create parks for preservation of forest remnants and water-bodies in public lands not yet occupied. However, the parks in these urban contexts, along neighbors of varied income layers, including favelas, even if requested by the surrounding population, are difficult to implement. Usage programs and equipment adopted tend to be conventional, such as other urban parks, but maintenance and safety problems require projects that are more suited to local realities, more robust equipment and more present and constant maintenance systems. As a case study, five parks in the western area of São Paulo are presented: Jequitibá (Tizo), Paraisópolis, Linear do Sapé, Juliana de Carvalho Torres (Cohab Raposo Tavares) and Raposo Tavares.

Key-words: Public parks; urban borders; Jequitibá Park; Linear Park of Sapé; Raposa Tavares Park; Paraisópolis Park; Cohab Raposo Tavares.

Introdução

O sistema de espaços livres urbanos funciona de forma articulada – calçadas, vias, vielas e escadas, praças, centros esportivos e parques. Além da mobilidade e do lazer, estes espaços cumprem funções de drenagem, abastecimento, circulação de mercadorias etc., articulando-se com outras infraestruturas urbanas. Os parques, por serem espaços livres públicos quase sempre vegetados, usados nos momentos de lazer e, em geral, contarem com estrutura de manutenção melhor que a de outros espaços livres, foram alçados à categoria de espaços urbanos de grande visibilidade e retorno político para muitas administrações municipais.

Grandes parques – como o Ibirapuera, o Farroupilha e o Aterro do Flamengo – foram especialmente responsáveis por difundir o hábito de frequentar e o desejo por parques em todas as cidades brasileiras. Nestes espaços, as experiências que as pessoas vivem



com as paisagens são positivas e transformadoras. O público os vê como recortes do paraíso e espera poder reproduzir estas experiências em outros lugares, mas as condições não são as mesmas nas diferentes partes da cidade.

O parque urbano brasileiro tradicional do século XX era o espaço livre público destinado ao lazer que podia contemplar também a função de conservar os recursos naturais. E era diferente do parque natural, cuja função primordial era a conservação. A associação dos papéis de lazer e de conservação é vantajosa para ambas as necessidades que têm carências graves e urgentes em nossas cidades. Contudo, neste início do século XXI, muitos parques urbanos foram feitos pelo poder público com o discurso calcado na questão ambiental, relegando desnecessariamente o lazer urbano ao segundo plano.¹³

Por todo o país, neste início do século XXI foram criados parques na periferia, não apenas nos bairros consolidados e valorizados, como era praxe no século XX. A demarcação de novos parques e a implantação de parte deles ocorreu especialmente na periferia das cidades, onde havia remanescentes florestais ou recursos hídricos a preservar em terrenos públicos, normalmente gerados por processos de loteamentos. Também ocorreu a demarcação de parques naturais municipais em bordas urbanas, como modo de conter o avanço da ocupação.

Em cidades como Goiânia, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e Curitiba o poder público implantou grande número de parques, mas sua distribuição não foi homogênea em toda a periferia: os parques foram feitos onde houve oportunidades de fazê-los – normalmente onde existiam terrenos públicos. Como as oportunidades e os terrenos não ocorriam igualmente no território, a distribuição não foi equitativa.

Nas periferias e bordas das cidades, mesmo quando as áreas são reservadas e nomeadas como parques, é difícil garantir a integridade de muitas destas áreas. COELHO observou este fato em municípios da Região Metropolitana da Grande São Paulo, que por lei tinham metade da área protegida, mas onde, na prática, apenas as áreas cercadas, nomeadas e mantidas como parques, com sedes próprias, estavam em melhores condições, garantidas como áreas públicas e preservadas.

¹³ Este processo está descrito em SAKATA, 2018.



As periferias e bordas urbanas têm características que requerem projetos de parques distintos dos parques tradicionais. Destacamos: (i) a presença de grandes áreas desocupadas que muitas vezes não garantem o público necessário para que o equipamento de lazer seja apropriado com sucesso;

malhas urbanas desarticuladas e com graves problemas de mobilidade e de transporte público;

vizinhança de bairros de camadas de renda díspares, agravada pelas estratégias de segregação dos conjuntos de renda mais alta, como vias interrompidas e muros; (iv) os usos marginais das áreas verdes para deposição de entulho, lixo e estacionamento de veículos; (v) a percepção de insegurança quando os bosques impedem a visão para a rua; (vi) a alta frequência de roubo de materiais de construção e equipamentos; (vii) a descontinuidade dos investimentos, fruto e causa da pouca visibilidade tanto pela imprensa como pela sociedade que tendem a não entender a periferia como parte da cidade como um todo, mas apenas daquela região específica¹⁴. Os parques selecionados neste artigo como estudos de casos buscam ilustrar estas questões. As informações foram coletadas a partir do depoimento de funcionários públicos e de observações em campo. A autora do artigo¹⁵ participou do processo de desenvolvimento dos parques mais recentes, com exceção do Parque Raposo Tavares.

Espera-se subsidiar o desenvolvimento de novas formas de projeto e gestão nas quais estejam relacionadas às reais necessidades da população e às possibilidades efetivas de apropriação social das reservas urbanas.

Parques paulistanos

Na cidade de São Paulo, SAKATA¹⁶ contou 40 parques urbanos implantados e abertos à visitação antes de 2000 (inclusos os parques das bordas da Anhanguera, Cantareira e do Jaraguá). Entre 2000 e 2017, foram implantados 75 novos parques (contando uma praça que já estava implantada e passou a ser gerida como parque). Deste total, 68 parques

¹⁴ VILLAÇA, 2001.

¹⁵ COELHO, 2015

¹⁶ SAKATA, 2018.



foram implantados no âmbito do Programa Municipal “100 Parques”, sendo 25 deles parques lineares. Em 2018, atinge-se o total de 115 parques em funcionamento na cidade. Deste total nove são de gestão estadual (Parque do Estado que inclui o Zoo e o Jardim Botânico, Horto, Água Branca, Ecológico do Tietê, Ecológico do Guarapiranga, Villa-Lobos, Candido Portinari, Belém, Juventude¹⁷) e 106 parques são municipais.

O conjunto de parques sob a gestão do estado compreende equipamentos de maior porte e maior abrangência de atendimento em relação aos geridos pelo município. Na zona Centro- Oeste os parques mais frequentados são o Villa-Lobos/ Candido Portinari (500 mil visitantes/mês) e o Água Branca (250 mil visitantes/mês). Os parques municipais, com exceção do Ibirapuera e o do Carmo, atendem principalmente o público da vizinhança, havendo alguns com dimensões e abrangências urbanas mais similares a de praças. Em todas as zonas da cidade, os parques melhor equipados e com maior apropriação social, estão localizados mais próximos ao centro. Em 2018, todos os parques têm problemas de recursos, manutenção e gestão, mesmo aqueles que foram frutos de parcerias da prefeitura com empreendedores imobiliários. Entretanto, os maiores desafios estão relacionados aos parques nas periferias e nas bordas urbanas.

No Plano Diretor da cidade de 2002, não havia cartografia da distribuição de áreas verdes, nem a previsão de implantação. Havia a consideração de que a rede hídrica é estruturadora da urbanização, e foram criados instrumentos para a captação de recursos destinados ao meio ambiente. No programa municipal “100 Parques”, que vigorou entre 2008 e 2012, as localizações dos novos parques foram embasadas na identificação de áreas públicas existentes que tivessem maior porte, fossem ambientalmente frágeis (com recursos a preservar), produtoras de água ou em fundos de vale, principalmente nos extremos sul e norte do município. A identificação era feita por fotos aéreas, sobrevoos e visitas a campo. As subprefeituras também podiam inscrever áreas para parques. À medida que o programa foi sendo executado, novas áreas eram acrescentadas e outras consideradas inviáveis, porque dependiam de desapropriação e desocupação – o que requeria recursos incompatíveis com o orçamento. Os parques lineares seriam o principal

¹⁷ Os quatro últimos são posteriores ao ano 2000



eixo de ação do programa, mas, na prática, a grande maioria dos parques foi criada sobre áreas disponíveis, e não em fundos de vale, pois a recuperação das áreas dependia de grande número de desapropriações.

O programa de criação de parques decretou, como sendo de Utilidade Pública (DUPs), vários terrenos nas bordas do Parque da Serra da Cantareira, na Zona Norte, para que fossem comprados pela municipalidade nos anos seguintes. Se convertidos em parques, teriam o papel de áreas de amortecimento para a Cantareira, mas não foram pagos no período de cinco anos, sendo os decretos extintos. Um dos únicos parques concretizados na Zona Norte foi o do Canivete, com mata ciliar em processo de recuperação. Entretanto, formou-se uma nova favela na área, denominada Tribo, enquanto a “Fazendinha”, já existente e também em área de risco, se adensou. O Parque Brasilândia, com ordem para criação desde 2012 e uma comunidade organizada lutando por sua criação, sofre também com o avanço das ocupações por favelas em sua parte norte – o que poluiu as nascentes, o Córrego da Onça e a cachoeira. Além disso, teve um trecho loteado para casas de classe média. O parque inclui duas áreas particulares ainda não judicialmente adquiridas pela municipalidade e outro trecho que é propriedade da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). Na área da Barrocada, além do desmatamento e da pressão de ocupação, ocorre deposição clandestina de lixo e entulho e exploração de recursos minerais.¹⁸

Na Zona Sul as represas seguem pouco acessíveis como equipamentos públicos, todavia existem projetos para as orlas que têm grande potencial para apropriação. A prefeitura conseguiu reservar áreas importantes, como os parques Bororé, Varginha e Itaim, com recursos da compensação ambiental do licenciamento do trecho sul do Rodoanel. Até 2018 faltavam funcionários e recursos para gerir as áreas, mas a criação das reservas já foi um avanço. O Parque da Cratera de Colônia, em São Paulo, criado em 2007 junto da represa de Guarapiranga, e as ocupações de baixa renda na Zona Sul da cidade, ainda não possuem programas de usos que possam ser assumidos pela prefeitura. Dez anos depois

¹⁸ SANDRE, 2017.



de criado, o parque ainda não está aberto ao uso. Nas franjas das zonas Norte e Sul, a urbanização é fragmentada e de difícil acesso.

Nas Zonas Oeste e Leste, há grandes trechos que não contam com equipamentos de lazer de massa. A leste, o Parque Ecológico do Tietê tem área extensa e de difícil acesso e as barreiras físicas somam-se à falta de informação, sinalização e atrativos para a apropriação social. O Programa “100 Parques” implantou parques lineares como o Aricanduva (2009), o Guaratiba (2007), em Guaianases, e o Linear da Integração Zilda Arns (2010), em São Mateus, mas a prefeitura não conseguiu conter os frequentes roubos das peças instaladas, das lixeiras à areia do playground.¹⁹ Nos limites do município a oeste, no Butantã, as situações se repetem. Os parques a seguir exemplificam problemas frequentes aos parques das periferias e das bordas.

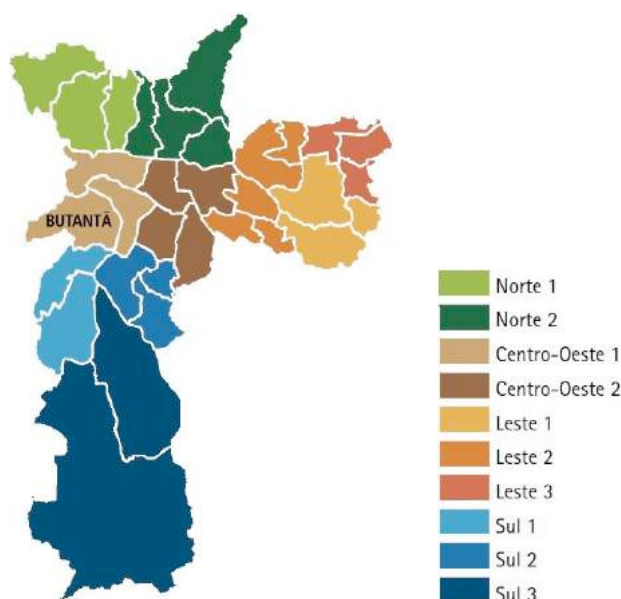


Figura 01: Prefeituras regionais de São Paulo e o zoneamento do Departamento de Gestão Descentralizada da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA). Destaque para a regional do Butantã. Elaborado por Caroline Ribeiro sobre mapa da PMSP. 2018.

¹⁹ NAGANO, 2017.



PARQUE	BAIRRO	ÁREA (M ²)	criação	INAUGURAÇÃO
ALFREDO VOLPI	Morumbi	142.400		1971
PREVIDÊNCIA	Previdência	91.500		1979
RAPOSO TAVARES	Vila Albano	195.000		1980
LUIZ CARLOS PRESTES	Rolinópolis	27.100		1988
COLINA DE SÃO FRANCISCO	Vila São Francisco	49.063	2002	2007
LINEAR SAPÉ	Rio Pequeno	26.240	2006	2009
JULIANA DE CARVALHO TORRES (COHAB RAPOSO TAVARES)	Parque Ipê	16.476	2008	2010
CHÁCARA DO JOCKEY	Vila Sônia	143.531		2016
JEQUITIBÁ (TIZO) – AINDA FECHADO	Partes nos municípios de São Paulo, Cotia, Osasco, Taboão	1.308.319	2006	–

Tabela 01: Parques na área da Prefeitura Regional do Butantã. Editado a partir de SAKATA, 2018.

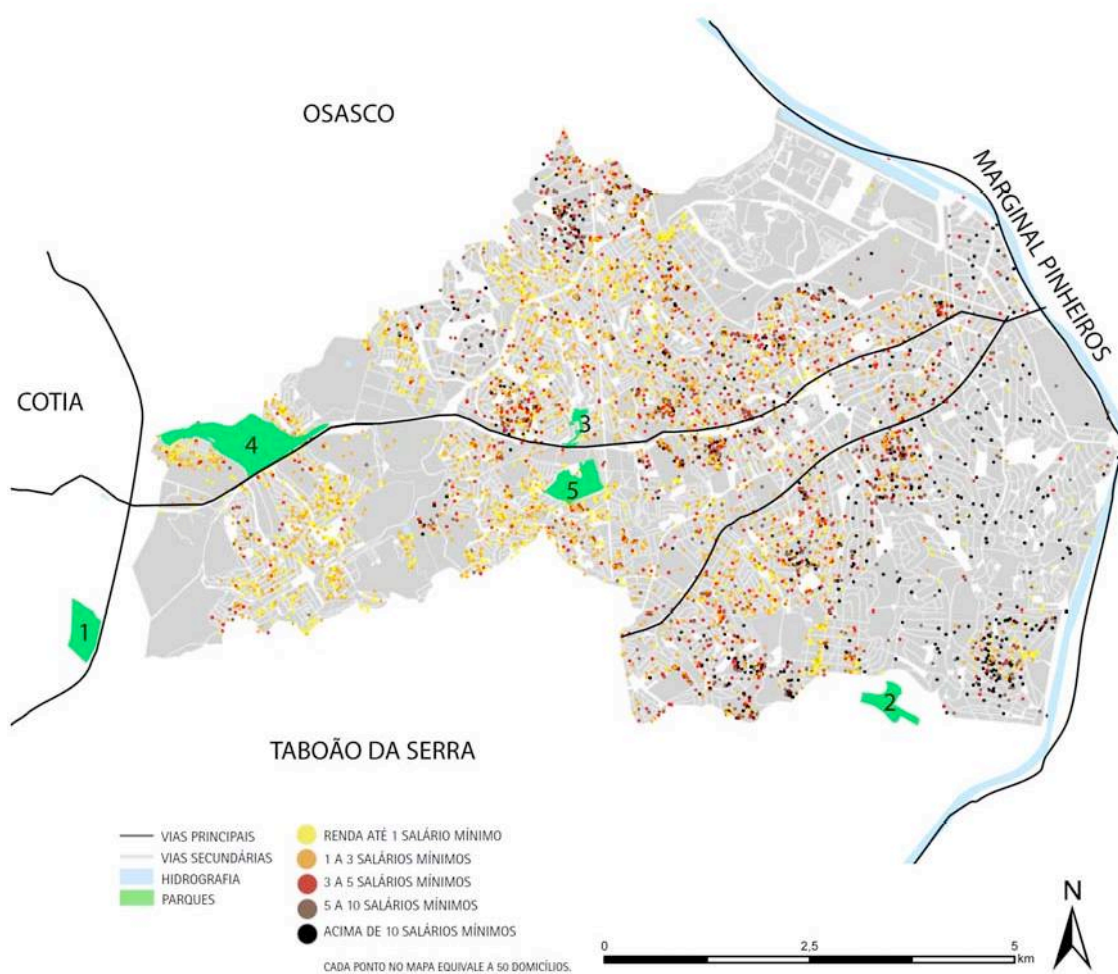


Figura 02: Mapa de renda da Prefeitura Regional do Butantã e os parques (1) Jequitibá – com parte da área no município de São Paulo e parte nos municípios vizinhos, (2) Paraisópolis – sob gestão da Subprefeitura Regional do Campo Limpo, (3) Linear do Sapé, (4) Juliana de Carvalho Torres (Cohab Raposo Tavares) e (5) Raposo Tavares. Elaborado por Caroline Ribeiro e Francine Sakata sobre base Quapá-SEL. 2018.

Estudos de caso

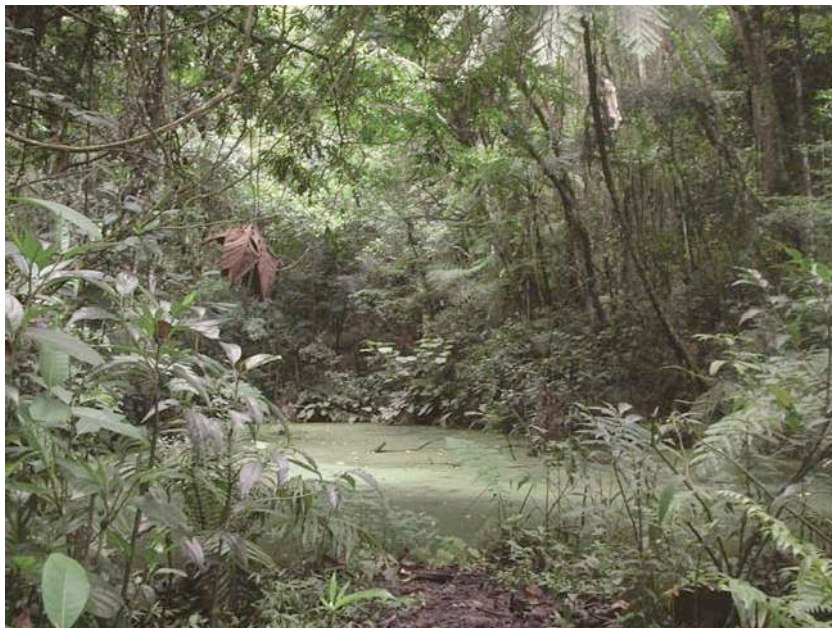
Parque Jequitibá: borda com baixa densidade e difícil apropriação



O Governo do Estado adquiriu esta gleba com cerca de 1,3 milhão de m², abrangendo áreas dos municípios de São Paulo, Cotia e Osasco e nas proximidades das divisas dos municípios de Embu e Taboão da Serra, com o objetivo de transferir o entreposto atacadista CEAGESP para lá. A Fazenda Tizo (abreviação de Terrenos Institucionais da Zona Oeste), entretanto, possui remanescentes de Mata Atlântica bem conservados, importantes no contexto da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo e que abrigam espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção e percebeu-se que a preservação seria o mais correto a fazer. Segundo o Secretário de Estado do Meio Ambiente de 2002 a 2006, professor José Goldemberg, adquirir esta área foi uma forma do estado fazer a coisa certa pelos motivos errados.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente recebeu a incumbência de implantar e administrar o Parque Urbano de Conservação Ambiental e Lazer na Fazenda Tizo, criado pelo Decreto Estadual 50.597 de 27 de março de 2006. O parque visava preservar a vegetação e os mananciais (**Figura 03**), e, ao mesmo tempo, oferecer à população uma nova oportunidade de educação ambiental, lazer e recreação em contato com a natureza. Para que a figura jurídica do parque fosse criada, houve amplo processo de mobilização pela proteção da área que envolveu sociedades amigos de bairro, associações ambientalistas, escolas, lideranças e cidadãos. O engajamento era irradiado a partir do espaço escolar. Em 2006, por meio de consultas públicas (**Figura 04**), reuniões, vistorias conjuntas e encaminhamento de sugestões, foi elaborado Plano Diretor para o Parque Tizo (**Figura 05**). Nas consultas, a população que comparecia tendia a citar equipamentos tradicionais de parques, como espaços de contemplação e ciclovia, e a valorizar a preservação, havendo inclusive comentários sobre a importância de não interromper conexões ecológicas.

Entretanto, mesmo com a permanência do governador nas gestões seguintes, até 2018, o parque ainda não havia sido aberto ao público. Algumas instalações foram construídas, contudo persistem as dificuldades de gestão. A falta de recursos pode ser o motivo declarado, mas podemos inferir que o investimento não se concretiza por conta da área não ter demanda de lazer como a dos parques mais centrais. Mesmo que haja bairros



residenciais no entorno de camadas de rendas médias e baixas, há instalações de grande porte como galpões de logística, a Fundação Casa (antiga FEBEM), um centro de detenção e o Rodoanel (**Figura 06**) que não favorecem o acesso e as apropriações típicas de parques urbanos. O cercamento feito contribuiu para prevenir a ocupação por moradias. A área segue sendo usada esparsamente por grupos religiosos.

Figura 03: Vista interna do fragmento de floresta. Arnaldo Rentes. 2006



Figura 04: Reunião para discussão das diretrizes para subsidiar elaboração de plano diretor. Ana Lucia Burjato de Faria. 2006



Figura 05: Programa de atividades e equipamentos propostos no Plano Diretor. Patricia Akinaga e Francine Sakata. 2006





Figura 06: Parque Jequitibá e entorno. Agnaldo Bertolo. 2006.

Parque Paraisópolis: segregação social

Em 2012, foi desenvolvido projeto para o Parque Paraisópolis, em uma área de 36.904m² entre a favela de Paraisópolis e um bairro de alto padrão, pelos arquitetos Fábio Namiki, Francine Sakata e Carlos Vaz a pedido da SVMA. Há na área a nascente de um curso d'água e a maior parte apresenta declividade superior a 30% (**Figuras 07 e 08**). O projeto, não executado, teve como ponto de partida a conservação dos recursos naturais – água, taludes e vegetação nativa – e a qualificação do lugar para receber a população. Como todos os projetos de parques, também precisou da aprovação da Divisão de Proteção e Avaliação Ambiental (DPAA) da SVMA, que foi bastante restritiva nas intervenções nas APPs – tanto na APP da nascente quanto na do córrego. Foram vetados platôs, cortes e aterros, caminhos e playground, para não alterar a estabilidade e a taxa de permeabilidade do terreno.

O círculo com raio de 50 metros que delimita a área de proteção da nascente sugeriu aos projetistas o desenho dos pisos do parque. Os espaços foram desenhados curvos, a partir do limite da APP (**Figuras 08 e 09**). Tanto os técnicos da prefeitura quanto os arquitetos contratados enfatizaram a importância da possibilidade de entrar pelo portão principal na rua de baixo e sair pela rua de cima (ou vice-versa) para a consolidação do parque como espaço público, aberto a todos. Sua utilização como passagem de pedestres seria positiva; o fluxo de pessoas ampliaria o uso do parque. Contudo, essa ligação hoje está impedida, e é possível que tenha havido oposição à proposta pelos moradores à implantação do parque como equipamento de passagem e de lazer. O parque é, na prática, uma “faixa tampão” entre classes sociais muito distintas. Sem usuários, sua existência segrega fisicamente e visualmente a Favela de Paraisópolis do casario do Morumbi.

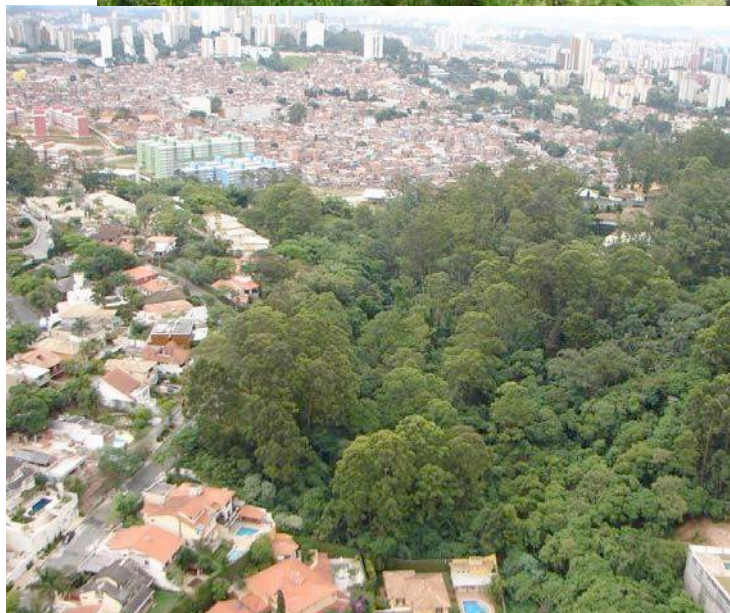
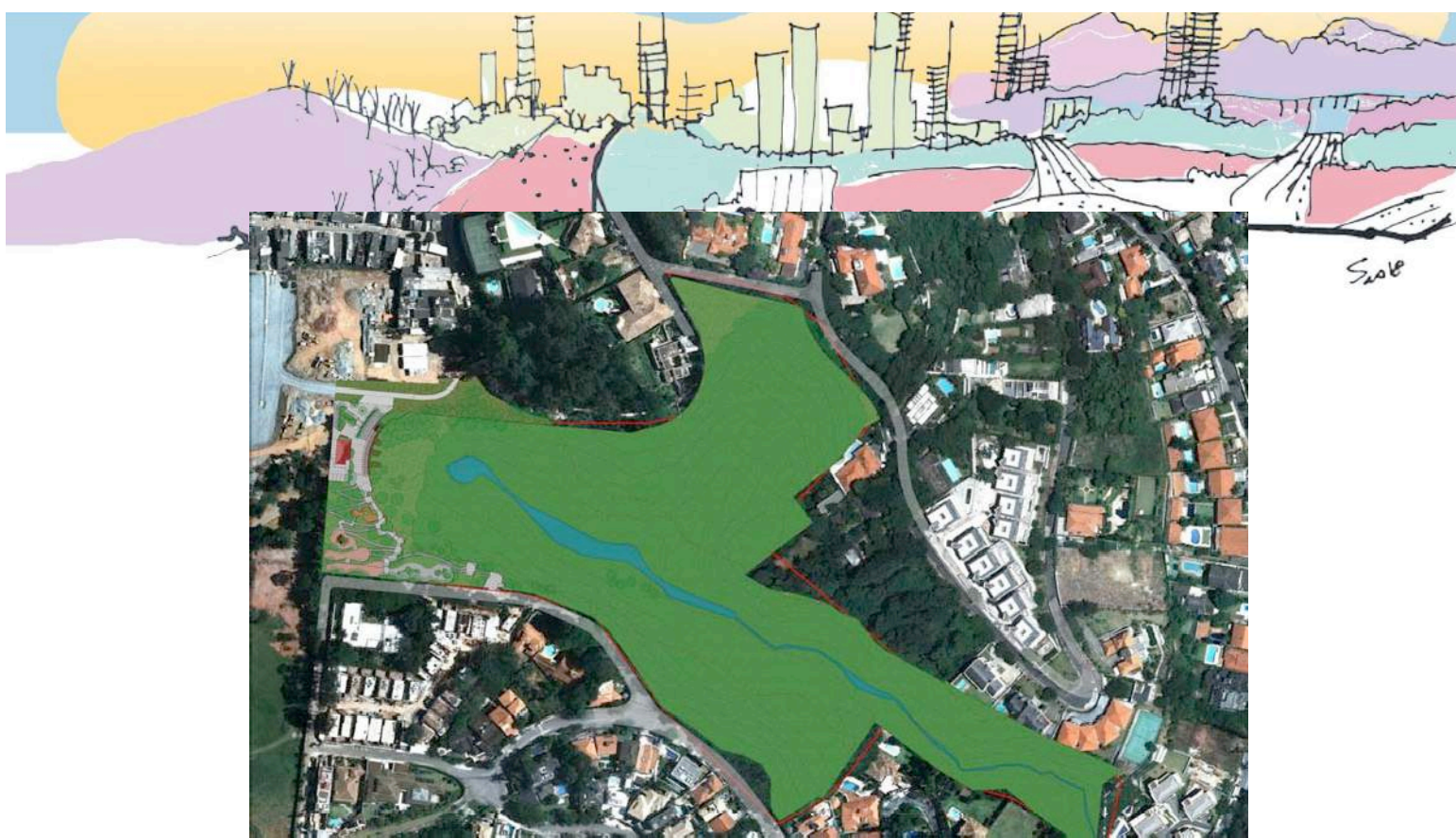


Figura 01: Área para implantação do Parque Paraisópolis. SVMA. 2008.



Figuras 08 e 09: Projeto para o Parque Paraisópolis. NK&F Arquitetos Associados. 2012.

Parque Linear do Sapé: espaços livres de programa habitacional

Vários trechos ao longo do Córrego do Sapé, entre a Rodovia Raposo Tavares e a Av. Escola Politécnica, encontravam-se ocupados por favelas já consolidadas, que foram parcialmente mantidas. Em 2005, um termo de compensação ambiental gerado por obras na região, o Sapé foi indicado para receber o recurso, que custeou o primeiro trecho do



projeto e as contenções. Por volta de 2014, a Secretaria Municipal de Habitação seguiu com a reurbanização do Sapé e iniciou a remoção de 2.500 famílias, trabalhando em conjunto com a SVMA em projeto de desenho urbano, infraestrutura e habitação.

O projeto do canal manteve o leito aberto com as laterais estruturadas por gabiões. O rio foi tamponado por 200 metros e sobre ele estão duas quadras e a pista de skate. Em ambas as margens, a área recebeu caminhos, praças de encontro, atividades de lazer e ciclovia. Foram construídas pontes para facilitar a transposição do córrego. A grande solução urbanística deste projeto foi fazer as contenções necessárias com muretas de concreto de até 1,20 metro. As muretas, além de conter a terra, são elementos que articulam os patamares e dão unidade ao passeio sem o segregar visualmente. Acomodam jardins, escadas e rampas e, ao mesmo tempo, estabelecem o limite das edificações. Assim, o espaço público, com suas qualidades de mobilidade e lazer, chega até as bordas das construções, dentro das vielas e das pequenas praças internas (**Figura 10**).



A população utiliza intensamente o parque. Mas a obra não foi realizada com zelo, encontrando-se pontas de ferro, buracos e poças pelos caminhos. Há mais lixo do que nas vizinhanças de rendas mais altas, inclusive no córrego, e o corte da grama não é regular, o que causa má impressão. O rio, canalizado e ainda poluído, está em condição intermediária entre o canal de esgoto e o rio de fato. A vegetação plantada ainda não se desenvolveu, e não se tem garantias de que terá condições para atingir a maturidade. Apesar da boa apropriação, a manutenção não é regular. Os recursos e a gestão dos espaços livres em áreas pobres são desafios a ser assumidos pela administração pública.



Figura 10: Parque Linear do Sapé. Francine Sakata. 2015.





Parque Cohab Raposo Tavares: bosque urbano e usos sociais

Em 2010 parte do parque foi executada no âmbito do Programa “100 Parques”, mas a segunda fase, que incluía a administração, playground e quadras esportivas, não chegou a ser feita. O projeto do parque compreende conjunto de calçadas e passagens entre as ruas de baixo e as ruas de cima. As calçadas foram qualificadas com bancos e alguns espaços de estar. A área, junto a um conjunto residencial, sofre com a deposição de lixo, estacionamento de veículos e usos marginais. A população se mobiliza pela criação do parque e conservação do remanescente



vegetal, mas os espaços livres do bairro seguem pouco qualificados e mal mantidos.

Figuras 11 e 12: Parque Juliana de Carvalho Torres (Cohab Raposo Tavares). Francine Sakata. 2010.





Figuras 13 e 14: Área para projeto de expansão do Parque COHAB Raposo Tavares. Francine Sakata. 2009.

Parque Raposo Tavares: questões de segurança





Aberto em 1980, o Parque Raposo Tavares foi feito sobre aterro sanitário e, quase quarenta anos depois, a população do entorno ainda tem o “lixão” como referência daquele sítio. Em sua vizinhança predominam moradias de camadas de rendas baixas, inclusive favelas. Oficialmente o parque tem três entradas, contudo, há pelo menos outras sete abertas pela população do entorno que usa o parque como espaço de circulação. Em 2018, houve a determinação de fechar o parque por conta da ameaça de um surto de febre amarela. Uma funcionária da prefeitura relata ter sido ameaçada pela população caso cumprisse a determinação porque, para os moradores do entorno, a impossibilidade de cruzar o bairro pelo parque, implicaria ter que cruzar comunidades dominadas por outros grupos de criminosos. Assim, além dos roubos de peças que são corriqueiros mesmo em parques de áreas mais centrais, a administração precisou



equacionar questões de saúde e segurança públicas.

Figura 15: Parque Raposo Tavares. Dornicke/WikiCommons. 2009.





Considerações finais

A criação de parques pelo Programa “100 Parques” nos terrenos disponíveis foi positiva, mesmo que a municipalidade ainda não tenha condições de geri-los a contento. Foi louvável o fato de o Programa realizar a distribuição dos parques na periferia, alterando a tradição de investimentos em áreas mais centrais. Os novos parques espalharam-se – ainda que não de forma homogênea – em áreas tradicionalmente pouco atendidas, ocupando espaços com remanescentes de bosques ou rios degradados.

Se as áreas não fossem reservadas nesta oportunidade, as dificuldades de convertê-las em parques, no futuro, seriam ainda maiores. O investimento não foi muito alto, e quando comparados a outros equipamentos públicos, a implantação e a manutenção dos parques não é cara. Mesmo quando o sucesso não veio, por problemas de gestão, considerando a deterioração das obras executadas, pouco se perdeu em termos de recursos investidos.

Em áreas de urbanização ainda por consolidar, a prefeitura tem dificuldade em garantir a permanência de equipamentos de lazer e mobiliários implantados. Quanto mais nas bordas, mais fragmentadas dos tecidos urbanos, o que aumenta a dificuldade em estruturar parques para a visitação de massa.

A preservação ambiental deve estar articulada com as necessidades cotidianas das pessoas e o funcionamento da cidade. Os parques urbanos de maior qualidade são aqueles apropriados pelas pessoas, com público variado em dias e horários diferentes, mesmo que a estrutura se resuma aos caminhos e bancos. São necessários estudos sobre a criação, os projetos, a apropriação, a gestão e articulação de parques aos demais espaços públicos, embasados na realidade das periferias e das bordas urbanas. A relação das pessoas que moram nestas franjas com os espaços livres não é a mesma das que moram nas áreas centrais. A presença da natureza para muitos representa incômodo pela ausência dos serviços públicos. Programas de usos acertados e bons projetos são absolutamente necessários.





Referências bibliográficas

COELHO, Leonardo L. Dispersão, fragmentação e paisagem: relações entre dinâmicas naturais e urbanas no vetor oeste da Região Metropolitana de São Paulo. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

NAGANO, Wellington T. Parque Linear Itaim como Espaço Livre Público. 2017. 93f. Memorial de Qualificação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SAKATA, Francine Gramacho. *Parques Urbanos no Brasil 2000–2017*. 2018. 348p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria do Meio Ambiente. *Plano diretor e diretrizes de projeto para o Parque Tizo*. - - 3ª. ed., São Paulo : SMA, 2012. 116p.

SANDRE, Adriana F. *O planejamento ambiental à luz da ecologia da paisagem: estudo aplicado da zona de amortecimento do Parque Estadual da Cantareira*. 2017. 235f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SOUZA, Roberto Sakamoto Rezende de. *O papel das leis e das instituições para a conservação da diversidade ambiental e cultural na Baixada Santista*. 2018. 296f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

VILLAÇA, Flavio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. Studio Nobel, São Paulo; 1ª edição, 2001.





ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS EM PARCELAMENTOS DA REGIÃO SUL DE CUIABÁ/MT: do projeto a apropriação

SAMPAIO, Priscila Wolff (1); AZEVEDO, Doriane (2);

Arquiteta e Urbanista - Pesquisadora Autônoma; Cuiabá MT; priscilawolffsampaio@gmail.com

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT; Professor-pesquisador; Cuiabá-MT;

doriane.azevedo@gmail.com

RESUMO

Esse trabalho consiste em uma análise qualitativa dos espaços livres públicos (ELPs) de parcelamentos formais implantados na porção sul da cidade de Cuiabá/MT. O objetivo consistiu em observar a existência de padrões morfológicos, seus conflitos e potencialidades presentes desde o projeto até situação atual, após consolidação desses assentamentos, e suas implicações na (des)qualificação dos ELPs projetados e (não) apropriados. Para isso verificamos o processo de ocupação da área, analisamos aspectos como forma, dimensões, malha viária do parcelamento, distribuição e localização dos ELPs. Dos problemas identificados nos parcelamentos analisados, evidencia-se parcelamentos sem articulação entre si e entre as áreas consolidadas da cidade, resultando espaços livres públicos pulverizados, não contribuindo ou se valendo das centralidades consolidadas ou em consolidação, levando a precária apropriação pelos moradores. Assim, em nossos estudos, não se reconhece, pelos profissionais a frente da elaboração dos projetos de parcelamento, a utilização de critérios além dos estritamente quantitativos, como também, por parte do poder público e comunidade, existência de gestão continuada desses espaços públicos após implantação.

Palavras-chave: Espaços Livres Públicos; Parcelamentos Formais; Morfologia Urbana; Cuiabá;



OPEN PUBLIC SPACES ON



PARCELING

262



S. 2018

PROJECTS IN THE SOUTH REGION OF CUIABÁ/ MT: FROM THE PROJECT TO THE APPROPRIATION

ABSTRACT

This work consists of a qualitative analysis of the open public spaces on formal parcels implanted in the southern portion of Cuiabá / MT. The objective was to observe the existence of morphological patterns, their conflicts and potentialities from the project to the present situation, after the consolidation of these settlements, and their implications in the qualification or disqualification of the projected public spaces. For this, we verified the area's process of occupation, analysing aspects such as form, dimensions, the road network, distribution and location of public spaces. In the problems identified, it is evident that parceling without articulation among themselves and between the city's consolidated areas, results, in due proportions, in pulverized public spaces, not contributing or using the centralities consolidated or in consolidation, leading to the precarious appropriation by the residents. Therefore, in our studies, it is not recognized, by the professionals leading the parceling projects' elaboration, the use of criteria besides the strictly quantitative, as well as the inexistence, by the public power and the community, of continuous management of these spaces after its implantation.

Key-words: *Open Public Spaces; Urban Planning Projects; Urban Morphology; Cuiabá;*

Introdução

A área de estudo está localizada na porção sul do tecido urbano consolidado de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, e se encontra delimitada por vias estruturais, atualmente trechos urbanos das rodovias BR-163/364 (Av. Fernando Correa da Costa); MT-040 (Rodovia Palmiro Paes de Barros) e BR-070 (Rodovia dos Imigrantes) (**Figura 01**).



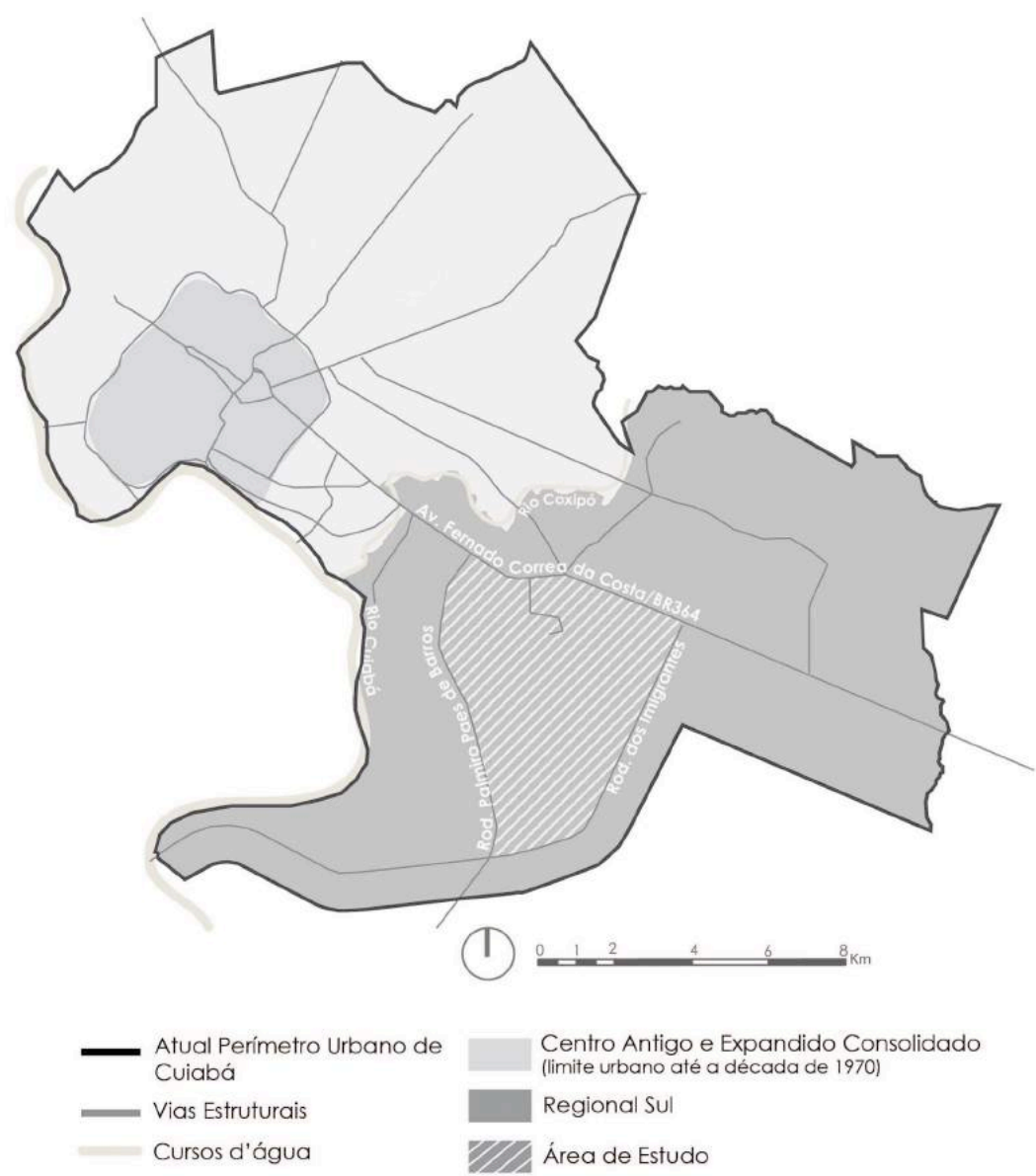


Figura 01: Mapa de Cuiabá/MT com delimitação da área de estudo. Fonte: SAMPAIO, 2018.

A estruturação da regional sul, ainda em curso, é caracterizada por um vetor de expansão urbana intensificado por políticas públicas ainda na década de 1960. As configurações resultantes são uma combinação de parcelamentos, públicos e privados, isolados entre si, cujos interstícios são marcados por extensos espaços livres





(públicos e privados) em meio aos assentamentos já configurados, resultando em novos vazios urbanos (**Figura 02**).







Figura 02: Processo de ocupação urbana na área de estudo. Fonte: SAMPAIO, 2018.

A partir da década de 1970, a urbanização na região centro-oeste e norte do Brasil é intensificada pelas políticas territoriais implantadas pelo Governo Federal. Esse território passaria por grandes transformações espaciais, com destaque para as cidades-pólos, como Cuiabá, apresentando intenso crescimento populacional em curto período de tempo (AZEVEDO, 2006). Na época – final dos anos 1970 –, inicia-se grandes investimentos públicos que alterariam a estrutura urbana de Cuiabá. Do núcleo central, Centro Antigo de origem setecentista e, área contígua a esta, um Centro Expandido, constituíram a Área Central de Cuiabá, de onde iniciava-se a abertura de novas avenidas, estruturando rodovias e complexos urbanísticos ao longo destes (o novo Centro Político Administrativo, o Campus da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, entre outros) que direcionariam o crescimento da cidade (Idem, 2006).

Ao sul de Cuiabá, a rodovia BR 364/163 possibilitava a ligação da cidade com o sul do estado e a região sudeste do País. Com a implantação da UFMT e realocação do Distrito Industrial em suas margens, define-se o vetor de crescimento na porção sul da cidade, que após consolidação, em trecho urbano, a rodovia passa a ser denominada Avenida Fernando Correa da Costa.

Este vetor de expansão impulsionou a implantação de diversos projetos de parcelamentos formais, muitos deles, base para conjuntos habitacionais, em sua maioria, para população de baixa renda. Eram extensas áreas loteadas, do meio de porções não urbanizadas, localizadas distantes do centro da cidade (CANAVARROS, 2015) e, também, a precária disponibilização de áreas públicas para implantação de equipamentos comunitários e áreas verdes. No geral, evidencia-se parcelamentos cujos projetos foram orientados para atender critérios meramente quantitativos, sem articulação entre si e entre as áreas consolidadas da cidade, resultando ELPs pulverizados, que pouco ou nada contribuem para consolidação de centralidades, ou se valem das consolidadas, levando a precária apropriação dos ELPs pelos moradores (**Figura 03**).

O acesso às possibilidades de lazer recreativo, como a equipamentos comunitários e serviços urbanos se tornavam dificultados pela distância do Centro consolidado, aliada a precariedade do

transporte público, quando existente.





Os demais ELPs de lazer ficam restritos as configurações existentes nos bairros e suas localidades, mas se questiona o grau de qualidade desses ELPs e suas possibilidades de apropriação. Por isso, após essa breve apresentação do processo de ocupação da área de estudo e principais questões resultantes, detemo-nos na análise dos aspectos morfológicos dos ELPs dos parcelamentos e apropriações verificadas, vestígios da gestão desses espaços públicos após implantação.

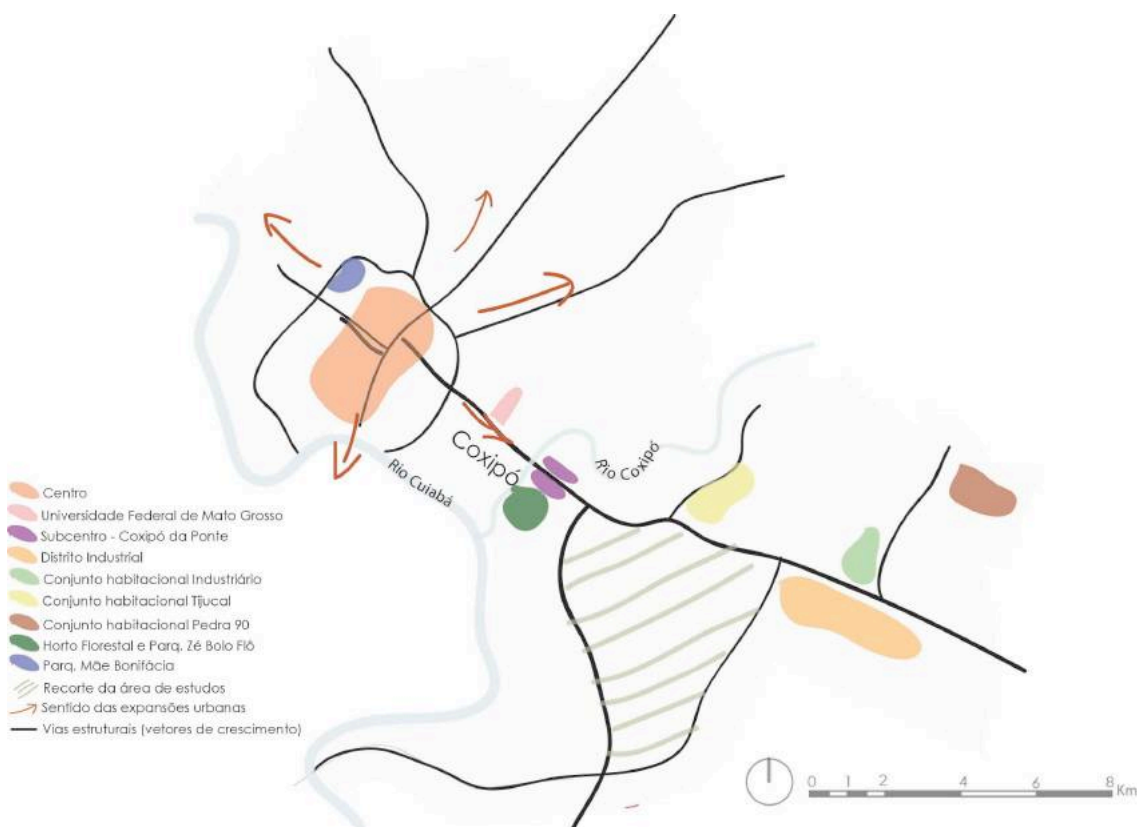


Figura 03: Mapa Estruturação Urbana Cuiabá: vetores de crescimento, polos de atração. Fonte: SAMPAIO, 2018

Aspectos Morfológicos

Com o objetivo de identificar a existência de padrões na configuração dos ELPs dos parcelamentos (atualmente, localidades que integram bairros de Cuiabá) e qualificações dos atributos decorrentes dessa configuração, voltamos nossa análise para cada um dos projetos

existentes





na área de estudos²⁰. Com base nos estudos de Fontes (2003), Kohlsdorf (1996), Macedo (1995), Queiroga (2012), Silva et al. (2014), Vera et al. (2016), analisamos aspectos como o tipo de malha do parcelamento; a distribuição; a localização; a forma e o porte dos ELPs.

Análise dos dados

Para análise dos aspectos morfológicos dos ELPs, organizamos em quadros (Quadro 01, 02 e 03) contendo a relação dos parcelamentos, e a avaliação dos espaços livres a partir das categorias mencionadas anteriormente.

Destacamos que alguns dos parcelamentos analisados foram projetados antes de 1979, quando da aprovação da Lei Federal 6.766. Assim, não há padronização nas terminologias utilizadas²¹. Para conseguirmos uniformizar a análise das áreas (pela função) nesse estudo, apoiados nas reflexões de Magnoli (2006), Queiroga (2012) e Vera R. et al (2016), consideramos os ELPs toda e qualquer área destinada a praças, parques de bairros, como também aquelas integradas a edifícios públicos, como escolas, centros comunitários, equipamentos esportivos, etc. Ainda, sobre as áreas verdes, serão considerados os ELPs com predominância de vegetação arbórea e presença de cursos d'água, entre outros elementos naturais, com implantação mais restrita de edificações e, ou, equipamentos públicos.

Optamos por manter essa distinção na análise dos ELPs projetados nos parcelamentos, até para identificar se essa diferenciação poderia interferir nos padrões morfológicos definidos em projeto.

²⁰ Polígono limitado pelas Av. Fernando Corrêa da Costa, Palmiro Paes de Barros e Rodovia dos Imigrantes, composta pelos seguintes parcelamentos: N. Sra. Aparecida (déc. 1960), Jd. Burity (déc. 1970), COHAB São Gonçalo (déc. 1970), Jd. Presidente 1 (déc. 1970), Pq. Cuiabá (déc. 1970), Pq. Res. Coxipó 1 e 2 (déc. 1980), Jd. Presidente 2 (déc. 1980), Jd. Comodoro (déc. 1980), Jd. Mossoró (déc. 1980), Jd. Jockey Club (déc. 1990), COHAB Itapajé (déc. 1990), Jd. Paulicéia (déc. 1990), Jd. Real Parque (déc. 1990), Altos do Parque (PMCMV, ano 2013), Santa Terezinha (PMCMV, ano 2015).

²¹ Como, até 1979, não havia um marco regulatório nacional que orientasse o ordenamento do território, especialmente quando do parcelamento de glebas, notamos que nos projetos de parcelamentos, antes dessa regulamentação, especificava-se as porções de áreas públicas, mas não necessariamente sua utilização, por exemplo, se para equipamentos comunitários e/ou urbanos, se para áreas verdes. Nos projetos analisados a partir da década de 1980 há distinção dos espaços livres públicos em: áreas de equipamentos comunitários, áreas verdes e vias.





Figura 04: Área de Estudo - Parcelamentos e Localização dos ELPs conforme projetos e





Sampaio

implantação. Fonte: SAMPAIO, 2018.

Espaços Livres Públicos - Equipamentos Comunitários

Parcelamentos	Malha		Distribuição			Localização			Forma				Dimensão				
	Ortogonal	Mista	Concentrada	Dispersa	Linear	Central	Descentralizada	Limítrofe	Regular	Triangular	Irregular	Sinuosa	Muito Pequeno	Pequeno	Médio	Grande	Muito Grande
1. Parq. Res. Coxipó 1																	
2. Parq. Res. Coxipó 2																	
3. Presidente 2																	
4. Comodoro																	
5. Itapajé																	
6. Jockey Club																	
7. Real Parque																	
8. Paulicéia																	
9. Altos do Parque																	
10. Sta. Terezinha																	

Quadro 01: Categorias de análise dos ELPs destinados a equipamentos comunitários. Fonte: Fontes (2003), Kohlsdorf (1996), Macedo (1995), Queiroga (2012), Silva et al. (2014), Vera et al. (2016). Organização: Priscila Sampaio.

Espaços Livres Públicos - Áreas Verdes

Parcelamentos	Malha		Distribuição			Localização			Forma				Dimensão				
	Ortogonal	Mista	Concentrada	Dispersa	Linear	Central	Descentralizada	Limítrofe	Regular	Triangular	Irregular	Sinuosa	Muito Pequeno	Pequeno	Médio	Grande	Muito Grande
1. Parq. Res. Coxipó 1																	
2. Parq. Res. Coxipó 2																	
3. Presidente 2																	
4. Comodoro																	
5. Itapajé																	
6. Jockey Club																	
7. Real Parque																	
8. Paulicéia																	
9. Altos do Parque																	
10. Sta. Terezinha																	

Quadro 02: Categorias de análise dos ELPs destinados a áreas verdes. Fonte: Fontes (2003), Kohlsdorf (1996), Macedo (1995), Queiroga (2012), Silva et al. (2014), Vera et al. (2016). Organização: Priscila





Espaços Livres Públicos - Destinação de áreas não especificadas

Parcelamentos Estudados	Malha		Distribuição			Localização			Forma				Dimensão				
	Ortogonal	Mista	Concentrada	Dispersa	Linear	Central	Descentralizada	Limitada	Regular	Triangular	Irregular	Sinuosa	Muito Pequeno	Pequeno	Médio	Grande	Muito Grande
11. N. Sra. Aparecida																	
12. Presidente I																	
13. Parque Cuiabá																	
14. São Gonçalo																	
15. Burily																	
16. Mossoró																	

Sampaio.

Quadro 03: Categorias de análise dos ELPs que não possuem especificação de uso no projeto.

Fonte: Fontes (2003), Kohlsdorf (1996), Macedo (1995), Queiroga (2012), Silva et al. (2014), Vera et al. (2016). Organização: Priscila Sampaio.

A partir dos quadros 1, 2 e 3 acima, podemos constatar:

Distribuição

Concentrada: as áreas públicas não especificadas foram distribuídas, predominantemente, de forma concentrada. O mesmo não ocorreu com áreas verdes e áreas de equipamento comunitário, pois dos 16 parcelamentos analisados, apenas em dois apresentou-se distribuição concentrada.

Disperso: não ocorre nas áreas públicas não especificadas. É predominante nas áreas verdes e de equipamento comunitário.

Linear: Aparece com mais frequência nas áreas verdes, normalmente por estarem relacionadas a linearidade dos corpos d'água.

Localização

Central: áreas públicas não especificadas são predominantemente centrais, associada à distribuição concentrada. Acontece com pouca frequência nas áreas verdes. É frequente nas áreas de equipamento comunitário, também associadas à distribuição concentrada.

Descentralizada: Ocorre com mesma frequência nas áreas verdes e de equipamentos





comunitários associados à distribuição dispersa.

Limítrofe: Predominante nas áreas verdes e também em grande parte das áreas de equipamentos comunitários associados à distribuição dispersa.

Forma

Regular: é mais frequente nas áreas de equipamento comunitário.

Triangular: Aparece com frequência similar nas áreas verdes e de equipamento comunitário, associado aos portes pequeno e médio.

Irregular: três tipos das áreas públicas – equipamento comunitário, área verde e áreas públicas sem denominação - apresentam forma irregular.

Sinuosa: São mais frequentes nas áreas verdes.

Dimensão

Conforme a análise geral dos ELPs dos parcelamentos estudados, e pautados em referências constantes da pesquisa (FERRARI, 1979; KHOLSDORF; FONTES, 2006; FALCÓN, 2007; QUEIROGA, 2012), arbitramos as classes de dimensões, como seguem:

Muito pequena (até 500m²): Não existe nos parcelamentos em estudo enquanto áreas públicas projetadas e especificadas nas plantas dos projetos, porém alguns largos e canteiros foram executados em um ou outro parcelamento.

Pequeno (501 a 3.000m²): Aparece com mais frequência nas áreas de equipamento comunitário.

Médio (3.001 a 5.000m²): Também são mais frequentes nas áreas de equipamento comunitário.

Grande (5.001 a 20.000m²): Ocorre com frequência similar nas áreas verdes e de equipamento comunitário.

Muito grande (acima de 20.000m²): É predominante nas áreas públicas não especificadas e nas áreas verdes associadas à forma sinuosa.

De projetos a Parcelamentos





Implantados: características e apropriação dos ELPs

Após análise dos projetos dos 16 parcelamentos, especialmente seus ELPs, em campo verificamos as características dos ELPs desses parcelamentos implantados, consolidados ou em processo. Identificamos e mapeamos os tipos de ocupação existentes nas áreas estudadas (**Figura 05**), e apontamos conflitos e potencialidades verificados.





Usos Identificados nos Espaços Livres Públicos Projetados

- Uso Institucional Educacional (escola de 1ª e 2ª grau)
- Uso Institucional Social (creches, centros comunitários, postos de saúde, CRAS, base comunitária da polícia, etc.)
- Uso Institucional Culturais (igrejas)
- Uso Recreação e Lazer (praças, playgrounds, equipamentos esportivos)
- Uso Institucional Recreação e Lazer - equipamento isolado
- Uso para Equipamentos e Serviços Urbanos (linhas de energia elétrica de alta tensão, estação de tratamento de água e gás aduto;
- Uso Residencial e Comercial
- ELP sem configuração paisagística, solo exposto ou vegetação rasteira
- ELP sem configuração paisagística com maciço vegetativo arbóreo
- Uso para atividades esportivas não configuradas oficialmente
- Demais quadras



Figura 05: Mapa de usos identificados nos ELPs dos parcelamentos implantados. Fonte: SAMPAIO, 2018





Conflitos Recorrentes Identificados

ELPs como suporte para ocupação informal: em nossa área de estudo, a ocupação informal das áreas públicas ocorre predominantemente nas porções reservadas para áreas verdes e APP, e por isso, associadas à degradação ambiental dos córregos, decorrente da retirada da mata ciliar e despejo de resíduos sólidos e esgoto in natura, tornando os trechos desses corpos d'água quase imperceptíveis, mesmo para os moradores assentados sobre áreas alagáveis, pois estão separados das margens por muros (Figura 06). Os riscos ambientais são as enchentes e deslizamentos dos barrancos. A maioria das ocupações, para fins de moradia, estão presentes nessas áreas a mais de vinte anos, ocorrendo concomitante com o processo de consolidação dos parcelamentos formais implantados. Diante da ausência de Políticas Habitacionais para atender o déficit no município, bem como Políticas de Gestão dos Espaços Públicos, há possibilidades de que outras áreas públicas, ainda ociosas, passem por esse processo. A ocupação dos ELPs não ocorre apenas por moradias, mas também são utilizados como depósitos de materiais e estacionamento.



Figura 06: Casas nas margens do córrego. Acervo: Priscila Sampaio. 2018

Manutenção esporádica ou ausente: nos ELPs que estão em uso, e com vestígios de





ajardinamento, equipamentos esportivos implantados, entre outros elementos, observamos que a disposição dos equipamentos e, ou a relação entre os diferentes elementos ocorre de forma aleatória, ou seja, a quadra e/ou campo sem integração com elementos estruturadores como caminhos pavimentados ou não, etc. As condições físicas dessas áreas indicam manutenções não frequentes ou inexistentes que, somada as características de suas configurações paisagísticas, evidenciam a ausência de uma política de gestão dos ELPs (**Figura 08**).



Figura 08: ELPs com quadra esportiva implantada aleatoriamente, sem planejamento paisagístico do conjunto. Acervo: Priscila Sampaio. 2018

Barreira física e visual - os muros: Vimos que ELPs podem ser compostos por mais de um elemento e integrando diferentes atividades (edifícios institucionais – escolas, creches, postos de saúde; praças ajardinadas e/ou recreativas, etc.) formando conjuntos multifuncionais. Podem ainda formar áreas contíguas compostas por mais de uma quadra. Todavia, a integração entre diferentes porções de áreas livres, em alguns ELPs dessas localidades, vem sendo afetada pelo encerramento das áreas por muros, especialmente naquelas onde foram implantados equipamentos de uso especial. Os muros funcionam como barreiras, restringindo a permeabilidade física e anulando a visual, que no caso dos parcelamentos estudados, configuraram becos ladeados por muros e resultando em entornos áridos e inseguros.

Verificamos que são áreas desertas,





evitadas pelos moradores, seja para circular como pedestres ou enquanto ciclistas (**Figura 09**).



Figura 09: A esquerda, muro marcando os limites da área do equipamento institucional. Barreira que desarticula ELPs, e cria zona insegura para circulação e permanência dos moradores. Fonte: Priscila Sampaio. 2018

Ausência ou inadequação de infraestruturas viária e drenagem: Para garantir segurança, inclusão e ambiência agradável nos deslocamentos, principalmente para os pedestres e ciclistas, a boa qualidade da infraestrutura viária torna-se fundamental para viabilizá-la. As vias (calçadas e ruas) são, também, ELPs potenciais ao complemento das atividades de convívio e lazer. Todavia, na área analisada, a infraestrutura viária, além de apresentarem baixa qualidade, às vezes é ausente em parte dos parcelamentos analisados (**Figura 10**). Assim, encontramos falhas na pavimentação, ausência de sinalização, calçadas descontínuas etc., mesmo nos parcelamentos recém-entregues.





Figura 10: Via com obstrução e sem pavimentação. Foto Priscila Sampaio. 2018

Ausência de arborização viária: A arborização viária também é uma importante parte da infraestrutura urbana, para permitir deslocamentos mais agradáveis térmica e esteticamente. Nas calçadas com presença de sombreamento arbóreo foi identificada a presença de bancos e cadeiras, vestígios da ação dos moradores, evidenciando a importância do sombreamento de lugares de encontro e convívio cotidiano. Entretanto, esse uso foi identificado em pontos isolados, pois, em todos os parcelamentos analisados, a arborização viária ocorre de forma descontínua ou inexistente ao longo da maioria das calçadas (**Figura 11**). Ausência de arborização nas áreas verdes e demais ELPs.





Figura 11: Via com ausência de arborização viária. Acervo: Priscila Sampaio. 2018

Ausência de configuração paisagística: A ausência de planejamento paisagístico foi identificada em todos os ELPs dos parcelamentos analisados (**Figura 12**). Como um dos resultados, observamos ELPs desinteressantes e ociosos, que em alguns casos, tornam-se limites para os moradores, pois tornam-se áreas inseguras, inclusive sem diagnosticar os problemas existentes e, incorporar elementos que facilitariam passagem/deslocamento como calçadas, pontes e passarelas. Esse problema inicial da falta de planejamento paisagístico, associado a ausente manutenção (como uma simples limpeza de matagais que crescem livres), evidencia a desimportância dos ELPs no contexto dos parcelamentos, como também no âmbito da política urbana, por constatarmos a inexistência de uma política de gestão dos ELPs. O que notamos que o poder público municipal realiza intervenções, mas quando realizadas, ocorrem de forma isolada e desarticulada, sem qualquer intenção da estruturação de um sistema de espaços livres nos bairros, na zona urbana, no município de Cuiabá.





Figura 12: ELPs sem estruturação paisagística. Fonte: Priscila Sampaio. 2018

Potencialidades Recorrentes Identificadas

Presença de maciços arbóreos nos ELPs: A manutenção de maciços arbóreos remanescentes das glebas parceladas, são um contraponto à paisagem árida dos parcelamentos recém-implantados (**Figura 13**). Esses pequenos bosques isolados entre os parcelamentos para serem incorporados, ou serem o partido dos projetos paisagísticos. Há grande potencial de estruturar parques de bairros e, conforme as estratégias projetuais, poderiam promover a proteção e conservação, do cerrado (flora e fauna), dos corpos d'água, diminuição de temperatura, proteção sonora.





X

Figura 13: ELPs com manutenção de maciços arbóreos remanescentes das glebas parceladas.
Acervo: Priscila Sampaio. 2018

ELPs articulados às centralidades dos parcelamentos: Identificamos, quando da avaliação da localização, que alguns ELPs integram centralidades que se estruturaram nessas localidades. São setores com acessos facilitados pelas vias principais e coletoras, concentração de comércio e serviços e, um intenso fluxo de pessoas, moradores da localidade e entorno (**Figura 14**). Vários equipamentos públicos na mesma quadra ou em quadras próximas, também indicam lugares mais movimentados e atrativos e com alguma estruturação (bancos, caminhos pavimentados, etc.).





Figura 14: ELPs nas centralidades -acesso facilitado, e presença de alguma estrutura possibilitam maior e frequente circulação e permanência dos moradores. Acervo: Priscila Sampaio. 2018

Usos e apropriações coletivas: Notamos que mesmo os equipamentos esportivos com manutenção precária, têm utilização frequente pelo público infantil e jovem. Alguns equipamentos esportivos próximos as escolas, também são usados para as atividades educativas vinculadas a estas, evidenciando a potencialidade de áreas que permitam a implantação integrada de equipamentos educacionais e esportivos. Outra situação recorrente, nos parcelamentos em análise, foram os equipamentos esportivos improvisados pelos moradores, além dos equipamentos esportivos oficiais já existentes, o que pode indicar demanda não atendida. Fica evidente nessas ações a importância da mobilização e participação dos moradores para contribuírem nas decisões sobre esses ELPs, seja a definição de suas características, atividades a abrigar, bem como da manutenção desses ELPs, sinais que há ambiente para se discutir uma Política de Gestão dos Espaços Públicos promovendo efetiva participação dos moradores (**Figura 15**).





Figura 15: ELPs - praça reformada e manutenção realizada pelos moradores do entorno. Acervo: Priscila Sampaio. 2017.

Considerações Finais

Estudamos os ELPs de dezesseis parcelamentos implantados em porção da região sul da zona urbana de Cuiabá.

Inicialmente, notamos que as glebas parceladas, embora inscritas em área delimitada por importantes avenidas e rodovias, apresentam reduzidos pontos de ligações com essas vias estruturais. Os parcelamentos, ainda, foram implantados de forma pulverizada, com grandes extensões de espaços livres públicas e privadas em seus interstícios, acentuando a deficiente (ou ausente, em alguns casos) articulação entre os parcelamentos, precária desde fase de projeto (pelos responsáveis técnicos) e aprovação pelos órgãos públicos.

Em todos os parcelamentos, os critérios norteadores dos projetos, pelos empreendedores, foram do menor custo (com instalação mínima das infraestruturas) e maior rentabilidade (focada nos lotes para venda). Pelo poder público, nenhuma preocupação com o ordenamento do território, tão pouco com os espaços livres, isolados ou em sistema.

Essas opções projetuais estão refletidas





na caracterização dos ELPs desses parcelamentos e, conseqüentemente, de uma paisagem desinteressante: nossa análise morfológica evidencia que ELPs não foram prioridade nos projetos, sendo destinadas as áreas de sobra em boa parte dos parcelamentos analisados, como indicam as formas triangulares e as dimensões pequenas e médias dos ELPs. No conjunto, é sentida a falta de aplicação de critérios e orientações para direcionar as decisões projetuais de forma a qualificar a paisagem urbana.

Na análise dos ELPs das localidades, ou seja, os parcelamentos implantados e ocupados (ou em processo de), ausência de projetos paisagísticos, que orientem a implantação dos diferentes elementos. Dos ELPs que apresentam estruturas, evidenciam manutenção precária ou inexistente, exceção para as iniciativas independentes dos moradores.

Entendemos que a fase de projeto de parcelamentos é, na realidade, uma etapa preliminar, cuja qualidade depende de uma estrutura institucional integrada e presente (corpo técnico preparado e em número adequado, políticas, planos, legislações).

Ao longo do processo, a implantação e consolidação também devem ser considerados no planejamento, tendo em conta a colaboração de técnicos, como também dos moradores no cotidiano.

Assim, ao destacarmos alguns dos conflitos e potencialidades dos ELPs, queremos evidenciar que o planejamento dos ELPs é mais do que criar formas, determinar porções de áreas verdes, implantar equipamentos comunitários, projetos paisagísticos e etc., mas é contribuir, quotidianamente, na transformação da paisagem de forma positiva, ao considerarmos os ELPs, não apenas como elementos que estruturam o espaço, mas também como uma produção coletiva de lugares acessíveis, seguros, agradáveis e democráticos.

Referências

AZEVEDO, Doriane. *Rede Urbana Mato-grossense: ações políticas, econômicas, de planejamento e configurações espaciais*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da

Universidade de São Paulo. São Paulo,



285



2006.

CANAVARROS, Andréa Figueiredo Arruda. *A consolidação de um tipo urbano e arquitetônico de moradia para os pobres: velho modelo, novas periferias no espaço urbano Mato Grossense*. Tese de Doutorado. Lisboa : FA, 2016.

FERRARI, Célson. Curso de Planejamento Municipal Integrado. Editora Livraria Pioneira. 2 edição. São Paulo, 1979.

FONTES, Nádia; SHIMBO, Ioshiaqui. *Proposição de Indicadores para análise de disponibilidade de espaços livres públicos de lazer*. III ENECS – Encontro Nacional Sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis. 2003. Disponível em: < www.elecs2013.ufpr.br/wp-content/uploads/anais/2003/2003_artigo_085.pdf > Acesso em set. 2017.

KOHLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996. 253p.: il.

MACEDO, Silvio Soares. Espaços Livres. Paisagem e Ambiente: Ensaios, São Paulo, n. 7, p. 15-56, 1995.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. *Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros*. 2012. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SAMPAIO, Priscila Wolff. *Espaços Livres Públicos: análise em parcelamentos da região sul de Cuiabá/MT*. Trabalho Final de Graduação. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2018.

SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da; et al. *Crerios para Intervenção e Transformação do Sistema de Espaços Livres: uma reflexão conceitual metodológica*. Paisagem e Ambiente: Ensaios – n.33, São Paulo, p.9-8,2014.

VERA R. Tângari; et al. *Diretrizes e Padrões de Desenho Urbano e Paisagismo para Espaços Livres em Empreendimentos de Habitação de Interesse Social*. In: XI Colóquio QUAPÁ SEL – Quadro do Paisagismo no Brasil, Salvador/Bahia, UFBA. 2016. Disponível em: <



286



<http://quapa.fau.usp.br/wordpress/textos/xi-coloquio-quapa-sel-salvadorba-ufba-2016/>> Acesso em set. 2017.





AS TRANSFORMAÇÕES E AS NOVAS APROPRIAÇÕES DOS ESPAÇOS LIVRES

PÚBLICOS DO BAIRRO CAMOBI

PAULA, Gabbi Polli (1); VANESSA, Casarin (2);

(1) Universidade Federal de Santa Catarina; Mestra em Arquitetura e Urbanismo;

Florianópolis, Santa Catarina; paula.polli@gmail.com

(2) Universidade Federal de Santa Catarina; Doutora em Arquitetura e Urbanismo;

Florianópolis, Santa Catarina; vanessa.casarin@ufsc.br

RESUMO

O presente trabalho se insere na reflexão a respeito dos espaços públicos da cidade contemporânea. Adota-se como foco deste estudo a influência que as transformações do espaço, no decorrer do processo histórico de desenvolvimento do bairro, afeta na relação do sujeito com a cidade habitada. Busca-se, através da percepção dos moradores do conjunto de espaços livres públicos existentes, compreender quais os locais mais utilizados e as principais justificativas que influenciam na apropriação destes em detrimento de outros. Adota-se como objeto de estudo o bairro Camobi, localizado na cidade de Santa Maria - RS. A partir de uma entrevista realizada com os moradores do bairro, foi possível compreender as diferentes motivações que conduzem os habitantes a utilizar e se apropriar dos espaços públicos inseridos no contexto atual de Camobi.

Palavras-chave: Espaço público; Apropriação; Transformações socioespaciais; bairro Camobi.

THE TRANSFORMATIONS AND THE NEW APPROPRIATIONS OF THE PUBLIC SPACES OF THE CAMOBI DISTRICT.

ABSTRACT

This study is part of the reflection on the public spaces of the contemporary city. The focus of this





study is the influence that the transformations of space, in the course of the historical development process of the city, affects the relation of the users to the urban space. It is sought, through the perception of the residents about the existing public spaces, to understand which places are most used and the main justifications that influence the appropriation of these instead of others. The Camobi district, located in the city of Santa Maria - RS, is the object of study. From an interview with residents of Camobi it was possible to understand the different motivations that lead the inhabitants to use and appropriate the public spaces inserted in the current context of the district.

Key-words: *Public space; Appropriation; Socio-spatial transformations; Camobi district.*

INTRODUÇÃO

O presente artigo adota como foco o estudo do fenômeno urbano, tendo como propósito compreender as novas formas de apropriação da cidade a partir da percepção dos usuários dos espaços livres públicos existentes no bairro Camobi, localizado na cidade de Santa Maria - RS. Considerando as diversas possibilidades de se analisar o contexto urbano, busca-se compreender quais os espaços públicos mais utilizados e as motivações que influenciam na apropriação dos lugares a partir da percepção individual dos moradores do bairro.

Analisando o objeto em estudo, a intenção de se realizar este trabalho surgiu da observação da situação atual do recorte urbano em foque. A partir do levantamento do processo de desenvolvimento histórico de Camobi, foi observado um conjunto de transformações socioeconômicas que resultaram na configuração atual do bairro. Resultante deste processo, um novo sistema de espaços livres públicos foi consolidado, configurando uma nova imagem do bairro, concebida através da percepção dos moradores. Através destas transformações, novas formas de uso e aproximação entre os usuários e a cidade também foram concebidas estabelecendo, desse modo, as novas relações entre os indivíduos e o espaço habitado.

Neste contexto, o presente estudo busca compreender como as transformações ocorridas no bairro, através do seu processo histórico de





S. 2018

desenvolvimento, influenciam na utilização dos espaços livres públicos pelos moradores. A presente pesquisa insere-se na reflexão da vida cotidiana, onde o recorte territorial do bairro surge enquanto espaço a ser analisado devido à sua influência na relação do usuário com a cidade habitada no dia a dia.

Com base nisso, o presente artigo encontra-se estruturado em quatro etapas. Inicialmente, é apresentado o tema em estudo seguido do referencial teórico adotado como base para o entendimento do tema abordado. Na sequência, são apresentados as ferramentas metodológicas adotadas. Por fim, são expostos os resultados obtidos com o trabalho de campo, assim como as reflexões e conclusões do estudo.

DESENVOLVIMENTO

Neste item, será apresentado o referencial teórico utilizado para embasar este artigo, garantindo uma maior compreensão do estudo proposto, assim como da metodologia utilizada. Como segundo item apresentado, serão expostos os resultados do estudo através da contextualização da área em análise e dos dados obtidos com as entrevistas aplicadas aos moradores do bairro.

Referencial teórico

A compreensão do termo espaço público, enquanto conceito e entendimento na estrutura da cidade, é definida, nesta pesquisa, como aquele espaço da vida social urbana por excelência, o lugar da sociabilização na cidade (NARCISO, 2009). Abordando o entendimento do espaço público enquanto palco da vida urbana, parte-se para a compreensão do conceito de sistema de espaços livres (SEL) que constituem a cidade contemporânea. Inicialmente, o SEL é compreendido enquanto a soma de todos os espaços livres urbanos existentes em um determinado recorte territorial, independente de dimensão, qualificação estética, funcional e localização, sejam públicos ou privados (QUEIROGA, 2011).

Adotando como foco deste estudo os espaços livres públicos, a rua surge enquanto elemento fundamental de conexão na cidade, por





onde ocorre grande parte da vida cotidiana da sociedade urbana (MACEDO, 2010). Parques, praças, mirantes, calçadões, promenades, florestas urbanas, lagoas, praias, etc, se constituem nos demais elementos desse sistema (MACEDO, 2010).

Destaca-se que a vida pública tem nos espaços livres, sobretudo nos espaços livres públicos, seu maior suporte físico-material para acontecer. São eles os espaços de maior acessibilidade, com maior capacidade para receber a diversidade, a pluralidade e o imprevisto, características de uma esfera pública mais rica (QUEIROGA, 2011). Considerando a intenção deste estudo, de se compreender o fenômeno urbano relacionado à experiência individual dos usuários, reforça-se, aqui, a importância de se compreender a cidade do modo como a percebem seus habitantes, aliado ao estudo do espaço e da cidade em si (LYNCH, 2010). Dessa forma, a entrevista com os usuários da cidade surge como ferramenta fundamental deste estudo.

Considerando o foco na utilização dos espaços livres públicos por parte dos moradores, destaca-se a importância de se compreender as diferentes formas de apropriação dos espaços de uso coletivo por estes corresponderem aos reais processos de desenvolvimento da cidade (SANTOS; VOGEL, 1985). É através do contato do indivíduo com os espaços públicos do bairro que se verifica a efetivação do contato entre as pessoas e os eventos, inseridos em um contexto espacial e social imediato.

Desse modo, é a partir das diferentes relações que os usuários passaram a estabelecer com os espaços livres públicos do bairro Camobi que se busca entender os efeitos das transformações socioespaciais da cidade na relação pessoal do sujeito, enquanto morador e usuário dos espaços do bairro.

Método

Como ferramenta para a obtenção de resultados, realizou-se um levantamento documental do processo histórico de desenvolvimento do bairro, assim como um estudo sobre a situação atual dos espaços livres públicos na malha urbana de Camobi. Adotou-se também, como ferramenta

para a obtenção das respostas que



291



S. 2018

permeiam o estudo, a aplicação de uma entrevista semiestruturada com questões abertas, onde, a partir de um conjunto de questionamentos previamente definidos, se permite a possibilidade do entrevistado discorrer livremente sobre o tema proposto (BONI; QUARESMA, 2005).

A entrevista foi organizada em dois momentos. Primeiramente, foram solicitados os dados dos usuários de forma a obter uma maior diversidade no que tange a caracterização dos moradores. O segundo campo da entrevista contém o questionamento apresentado aos habitantes do bairro. Foram questionados quais espaços públicos o usuário mais utiliza e por que, de forma a compreender as principais justificativas para a identificação dos espaços no contexto urbano atual.

Estabeleceu-se como público alvo moradores de Camobi com idade igual ou superior a 15 anos, independentemente de ser usuário ou não dos espaços públicos da cidade. Foram aplicadas um total de 50 entrevistas com duração média de cinco minutos cada, realizadas no período de 30 dias. As entrevistas foram efetuadas na rua, em locais variados dentro do bairro, com pessoas escolhidas de forma aleatória.

Buscou-se obter uma amostra equivalente aos extratos existentes dos moradores quanto ao gênero, idade, escolaridade, tempo e local de moradia no bairro. Foram entrevistados um total de 28 usuários do gênero feminino e 22 do gênero masculino. A proporção de entrevistados equivale, aproximadamente, à realidade do bairro. Da mesma forma, buscou-se uma certa variedade quanto à faixa etária dos entrevistados de forma a obter percepções variadas quanto aos espaços de Camobi.

Para realizar a análise dos resultados, as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. O tratamento dos dados obtidos consistiu na análise de conteúdo das entrevistas, onde foi realizada a triangulação dos resultados através da discussão com o referencial teórico abordado e a análise do contexto histórico do local de estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O bairro





O município de Santa Maria, localizado na região central do Rio Grande do Sul (**figura 1**), se apresenta como uma das principais cidades do estado, distante 293 km da capital Porto Alegre. O bairro Camobi, localizado na porção leste da cidade, apresenta 21.822 moradores dos totais 276.108 do município (IBGE, 2014), inserido em um total de aproximadamente 20.346 km². Surge como um dos principais bairros em desenvolvimento da cidade, fator que se justifica principalmente pela presença da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Base Aérea de Santa Maria (BASM).

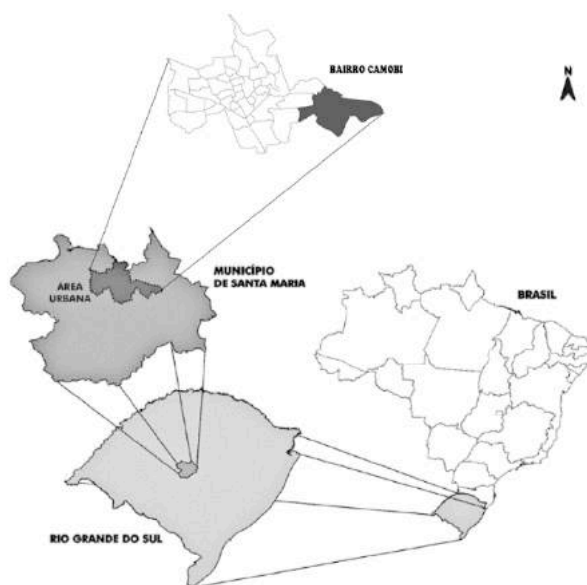


Figura 1. Localização do bairro Camobi no contexto municipal, estadual e nacional. Fonte: Autora, adaptado de PIPPI et al. 2009.

O surgimento do então bairro Camobi ocorreu a partir da chegada de imigrantes italianos oriundos do município vizinho de Silveira Martins que, ao inaugurarem a Estação Colônia (1885), surge os princípios de centralidade a partir da ocorrência de atividades comerciais e sociais no local (COMIN, 2008). A transição do contexto rural para o urbano se dá com a instalação da ferrovia onde a então estação passa a ser intitulada Estação Camobi, no ano de 1945.

O único eixo viário existente até então, a atual Avenida João Machado Soares, localizada em frente à estação, concentrava as atividades econômicas e sociais do distrito. É possível verificar





S. 2018

que o núcleo de desenvolvimento histórico do bairro adotava o caráter de espaço central na época, característica que se justifica através da concentração de equipamentos em um mesmo espaço. Em frente à estação férrea, localiza-se a primeira praça do bairro, assim como a igreja matriz de Camobi. Acredita-se que a proximidade desses equipamentos, concentrando as atividades sociais, econômicas e comerciais em um mesmo local, consolidava um espaço de caráter central significativo na estrutura do bairro.

A partir da expansão do transporte rodoviário, foi implantada a principal via conectora do bairro com o restante do município de Santa Maria, a RS 509. Após a implantação dos principais equipamentos de desenvolvimento econômico do bairro, a UFSM (1960) e a Base Aérea (1970), as atividades ligadas ao comércio e serviço foram gradativamente sendo deslocadas para o eixo da RS 509, que passa a adotar o caráter de centralidade do bairro (COMIN, 2008), conforme ilustrado no mapa a seguir (**figura 2**).

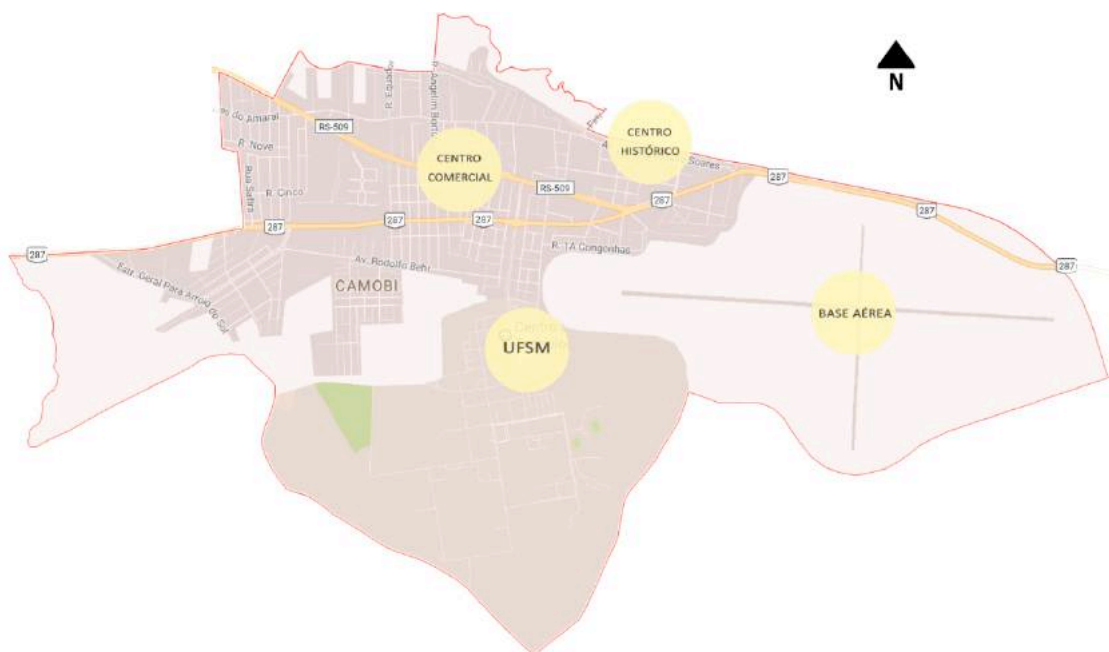


Figura 2. Identificação dos elementos estruturantes do bairro. Fonte: Autora, adaptado de GoogleMaps. 2018.

Após o fechamento da estação férrea (1996), a área onde hoje se encontra o recinto histórico do

bairro





perdeu seu caráter de centralidade, configurando um espaço residual no contexto do bairro. A importância desse espaço, de ordem histórica, econômica e social, se enfraqueceu com o passar do tempo. A área hoje se encontra abandonada e esquecida por grande parte da população do bairro, se mantendo viva apenas na memória de alguns moradores mais antigos (**figura 3**).



Figura 3. Desuso da edificação e entorno da antiga estação férrea de Camobi. Fonte: Autora. 2015.

A partir do processo de expansão urbana de Camobi, foram instalados novos eixos viários para suprir a demanda de fluxo no bairro. Com a implantação da BR 287, o bairro apresenta significativa expansão no sentido norte-sul, onde novos loteamentos vão surgindo, assim como estabelecimentos de interesse comercial e prestação de serviço no decorrer dos dois principais eixos viários.

Ao se analisar a nova área central do bairro, configurada pela RS 509, a existência de seis pistas automotivas e a falta de espaço público de referência desconstruíram o conceito de um centro voltado às práticas sociais da população. Ainda, verifica-se a carência por um espaço simbólico de identificação do usuário com a cidade, fato observado claramente na configuração inicial da área central de surgimento do bairro.

Ao se observar a situação atual, acredita-se que a falta de um espaço com caráter de centralidade, assim como a carência de um espaço público voltado às atividades sociais da

população e a ausência de elementos





que configurem um valor simbólico aos espaços do bairro possam resultar em consequências negativas na apropriação e identificação dos usuários com a cidade. Da mesma forma, o afastamento da população com o recinto histórico do bairro pode vir a enfraquecer os laços de identificação dos indivíduos com os demais espaços públicos e elementos constituintes da paisagem de Camobi.

Considerando o conjunto de espaços livres localizados na malha urbana (**figura 4**), é possível destacar a presença de oito praças distribuídas de forma adequada no contexto urbano do bairro. Aliada à presença das praças, são destacadas as principais vias de deslocamentos: Av. João Machado Soares, RS 509, BR 287, assim como a Av. Roraima, principal via de conexão do bairro no sentido norte-sul.

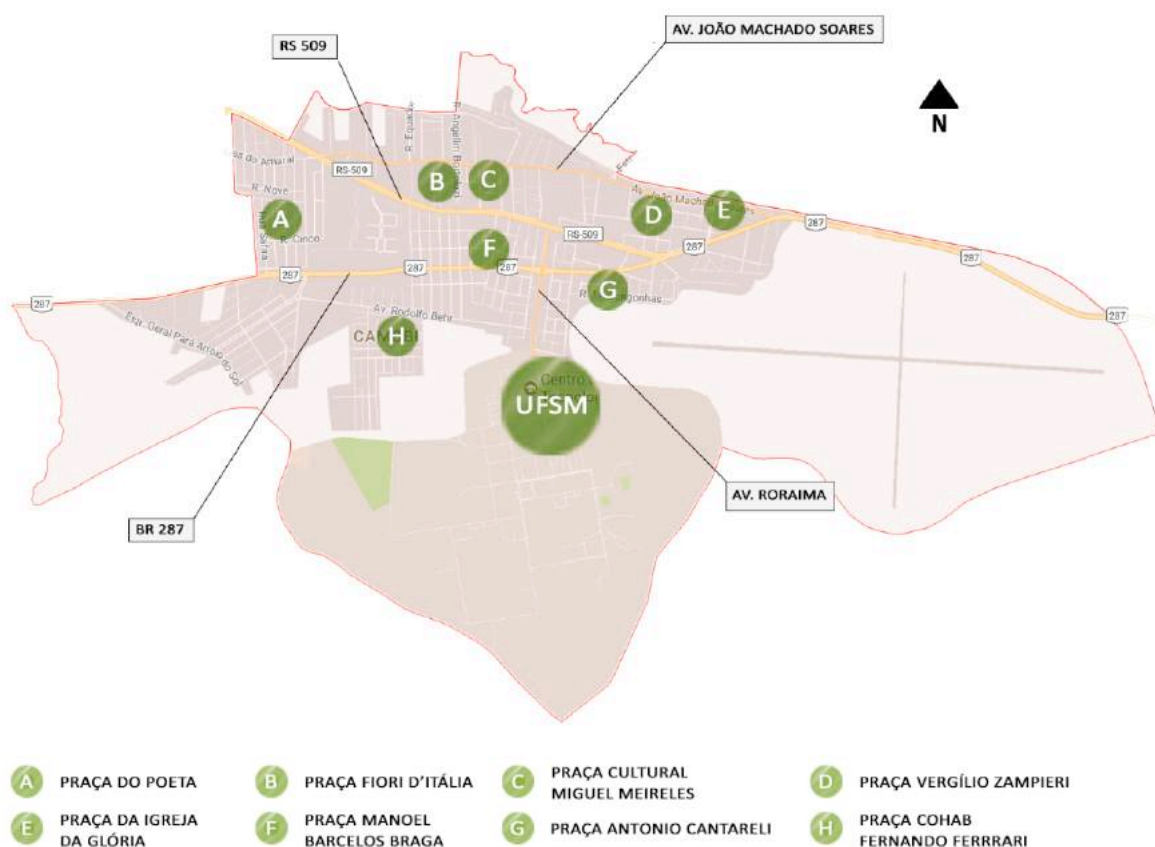


Figura 4. Mapa localizando os espaços públicos de uso coletivo do bairro Camobi. Fonte: Autora,





adaptado de GoogleMaps. 2018.

A partir da observação da situação atual dos espaços livres públicos do bairro, é possível identificar uma carência na infraestrutura existente no conjunto de oito praças distribuídas na malha urbana de Camobi. A escassez de uma infraestrutura adequada (**figura 5**), o caráter de insegurança presente no local, assim como a falta de atrativos resultam na subutilização destes espaços. Em sua maioria, verifica-se um abandono das áreas livres por parte da população, que, por desconhecer, passam a não utilizar estes locais.



Figura 5. Retratos da infraestrutura precária de algumas praças do bairro Camobi. Fonte: Autora. 2016.

Ainda, é possível observar no mapa anterior, o destaque para o espaço da UFSM enquanto elemento integrante do SEL do bairro. Após receber projetos de incentivo ao consumo da produção cultural da região, assim como a qualificação dos espaços livres do campus para o uso de lazer e recreação dos habitantes, este passou a adotar o caráter de parque setorial no contexto tanto do bairro como da cidade de Santa Maria (**figura 6**).

Nos últimos anos, foram implantados diversos equipamento visando a promoção de um campus voltado à escala do pedestre, onde os deslocamentos, tanto de uso funcional quanto recreativos, se tornassem acessíveis e agradáveis aos usuários. Da mesma forma, a instalação de equipamentos como uma pista multiuso, mobiliário urbano (bancos, iluminação), proposta de aluguel de bicicleta, veio a qualificar o espaço do campus, tornando-o um grande atrativo à

população do bairro. A partir desta





situação, houve um aumento significativo do número de pessoas que passaram a utilizar o local como um parque urbano frente à carência de espaços públicos adequados ao uso no restante da cidade.



Figura 6. Fotografias retratando o uso recorrente dos espaços do campus, consolidando-o enquanto parque setorial. Fonte: Autora. 2018.

Dessa forma, a partir da análise das transformações dos espaços públicos de Camobi, ocorridas durante seu processo de crescimento, assim como a consolidação do SEL como se encontra atualmente, busca-se compreender quais espaços públicos passaram a ser mais utilizados pelos moradores e quais as novas relações estabelecidas com estes lugares.

A percepção dos usuários

A partir da análise das entrevistas aplicadas aos moradores, foram apontados como locais de uso: o campus da UFSM, as ruas do bairro e algumas praças existentes em Camobi. A UFSM apresentou destaque por ser citada como espaço público de maior utilização pela maioria dos entrevistados. Em parte, a justificativa pela indicação se dá pela qualificação do campus universitário e a presença de atrativos, como equipamentos, infraestrutura adequada, qualidade visual e segurança. Da mesma forma, verificou-se que em muitos relatos, o campus universitário foi identificado como único espaço público passível de uso, considerando a situação degradada

dos demais





existentes, ou o próprio desconhecimento da presença de outros espaços públicos em Camobi.

O espaço da rua surge como o segundo mais identificado pelos entrevistados como local de utilização dentro do bairro. Dentre as principais justificativas para este uso, estas são apropriadas para deslocamentos diários e realização de atividades físicas, como caminhadas, corridas e andar de bicicleta. Por vezes, principalmente na fala dos jovens, as ruas aparecem como espaços para a realização de atividades de lazer e interação social.

Por fim, o terceiro espaço público identificado pelos moradores são as praças do bairro. Considerando a amostragem obtida através das entrevistas, apenas uma pequena quantidade de moradores apontou o uso das praças de Camobi. Dentre os que identificaram, pode-se destacar a utilização de praças localizadas próximas às suas moradias ou locais de estudo e trabalho, de forma que as demais existentes no bairro permanecem desconhecidas, assim como ocorre para a maioria dos entrevistados.

Acredita-se, assim, que a forte recorrência do uso, tanto do campus universitário quanto do espaço da rua como representativa na concepção dos espaços públicos do bairro, se justifica devido à falta de reconhecimento de outros espaços públicos destinados ao uso da população, como é o caso das oito praças distribuídas na malha do bairro. Como já identificado anteriormente, acredita-se que esse fato se dá devido à baixa qualidade de infraestrutura e atratividade que estes espaços públicos oferecem aos seus moradores, de forma que não são reconhecidos, muito menos utilizados pelos habitantes.

Destaca-se esta questão como uma situação de grande perda de qualidade de vida para a própria população do bairro. Acredita-se que estes espaços apresentam potencial devido à quantidade satisfatória de praças existentes, assim como a sua distribuição que se dá de forma equilibrada, envolvendo praticamente todo o território do bairro.

A partir da análise das entrevistas, é possível verificar, ainda, um consenso entre as informações obtidas através da etapa de levantamento da situação atual e do desenvolvimento do bairro, com os dados analisados a partir das entrevistas com os moradores. O centro histórico de

Camobi, devido à perda do seu caráter





centralizador e simbólico, não é citado como local de uso pelos moradores. Tal questão se destaca devido à ausência de reconhecimento desse espaço no cenário atual do bairro. Da mesma forma, a implantação de equipamentos estruturadores, como a UFSM e a Base Aérea, veio a configurar o novo funcionamento, assim como a própria concepção da imagem de Camobi. O desenvolvimento desses espaços, a partir do crescimento do bairro nos últimos anos, aliado ao incentivo e interferência pública em áreas livres específicas da cidade, resultaram na conformação do SEL que Camobi apresenta atualmente. A partir desta situação, verifica-se o papel destes elementos na consolidação da relação dos indivíduos com a cidade, de forma que a situação atual em que o bairro se encontra, assim como de seus espaços públicos, influencia diretamente nas diferentes vivências, assim como nas significações que o espaço urbano contemporâneo é capaz de assumir no imaginário dos seus usuários.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Compreender o impacto das transformações ocorridas na cidade contemporânea sobre as novas formas de apropriação dos espaços públicos foi o objetivo da reflexão proposta. Pautada no discurso e na percepção individual do morador do bairro, foi possível conhecer as motivações que permeiam a relação e a experiência do sujeito que habita a cidade enquanto palco das diversas experiências cotidianas.

Através do presente estudo, aferiu-se que o sistema de espaços livres públicos da cidade, assim como a vida pública em si, se encontram em constante processo de transformação, tanto em questões relacionadas ao uso quanto à configuração dos espaços. A compreensão das relações que envolvem a vida urbana deve surgir como etapa fundamental do planejamento urbano, visando como produto final a qualificação dos espaços públicos da cidade contemporânea.

Reconhece-se que a instalação de novos equipamentos, como a universidade federal e a Base Aérea, assim como a popularização do transporte rodoviário, colaboraram para a consolidação da nova configuração espacial de Camobi. Tais transformações na paisagem contribuíram para a

ocorrência de diferentes usos do espaço,



300



configurando, por fim, as diferentes relações estabelecidas entre o usuário e a cidade.

É através das diversas relações que o sujeito estabelece na cidade, que se promove o sentimento de identidade do bairro. Desse modo, é possível concluir que apesar das mudanças que a cidade apresenta e os diferentes processos de transformações sofridos pelo espaço, é demasiado importante que o sistema de espaços livres esteja sempre qualificado e disponível à atribuição de novos usos e significados por parte dos moradores. A cidade, em específico os espaços livres públicos, enquanto caracterizados como locais de sociabilização, devem permitir a utilização, interação social, apropriação e identificação dos habitantes com o lugar da vida cotidiana, representado neste trabalho enquanto os espaços públicos do bairro.

Por fim, a partir das constatações realizadas no decorrer do estudo, permitiu-se apontar direções para a qualificação dos espaços públicos de Camobi através da compreensão da percepção dos usuários da situação atual do SEL do bairro. Acredita-se que, deste modo, o estudo contribui para as pesquisas urbanísticas de bairros localizados em cidades de médio porte, colaborando com a compreensão dos processos de apropriação dos espaços públicos, assim como da experiência da vida nas cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONI; Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Vol. 2, no. 3, p. 68-80. 2005.

COMIN, Flaviene Valcorte. *Estudo da expansão territorial urbana e do uso do solo urbano nas três principais vias do bairro Camobi – Santa Maria/RS*. 2008; 102 f. Monografia (Trabalho de Graduação B) – Curso de Geografia Bacharelado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse por setores. Censo 2010. Brasília, 2014.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. 2



301



ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

MACEDO, Silvio Soares. *QUAPA SEL – um projeto de pesquisa em rede*. In. ENANPARQ. *Arquitetura, Cidade, Paisagem, e Território: percursos e perspectivas*. Rio de Janeiro, 2010.

NARCISO, Carla Alexandra Filipe. Espaço público: ação política e práticas de apropriação. Conceito e procedências. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, vol. 9, no. 2, 2009.

PIPII, Luis Guilherme Aita; MALLMANN, Camila Lorenci; MALLMANN, Camila Lorenci; LORENSINI, Cássio; VALENTINI, Daiane Regina; FILHO, José Luiz de Moura; TRINDADE, Larissa Carvalho; CARTANA, Marcos Fontoura; ROTTA, Renata. Sistema de espaços livres contemporâneos na cidade de médio porte de Santa Maria-RS. *Paisagem Ambiente: ensaios* - n. 26 - São Paulo - p. 89 - 126 – 2009.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. *Artigos & Ensaios*. RESGATE - vol. XIX, Nº 21 - jan./jun. 2011 - QUEIROGA, Eugênio Fernandes - p. 25-35.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; VOGEL, Arno. *Quando a rua vira casa: A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. ed 3a. Rio de Janeiro: Projeto, 1985.





OS SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES E AS INTERVENÇÕES TEMPORÁRIAS NA CIDADE DE NATAL: Resistências em busca de uma cidade com mais urbanidade.

LIMA, Verônica Maria Fernandes de (1); MEDEIROS, Viviane Gomes (2); OLIVEIRA, Fernanda Lorena Rabelo de (3)

(1) Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Professora associada do Departamento de Arquitetura e do Programa de pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/CT); Natal/RN; verolima04@gmail.com

(2) Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Mestranda em Estudos Regionais e Urbanos (PPEUR/DPP); Natal/RN; arq.vivianemedeiros@gmail.com

(3) Universidade Potiguar; Graduada em Arquitetura e Urbanismo; Natal/RN; nandalorena_@hotmaill.com

RESUMO

O presente artigo trata do resultado parcial da pesquisa intitulada “Vozes da Cidade: Reflexões Sobre Questões Urbanas Contemporâneas”, que coloca em foco os movimentos sociais contemporâneos, que se manifestam nos espaços livres da cidade de Natal. A pesquisa aborda três eixos de discussão: 1. Intervenções temporárias; 2. Insurgências e resistências na cidade segregada; e 3. A mobilidade urbana como forma de devolver à cidade as pessoas. O trabalho aqui apresentado é uma reflexão que abrange os dois primeiros eixos: as intervenções temporárias, aqui vista como uma das formas de insurgências e resistências na cidade segregada. Através da utilização de um banco de dados georreferenciado, formado pelo levantamento da situação de 505 espaços livres em Natal, identificou-se a ocupação de alguns destes espaços por parte de intervenções efêmeras. A discussão foi embasada também a partir de trabalhos acadêmicos desenvolvidos por alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais da UFRN. Tendo amadurecido o arcabouço teórico, partiu-se para a organização de um evento - uma roda de conversa que compreendeu tanto especialistas, como





líderes comunitários, que eram envolvidos com o tema na cidade, e representantes de alguns dos movimentos a serem descritos nesse artigo. A roda de conversa foi toda filmada e posteriormente analisada pelo grupo de pesquisa. Dessa forma, o presente artigo traz o resultado dessas reflexões, buscando evidenciar os problemas enfrentados pelos agentes organizadores desses movimentos, que estão tomando, de forma marcante, os espaços livres da cidade de Natal, e apontar possíveis soluções.

Palavras-chave: movimentos sociais contemporâneos; espaços livres; insurgências; intervenções temporárias.

OPEN SPACES SYSTEM AND TEMPORARY URBAN INTERVENTIONS IN NATAL:

Resistance in the search for the right to the city with more urbanity

ABSTRACT

The present paper is about the partial result of the research program named “Voices of the city: reflections on contemporary urban topics”, which highlights the contemporary urban movements that take place at the open spaces of Natal. The research has three main guidelines: 1. Temporary urban interventions; 2. Insurgency and resistances at the segregated city; 3. Urban mobility as a way to give the city back to people. This paper brings a reflection upon the two first guidelines: temporary urban intervention - as seen here as one of the forms of insurgency and resistance. Through the use of a georeferenced database - which was formed by the gathering of the situation of 505 open spaces in Natal - it was possible to identify the occupation of some of these spaces by transitory uses. The discussion was also inspired by papers written by students from

the graduation in Architecture and





S. 2018

Urbanism and from the Master in Urban and Regional Studies from UFRN. Once the concepts were clarified, it was possible to organize an event - a conversation with both specialists and community leaders that were involved with this theme around the town and represent of some of the interventions that will be described in this paper. The conversation was recorded and analyzed after by the research team. Therefore, this paper shows the result of those reflections, and it seeks to emphasize the problems faced by the organizing agents of the interventions, that are markedly occupying the open spaces of Natal, to then be able to point possible solutions.

Key-words: contemporary urban movements; open spaces; insurgency; temporary urban interventions.

1. Introdução

A cidade de Natal é um território de aproximadamente 169 km², com zonas de proteção ambiental delimitadas e presentes em todas as regiões administrativas (**figura 01**),





S. 2018

livres. Porém, existem espaços livres menores distribuídos por todo o seu território, que se relacionam fisicamente ou virtualmente através das funções que desempenham na cidade (LIMA e MEDEIROS, 2016).

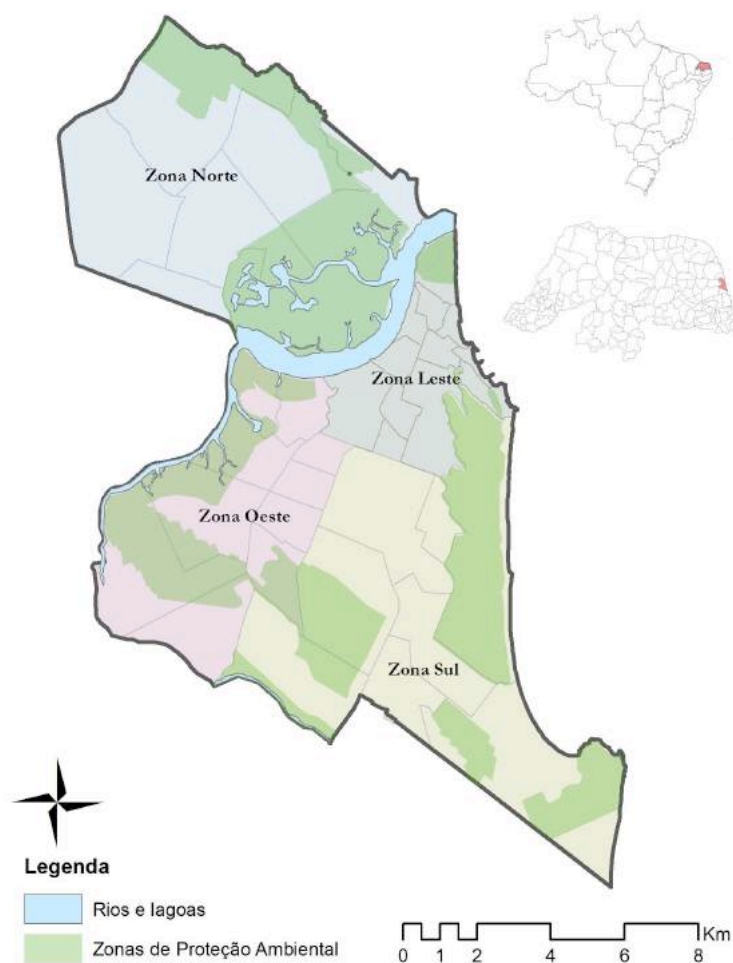


Figura 01: Mapa de localização do universo de estudo. Elaboração dos autores com base em dados da SEMURB, NEREUS, 2018.

De acordo com Magnoli (2006), os espaços livres compreendem todo espaço não ocupado ou coberto por volume edificado e que está diretamente associado ao entorno das edificações, às atividades humanas, seja na forma de espaços de circulação ou de áreas de permanência. Logo, são espaços livres não só as ruas, parques, praças e largos, mas também pátios, quintais, jardins,





e terrenos baldios.

A pesquisa intitulada “Os sistemas de espaços livres e a urbanidade – um diagnóstico da situação dos espaços livres na cidade de Natal²²” teve como principal objetivo estudar os espaços livres de uma amostra significativa da cidade de Natal. Após o diagnóstico concluído observou-se que alguns desses espaços livres estudados estão sendo apropriados com um tipo de uso que se manifesta de forma efêmera: as intervenções temporárias. Essas intervenções territorializam-se nos mais diversos formatos, seja em forma de feiras culturais, em eventos artísticos ou performáticos organizados pela própria comunidade, ou ocupando espaços privados outrora ociosos, tomando forma, principalmente, nos espaços livres.

Neste contexto, cabe refletir acerca desse novo modo de apropriação: Quais as suas características e quais desafios enfrentam enquanto formas de resistência na busca por uma cidade com mais urbanidade? O artigo trata dessa questão.

2. Breve discussão a respeito de intervenções temporárias e urbanidade

O conceito de urbanidade está relacionado à forma como os espaços livres da cidade oferecem conforto físico e proteção às pessoas. Segundo Aguiar, “espaços com urbanidade são espaços hospitaleiros” (AGUIAR, 2012, s.p.). Para o mesmo autor ao nos referirmos a uma cidade com urbanidade, estaríamos “falando de uma cidade ou lugar que acolhe ou recebe, as pessoas com civilidade, com polidez, com cortesia” (AGUIAR, 2012, s.p.).

Segundo Saboya, o conceito está longe de ser um consenso entre estudiosos, e considera que para um espaço público ter urbanidade o mesmo deve: atrair muitas pessoas; ter diversidade (de interesses, atividades, perfis de pessoas); ter interação entre os espaços abertos e os edifícios; ter diversidades de modais de transporte próximos; ter pessoas interagindo em grupos (e suporte físico no espaço como mobiliário e vegetação) e abrigar atividades da vida cotidiana.

²² A pesquisa está sendo desenvolvida desde 2011, e é coordenada por Verônica Maria Fernandes de Lima, uma das autoras do presente artigo. A mesma deu origem a alguns trabalhos acadêmicos de graduação e de mestrado, bem como a outra pesquisa - “Vozes da Cidade: Reflexões Sobre Questões Urbanas Contemporâneas”, que tem como um dos produtos esse artigo.





Em outras palavras, cidades (e/ou espaços livres urbanos) legíveis, permeáveis, com variedade e com seus espaços públicos bem acondicionados e equipados tendem a ser cidades com urbanidade.

A contemporaneidade proporciona para a nossa sociedade diversas transformações relacionadas à forma de ocupação dos espaços urbanos e de organização do meio. Encontram-se atualmente na cidade muitas áreas, terrenos e edificações abandonados. Esse processo de esvaziamento ocorre por diversas razões, das quais destacamos a especulação imobiliária, a crise econômica e os projetos rodoviaristas/infraestruturais que deixam para trás áreas ociosas que não são utilizadas em benefício coletivo, dessa realidade, surgem não-lugares, espaços improdutivos e visualmente ameaçadores aos habitantes da cidade.

Henri Lefebvre (1969) critica essa postura de pensar os espaços livres urbanos meramente sob um ponto de vista tecnicista e administrativo, sem levar em conta o fator humano. Compreender que tipo de cidade queremos é uma questão que

[...] não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos que desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. (HARVEY, 2008, p. 74).

As transformações das cidades não podem fugir do protagonismo coletivo e da apropriação pelos cidadãos, apropriação essa, que não tem a ver com propriedade, mas com o uso, e precisa acontecer coletivamente como condição de possibilidade à apropriação individual (ELIAS; TELÉSFORO, 2011).

Os espaços livres públicos devem ser vistos como palco que acomoda a multiplicidade de

atividades cotidianas: do trabalho,





do descanso, da cultura, do conhecimento, do lazer, do ócio, da troca, do comércio e assim por diante. Se apropriar desses espaços livres na cidade, mesmo que de forma efêmera, implica acreditar que ainda há, em meio a um panorama tão desfavorável, possibilidades alternativas de se experienciar o mundo e de conviver com os outros.

Essas formas de apropriação – chamadas de intervenções temporárias - podem ter um impacto prolongado sobre os lugares. Lipovetski (1989 apud Fontes 2013) interpreta de maneira positiva o “efêmero” como sendo um símbolo de liberdade e uma válvula de escape para os indivíduos, caracterizando-o como um dos princípios organizadores da vida coletiva moderna.

De acordo com Adriana Fontes (2013), esse tipo de intervenção é fruto do momento de alta modernidade na cidade contemporânea, marcado pela transitoriedade, e é justamente esta última característica que o diferencia dos usos cotidianos: a sua temporalidade. De acordo com a autora, esse tipo de intervenção é fortemente marcado pela condição efêmera e é intencionalmente temporário por surgir de uma ‘atitude diferenciada frente à cidade contemporânea’, pois há uma intenção de ruptura espaço-temporal.

Podemos deduzir que essas intervenções podem ser um mecanismo capaz de atingir as “potencialidades libertadoras”, uma vez que “estão ancoradas na condição de efemeridade, muitas vezes como expressões ou reflexos da patente aceleração da vida contemporânea e da leveza e liberdade com que nela se move o ser humano” (FONTES, 2013, p. 71).

Portanto, é possível ponderar a atuação dessas ações contra o nocivo estado de alienação pura ao qual se refere Lipovetski, como sendo propulsores das relações de “proximidade” e “intimidade”, tanto com próprio espaço quanto na conexão entre indivíduos. A intervenção temporária, para Fontes (2013), é a que

[...] se move no âmbito do transitório, do pequeno, das relações sociais, que envolve a participação, ação, interação e subversão, e é motivada por situações existentes e particulares, em contraposição ao projeto estandardizado, caro, permanente e de grande escala (FONTES, 2013, p. 61).





Diante do exposto, a intervenção temporária apresenta-se como um agente transformador, capaz de produzir efeitos poderosos e contagiantes. Compreendemos a sua relevância para as cidades na medida em que, ao contrário dos planos urbanos coordenados pelo urbanismo tecnocrata, é possível admitir tentativas e erros, dando chance para se aprender e evoluir com os primeiros erros e, caso preciso, voltar atrás e começar novamente por caminhos diferentes.

3. Novas formas de apropriações dos espaços livres na cidade de Natal -

As intervenções temporárias Quintal Urbano, Eco Praça e Garajal

Na cidade de Natal, acontecem diversos tipos de intervenções temporárias, sejam elas de caráter artístico, espontâneo, comercial, que se materializam em locais públicos ou privados. De acordo com a **figura 02**, pode-se perceber que estas se distribuem pela cidade, marcadamente em torno de seus eixos principais de mobilidade. Vamos focar apenas três nesse artigo: a Quintal Urbano, a Ecopraça, e a Garajal.





Figura 02: Localização de algumas das intervenções temporárias que acontecem em Natal. Elaboração dos autores, 2018.

O Quintal Urbano é um coletivo²³, formado em 2016, que se propõe a analisar, discutir e aplicar táticas para ativação dos espaços públicos, por meio de metodologias participativas e

²³ Idealizado por Fernanda Lorena Rabelo de Oliveira, arquiteta e uma das autoras desse artigo.





intervenções efêmeras. A princípio, vem atuando em duas praças no bairro de Ponta Negra, Natal/RN: a praça do Bicicross e a praça Desembargador Licurgo Ferreira Nunes, visando a reaproximação entre a comunidade local e os dois espaços e a melhoria da qualidade da vida no coletivo. Ao longo de sua trajetória realizou três oficinas participativas e nove intervenções temporárias.

Em 2017, foi realizada uma pesquisa para entender melhor a contribuição do Quintal Urbano para os espaços em que atuaram e para a comunidade do entorno. Entre os pontos fortes do coletivo 57,4% responderam que era a conscientização da importância dos espaços públicos, 37% afirmaram que era a promoção da articulação popular em prol do bem-estar coletivo, 3,9% disseram que era a aproximação dos estudantes da prática experimental, e 1,9% acrescentou que todas as alternativas eram o que havia de mais positivo no coletivo. Esse resultado mostrou como o projeto está sendo uma ferramenta importante para informar e disseminar boas práticas nos espaços públicos, levando sempre em consideração a participação da comunidade nesse processo.

O coletivo nasceu com o objetivo de ser um projeto de conclusão de curso, bastante específico, portanto, e sem grandes pretensões de se expandir além do território das praças. No entanto, com a atuação e com a repercussão das ações, percebeu-se que o potencial era imenso: promover mudanças em diversos lugares, não só naqueles que inicialmente queriam alcançar. As experiências positivas colhidas tanto no trabalho, efetivamente, como a partir dos frutos que ele deu, acabaram por tornar o próprio coletivo um plano de atuação a longo prazo. O grupo pensa agora em atingir positivamente toda a cidade e atuar dentro das Universidades como um canal de conscientização, além de criar uma rede de colaboração com diversos projetos Brasil a fora.

A Eco Praça, até o momento da pesquisa, teve vinte e sete edições em seus quase cinco anos de existência, principalmente na capital do Rio Grande do Norte. Foi criada pelo Instituto Ancestral²⁴, para ocupar e revitalizar as praças públicas, por meio da mobilização, participação e conscientização sociais, de maneira a integrar as praças ao dia a dia da sociedade e promover o

²⁴ Uma organização social sem fins lucrativos.





contato entre pessoas de diferentes lugares. Tais objetivos são viabilizados por experiências culturais e coletivas que envolvem discussões acerca do direito à cidade, da gestão comunitária e do modo de vida sustentável.

Começou na Praça dos Eucaliptos, no bairro de Candelária, por sua proximidade com a casa do idealizador, Geraldo Gondim. Mas havia, desde o princípio, seu desejo de expandir a iniciativa a outras regiões. No início, a intervenção sofreu uma rejeição de parcela da comunidade do entorno. Esse fato contribuiu para a expansão geográfica do projeto para outros espaços. Uma das explicações para essa resistência, segundo Geraldo, foi a percepção de que a sociedade local enxerga as praças públicas com estranheza e medo, visto que foram, há muito tempo, abandonadas tanto pelo poder público quanto pelos próprios habitantes, sendo ocupadas por grupos marginalizados.

A presença de um público extremamente diversificado, de famílias de diferentes classes sociais a jovens de tribos distintas, é um dos pontos fortes da iniciativa. A reunião de pessoas de vivências tão divergentes não seria possível sem a Eco Praça, que vem minimizando aspectos que passaram a ser associados às praças, como a insegurança e a obsolescência.

Apesar de ter se apresentado como um projeto demasiadamente inclusivo e inovador, ganhando o prêmio Hangar 2015 na categoria “Iniciativa Cultural”, a Eco Praça tem de lidar com algumas dificuldades, como o descaso do poder público e a falta de recursos para sua viabilização. Os voluntários do projeto buscam contribuir para o estreitamento das relações público-privadas, ainda assim, há uma ausência de “boa vontade dos gestores”, e as iniciativas ainda são “tímidas, quase inexistentes”. Quanto às perspectivas futuras da Eco Praça, a proposta é a de se fixar em uma praça de forma mais prolongada, a fim de promover resultados aprofundados e de estreitar as relações com o espaço público e com a comunidade do entorno.

A Garajal é uma feira artesanal realizada em uma praça na Rua ângelo Varela, no Tirol, bairro de classe média da cidade. Segundo Lourdinha Alencar (atual organizadora), a Garajal começou como uma pequena feira dentro da garagem de uma casa no mesmo bairro, a partir da iniciativa

da jornalista e apresentadora de





televisão Margot Ferreira. Ela nasceu no ano de 2016, no entanto, após algumas edições a feira tomou grandes proporções e hoje participam por volta de 40 artesãos, sem contar com as tendas de alimentos e os shows de música que sempre acontecem no evento. Tornou-se alme de um espaço de negócios, o lugar de encontro e conagração de amigos. A feira acontece uma vez por mês, e já ocorreram vinte e seis edições.

4. As intervenções temporárias: reflexões da roda de conversa

Geraldo Gondim, organizador do movimento, falou que a ideia da Ecopraça partiu da necessidade de se apropriar do espaço público e decidiu, junto a demais moradores vizinhos, ocupar a praça próxima a sua casa, que até então tratava-se de um espaço livre abandonado. Por ser um evento colaborativo e de autogestão, o organizador enfatizou que Ecopraça contava com a ação voluntária de pessoas de diversas áreas de atuação no mercado profissional, sendo possível a troca de conhecimentos. De acordo com Geraldo, esse engajamento da população em geral foi fundamental para que tomassem as melhores estratégias para a continuação do projeto e, posteriormente, o seu sucesso. Por se tratar de um espaço público, algumas medidas burocráticas tiveram que ser realizadas, como a adoção da praça, e a busca por licenças para a realização dos eventos. Além disso, era preciso angariar recursos para se montar a estrutura necessária para a sua realização. Quando o evento tomou maiores proporções alguns moradores da comunidade passaram a não apoiar, devido aos “incômodos” que traziam: como barulho, excesso de movimento, etc.

Com relação à feira Garajal, a organizadora ressaltou a necessidade de se garantir a diversidade nos produtos a venda, com expositores que comercializam diferentes produtos. Esse fato é considerado essencial para que se possa abranger o mais variado público e traga mais diversidade de pessoas ao local. Apesar de todos os obstáculos, para a organizadora, a feira proporcionou um maior entrosamento da comunidade e fez com que a praça fosse mais habitada. É importante salientar também que há uma preocupação por parte da organização do evento com a manutenção do lugar mesmo após o seu encerramento.

O coletivo Quintal Urbano, surgiu da





constatação que a sua idealizadora fez com relação ao entorno de sua casa, uma praça próxima, localizada no bairro de Ponta Negra, que apesar do descaso do poder público, a população vizinha se apropriava e cuidava. Sendo assim, Fernanda Oliveira (arquiteta) tomou a iniciativa de entrevistar os moradores mais próximos para saber seus anseios e desejos em relação àquele espaço público e, em seguida, criou um grupo para colocar em prática algumas de suas ideias.

Através do envolvimento da comunidade no processo - pela utilização de metodologias colaborativas, e pelo incentivo a usos que têm significado para o público local - o resultado obtido foi positivo ao ponto de, posteriormente, a população passar a organizar outros eventos aumentando mais a interação entre eles, seu espírito de coletividade e o sentimento de pertencimento.

Um fator em comum para que as três intervenções temporárias ocorram é a exploração das redes sociais para comunicação e chamada do público aos eventos, essa ferramenta foi colocada como essencial por todos participantes da roda de conversa. Não somente como chamamento antes do evento, mas também foi ressaltada a importância do registro desses momentos para que a população comece a ver a cidade de outra forma e se aproprie dos espaços livres.

Outra questão levantada foi: até que ponto a intervenção deve ser temporária? De que maneira pode-se garantir a continuidade da intervenção e seu efeito na comunidade? Que tipo de 'legado' esses movimentos deixarão para a sociedade? A este ponto ressaltaram-se dois comentários: 1. É importante entender que o contexto de cada intervenção é único e que traz uma energia especial até para as ações cotidianas, trazendo a noção de estar em um acontecimento exclusivo. 2. É imprescindível entender que o legado desse tipo de apropriação não é material, físico, e sim tem a ver com a 'semente que se planta' ao se estimular a criação do sentimento de pertencimento, aproximando a relação entre os espaços livres e os usuários dos mesmos.

5. A guisa de conclusão: as intervenções temporárias uma forma de resistência?





Ao estudar essas novas formas de apropriação do sistemas de espaços livres da cidade percebe-se que essas intervenções alteram, mesmo que momentaneamente, tanto os espaços físicos quanto as relações sociais neles desenvolvidas, fazendo com que os participantes passem a enxergar um 'não lugar' como um lugar de cultura e lazer, extensões das sua próprias casas.

Ao tranformar certas características dos espaços, mudam a sua maneira de apropriação também, diminuindo o sentimento de individualismo e proporcionando o reencontro entre cidadãos no espaços espaços livres da cidade.

Dessa forma, é importante ressaltar o impacto que essas intervenções temporárias têm na cidade de Natal, ao promover vitalidade urbana, atraindo pessoas e diversificando os usos do espaço, trazendo mais movimento e presença nas ruas, diminuindo a sensação de insegurança e, enfim, ampliando as possibilidades de relações sociais a serem desenvolvidas na cidade. Sendo assim pode-se afirmar que essas propostas ampliam a conscientização da população e retomam o sentimento de pertencimento aos espaços livres promovendo mais urbanidade.

Afirma-se ainda que essas intervenções podem ser encaradas como forma de resistência, na luta contra um planejamento urbano burocrático e distante dos reais anseios da população. A gestão da cidade deve se aproximar dessas vozes que ecoam e através de uma postura mais participativa incorporar as intervenções temporárias como pistas que podem ajudar nas formas de se repensar as cidades contemporâneas.

Explorar e colocar luz sobre esses acontecimentos, acolhendo essas novas formas de apropriação é uma forma de reconhecê-las para que elas possam ser melhor integradas à retomada do direito à cidade, que parece já não caber somente ao poder público, ficando evidente o papel da sociedade civil organizada, ainda que hoje pareça estar 'organizada' em agentes sociais e grupos fragmentados.

6. Referências bibliográficas

AGUIAR, Douglas. Urbanidade e a qualidade da cidade. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 141.08,

Vitruvius, mar. 2012. Disponível



316



em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.141/4221>>. Acesso em: 02 de ago. 2018.

FONTES, Adriana Sansão. *Intervenções temporárias, marcas permanentes: apropriações, arte e festa na cidade contemporânea*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra Faperj, 2013.

LEFÈBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Centauro, 2009. 146 p.

LIMA, Verônica; MEDEIROS, Viviane. Os sistemas de espaços livres e a urbanidade: um estudo sobre as formas de ocupação dos espaços livres na cidade de Natal. In: SILVEIRA, José Augusto R.; COSTA, Angelina D.L.; SILVA, Milena Dutra, organizadores. *Espaços Livres Públicos: lugares e suas interfaces intraurbanas*. João Pessoa: AB Editora, 2016.

MAGNOLI, Miranda. 2006. Espaço livre – Objeto de trabalho. *Paisagem e ambiente*, v.21.

SABOYA, Renato. O conceito de Urbanidade. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2011/09/o-conceito-de-urbanidade/>>. Acesso em: 02 de ago. 2018.

TELÉSFORO, Elias. *O direito à cidade: a apropriação democrática do espaço urbano*. 2011. Disponível em: <<https://brasiledesenvolvimento.wordpress.com/2011/07/16/o-direito-a-cidade-a-apropriacao-democratica-do-espaco-social-pela-cidadania/>> Acesso em: 10 ago. 2018.

